

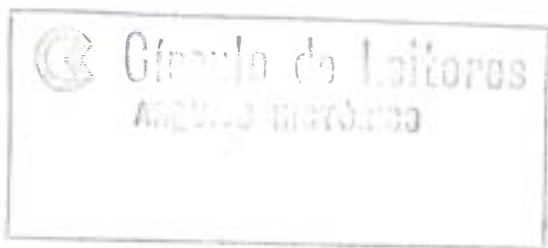
GERAÇÃO DE 70

FIALHO DE ALMEIDA

OS GATOS

(ANTOLOGIA)

Décimo quarto volume



CÍRCULO DE LEITORES

Capa de: Antunes
Impresso e encadernado por Printer Portuguesa
no mês de Junho de mil novecentos e oitenta e oito
Número de edição: 2281
Depósito legal número 20 364/88

MEUS SENHORES, AQUI ESTÃO OS GATOS!

Deus fez o homem à sua imagem e semelhança, e fez o crítico à semelhança do gato.

Ao crítico deu ele, como ao gato, a graça ondulosa e o assopro, o ronrom e a garra, a língua espinhosa e a *câlinerie*. Fê-lo nervoso e ágil, reflectido e preguiçoso; artista até ao requinte, sarcasta até à tortura, e para os amigos bom rapaz, desconfiado para os indiferentes, e terrível com agressores e adversários. Um pouco lambareiro talvez perante as belas coisas, e um quase nada céptico perante as coisas consagradas; achando a quase todos os deuses pés de barro, ventre de jibóia a quase todos os homens, e a quase todos os tribunais, portas travessas. Amigo de fazer *jongleries* com a primeira bola de papel que alguém lhe atire, ou seja um poema, ou seja um tratado, ou seja um código. Paciente em aguardar, manso e apagado, com um ar de mistério, horas e horas, a surtida de um rato pelos interstícios de um tapume, e pelando-se, uma vez caçada a presa, por fazer da agonia dela uma distracção; ora enrolando-a como um cigarro, entre as patinhas de veludo; ora fingindo que lhe concede a liberdade, atirando-a ao ar, recebendo-a entre os dentes, roçando-se por ela e moendo-a, até a deixar num picado ou num frangalho.

Desde que o nosso tempo englobou os homens em três categorias de brutos, o burro, o cão e o gato — isto é, o animal de trabalho, o animal de ataque, e o animal

de humor e fantasia — porque não escolheremos nós o *travesti* do último? É o que se quadra mais ao nosso tipo, e aquele que melhor nos livrará da escravidão do asno, e das dentadas famintas do cachorro.

Razão porque nos acharás aqui, leitor, miando pouco, arranhando sempre, e não temendo nunca.

*Novembro de 1889
a Fevereiro de 1890*

Sábado, 26 de Outubro, trasladação da majestade extinta para o carneiro real de S. Vicente. Foi um dia feriado em toda a cidade. Quase toda a gente apareceu de luto nas ruas. As bandeiras estiveram a meio pau. De quarto em quarto de hora, os canhões das fortalezas e navios de guerra davam salvas. E os jornais publicaram retratos do monarca, com artigos de choro em verso e prosa, deplorando aquela perda nacional...

Já quatro dias antes, esta jeremiada começara a produzir nos ânimos um vago estado irritativo, um nojo dos homens, e um asco a feira das vaidades, sobremaneira nocivos à eclosão de qualquer sentimento sincero e desinteressado. Na barafunda de todos aqueles testemunhos públicos de condolência pelo trono, o que se viu foi cada qual sacarrolhar do caso o expediente que mais rapidamente lhe pudesse dar dinheiro, vanglória, ou probabilidades de êxito em qualquer coisa. A comédia da dor, representada por vinte ou trinta cortesãos, na alcova mortuária de Cascais, viera-se generalizando, por espírito de bugiaria, de zona em zona, até descambar em farsadas de rua, mercê da inconsciência da bestiola popular que macaqueia o que vê, sem grandemente pôr sombra de intuito naqueles actos reflexos do seu eixo nervoso amolecido.

Não houve em Portugal ninguém, graças a Deus, que não violasse o respeito da majestade morta, talhando-o

em tabuleta de loja de fazendas, em episódio de galhofa, ou em turíbulo infame para abjectos *Te Deums* à majestade viva!

Brasões de edifícios públicos e lojas de cautelas cobriram-se de negro. Os jornais traficaram com a agonia real, matando o senhor D. Luís seis horas mais cedo, para serem os primeiros a vender suplementos choramingões. Coronéis fizeram-se pagar versos na imprensa, dando pêsames à rainha, e de caminho atestando a disciplina dos seus regimentos. Nos armazéns de modas, exposições de merinos de luto, onde os dísticos dos preços se entrelaçavam de alusões ao *chorado monarca*. Lojas de bugigangas, armaram a frontaria de crepes e panos mortuários, como se os bonecos de porcelana estivessem lá dentro a celebrar exéquias pelo rei. E de quarto em quarto de hora, durante três dias os cuvilheiros de Belém tiveram alma de massacrar os leitores do *Tempo* e *Novidades*, com filetes de grande desgosto em que tombara a D. Amélia, ao saber que lhe tinha saído a... sorte grande!

No capítulo das manifestações de dor individual, chega a ser clównico o sardonismo que a canalha pública fez chispar do luto decretado pelo Sr. José Luciano, no *Diário do Governo*. Homens que não haviam deitado luto pelos pais, cobriram-se todos de fumo pelo rei. No dia do enterro, vi eu um gordo descer a Rua Nova do Carmo, coberto de nojo, e trazendo uma faixa de crepe enorme, no chapéu de chuva. Outro, já velho, de aspecto aristocrático, entrou na Livraria Férrin lavado em pranto, e dirigindo-se a um empregado, pediu-lhe transmitisse ao cavalheiro francês, dono da loja, os agradecimentos que ele, como lusitano de gema, lhe trazia ali, atenta a prova de benevolência que a França dava ao país, conservando meio taipal aparafusado nas vitrinas do estabelecimento dum dos seus representantes.

E para cúmulo do desaforo, um talho que aí há para

os Remolares, adornado de cabeças de boi, em barro e gesso, enramalhetou os chavelhos das reses¹ com louro e crepes ondeantes, três dias — ao tempo que aproveitava aquele ensejo de mágoa, para aumentar trinta réis no preço das mãozinhas de carneiro.

Ora, uma cidade que exterioriza o respeito pelos mortos pela clownesca forma que viram, se por um lado tem desse respeito uma compreensão semelhante à do escárnio, sinal da aniquilação completa do carácter cívico; em compensação tira do fúnebre um riquíssimo filão de pitoresco, que pode até inspirar uma arte nova, se habilidosamente o canalizarem, da índole avulsa da massa, para as lucubrações dos que produzem com a pena e com o cinzel.

Lisboa é singular!

Não lhe bastava já ter do amor uma noção invertida... ou duas, senão despolarizar também a tristeza e a alegria, dos seus focos de impressão psíquica normais, fazendo-nos ver por exemplo os entrudos em fúnebre, e as semanas santas em hilariante; os baptismos em lacrimoso, e os enterros em humorístico. É o que geralmente se dá. Nada nos torna mais bisonhos do que um baile de máscaras. Nada restabelece curso ao nosso bom hu-

¹ Esta correlação mística entre a homenagem devida aos mortos, e o corno, é uma das poucas características sobreviventes à já hoje apagada índole portuguesa. Aí vão dois exemplos. Um ganadeiro do Ribatejo, a quem morreu a senhora, a primeira vez que, depois de viúvo, forneceu curro para uma tourada em Santarém, mandou enfeitar de escumilha preta os paus dos bois. Ao fim de farpeado o décimo terceiro, todo o mundo por modos inquiria, como era crível ter uma só mulher abismado em tamanho luto, catorze maridos!

Ao bandarilheiro F..., homem estimado, uma ocasião morreu-lhe o pai, como infelizmente sucede a toda a gente. A morte do velho, claro está, foi induzindo o órfão a aproximar-se na Praça do Campo de Sant'Ana, um benefício, onde ele apareceu vestido a carácter, mas toda a farpela preta de azeviche. Abre-se o curro, um toiro espirra, e no cachaço o artista galhardamente lhe crava ferros quarteados, ficando erecto na arena, e com um ramo de perpétuas em cada mão — que escamoteara de dentro das garrochas!

mor como um enterro. O motivo é simples. Geralmente, entre nós, o mascarado parece um morto, ao passo que os defuntos têm quase sempre o ar de mascarados.

Um companheiro de casa que eu tive em estudante, jóia entre as jóias, meu inseparável amigo de recreios e trabalhos, cinco anos, comete um dia a refinada tolice de morrer. Horas e horas, o meu desespero não conheceu calmante ou refrigério. Doze dias, febril, velara eu ao de redor da sua cabeceira, e depois dele morto e glácido no leito, fui eu ainda quem lhe compôs a última *toilette*. Alguém que vinha às vezes, acordando na minha fraqueza orgânica, caquetizada por três dias da mais completa abstinência, lembrou-se, na derradeira noite em que velámos, de me trazer do Baltresqui, um pacotezinho de sanduíches. Oh torpeza da carne! Tanto bastou para que eu, mesmo sem deixar de chorar, pensasse menos no morto, e cada vez mais nas sanduíches.

A proximidade do repasto açulava-me a fome, que a presença do amigo me obrigava a deixar sem virtualhas. Venceu por fim a besta, era fatal: e por causa de uma pouca de vitela com mostarda, surpreendi-me eu a ter ódio aos despojos do mais fiel companheiro da minha mocidade! E mais este era um amigo: que será então com os que a gente nem conhece!...

A nossa vida é tão curta, a nossa miséria tão ínfima, tão desesperada a luta em que nos vamos, que no que se pensa é em viver *au jour le jour*, empenhados em dois fitos: fazer oiro de meio mundo, e guerrear ou escarnecer de outro meio. Ser mau tornou-se uma necessidade contemporânea. Ser perverso um ideal... que infelizmente poucos saboreiam.

O homem não é mais irmão do homem, é seu concorrente, é seu rival. A fortuna dele não quer dizer o prêmio dum esforço respeitável: representa apenas a dentada em quinhão que nos pertence. Por cada um que

morre, menos uma boca esfomeada a defraudar-nos. Acresce além disso que os poderosos representam quase sempre, a par duma concorrência enérgica, por via de regra uma extorsão metodizada — e legítimo desforço é que nos riamos quando eles tombam, e nos vingemos deles, apupando-os depois de mortos, uma vez que nos foram prejudiciais.

É o meio termo desta represália ferina que se dá, sempre que Lisboa assiste ao passamento dalgum alto personagem. Esta capital de alcoviteiras e de gatos-pingados, de homens com apertos e mulheres com dilatações, ambiciosa mas inerte, pobre mas nunca resignada, quando passa um enterro, transfigura-se e eilla a debitar larachas sobre o morto, qual mais sumarenta de velhacaria e de pilhéria!

Ri fúnebre, a maldita, se bem que quase sempre ria justo. Por exemplo, o humorismo que ela desenvolveu no enterro do rei, deslumbraria o próprio Edgar Pöe, se fosse vivo. Aquele estranho cortejo de macacos com fardas e mulheres com farrapos, de carros de flores e berlinhas de entrudo, de vendedores de boquilhas e professores de instrução primária, de bombeiros da Ajuda e de meninos enfeitados, contentes todos, mirando-se, larachando, detendo-se a comprar pastelinhos, a altercar com os cocheiros, a fazer adeuzinho às relações; aquele cortejo afinal que representa?

Ninguém o soube. Não teve carácter. Foi apenas patusco, e em certas passagens, abjecto. Podia ter sido tudo... a coroação da rainha do Congo, um certame de cretinos, o casamento Fernandes, ou a batalha das flores... Tudo! excepto homenagem prestada à memória dum homem que foi vinte e oito anos o nosso rei!

O Sr. D. Carlos, esse radiava, naquela sua passeata primeira de rei posto — jubiloso a ponto de não ter ares nenhuns de menino órfão, e ter ao contrário todos, de viúvo. Em torno dele, príncipes e embaixadores, moços

fidalgos, moços de curro e moços de vida, faziam-lhe uma espécie de galeria de figuras de cera, qual mais estupenda de insignificância.

Porque é singular como as fisionomias da maior parte dos nossos homens políticos depõem desagradavelmente a seu favor.

Em poucos há essa nobreza calma de linhas, essa serenidade profunda de olhar, essa luminosa arquitectura moral enfim, que conta as lutas da inteligência de um homem, ininterruptamente servido por uma consciência inviolável. A maior parte são pequenos monstros de olhar estrábico, ou vago, ou fugidio, ou injectado; caras balofas, olheirentas, dessimétricas, com um estigma, algumas, do quer que é inquietador, que a gente não sabe o que seja, mas lá está a servir de síndrome à manqueira, oculta, e a prevenir a opinião contra a boa-fé dos esforços deles, em prol da causa que juraram servir.

Outro detalhe: assombra o predomínio que o tipo estúpido começa a ganhar na compostura (exterior pelo menos) dos nossos grandes funcionários! Há uma mistura de porco e cão de fila, de malandro e de títere, em muitas daquelas faces de primeiros oficiais de secretaria, de governadores civis, de tenentes-coronéis, de generais, de bispos, de deputados, de conselheiros de Estado e de ministros. Por sobre as golas das fardas, dos colarinhos altos de cerimónia, das voltas roxas, e dos grilhões simbólicos das sociedades sábias e das ordens militares, as papadas oleosas dizem nutrições prevaricadas, apoplexias de bílis odienta, intrigas rábidas, cúbricas, e satiríases secretas de amor e vinho a horas perigosas. Em raros as feições mantiveram pela vida fora, a correcção de seres superiores, imaculadamente votados ao martírio das lides cerebrais, que vestem a alma dos homens, como a figura, numa adolescência perpétua e espiritual. É ver-lhes o riso, uma careta, estudada ao espelho, para cada efeito cénico da vida; ou-

vir-lhes as vozes, de galãs professores ou pais nobres, destilando palavras maravilhosas, mas sem repercutir jamais sinceridades; e surpreendê-los por fim quando a máscara lhes tomba, e por detrás do cortesão surge o carnívoro, tigre ou hiena, que do seu antro segue o fio dum plano tenebroso, sindicato ou emboscada política, venda da pena ou venda de palavra... A espécie de êxito de toda esta exibição de máscaras e bobos, em público, trai-se nas chufas e arremedos do povolêu contra os mais deles. A cada momento, um brado rompe — Oh que maroto! — é algum director de banco ou político ilustre que segue no préstito. Os lampiões do gás, cobertos de crepe, parecem mulatos de chapéu alto, alugados para tocarem banza no percurso do enterro. A passagem dos grotescos é uma ovação macabra e ininterrupta.

O visconde X., brasileiro moço fidalgo, sobre haver substituído a plumagem branca do bicornes, por outra negra, fez-lhe coser um lençol de pano preto na presilha, o qual lhe desce, como o duma senhora viúva, até lhe dar duas voltas à roda do cachaço.

Num grande carro vai-se o Maria Fernandes saracoteando, a mostrar o crachá da casaca, coberto de negro, como um brasão de cervejaria. Defronte da casa do Restelo, palmas, galhofa: S. M. nova, mesmo, deita a cabeça fora do coche, para sorrir. As janelas do conde estão todas cobertas de cortes de calça, e há coroas de perpétuas cosidas a meio da grade das sacadas. Engenhoso! Parece um jazigo de família, e há a vantagem de se aproveitarem depois as perpétuas, para xarope. No coche de D. João V, onde o rei vai, todos os florões dourados no tejadilho vão cobertos de fumo, como um preservativo contra as moscas. Uma conversada, uma algazarra: «Adeus, ó visconde!» «Então não vens?» «Ai que maçada!», vá de risota, contar histórias, baforejar fumaças de charuto pelas portinholas dos cupés... E entre tantos milhares de caras joviais, faz impressão a

dum cocheiro que enxuga as lágrimas. Um cocheiro de praça, coitado! a amofinar-se pela morte do rei. Ora diabos levem o rei!

— O que ele vai chorando, é a morte dum cavalo.

No Terreiro do Paço, incorporam-se as deputações populares. É a parte mais séria do cortejo. Mal porém o elemento grave que elas metem em cena, começa a impor-se, a verve dos espectadores rebenta de seu lado, e até ao fim, não há meio de fazer salgueiro fúnebre com tal gente.

Às janelas dum escritório comercial do Cais Sodré, damas da alta, trajando escuro, e formosíssimas, caramba! passam de mão em mão um cacho de uvas, que todas querem debicar como calhandras, disputando-se o cacho entre piruetas de grande alacridade; e algumas entretêm-se mesmo a tamborilar com bagos sobre as cartolas de quem vai passando. Os dois carros de flores recordam aos dândis, com saudade, os canaviais de Nice; e uma mulher de rua exclama ingenuamente:

— Então o rei vai em duas porções?!

A cada momento há claros no cortejo, paragens em que se intromete o homem dos pastéis, pondo uma nota pelintra de arraial.

Vozes avulsas:

— Lá vem agora a comissão das camareiras...

— A caixa económica dos tacões aos domicílios..

A tropa começa: batalhões onde os soldados têm números de diversos regimentos; coronéis cujos estuques se fundem, pingando gesso sobre os crachás dos uniformes. A gibosidade do senhor general da divisão tem um sucesso. Um diabo grita-lhe: «Estás grávido, Miguel!»

Outro propõe-lhe: «Cosa antes as medalhas nas costas.» A alegria do Sr. D. Carlos é uma coisa em verdade esfuziante. Que afabilidade, que verve: até parece que tem menos carne nos sobrolhos! E nisto, um grito:

— O de Edimburgo, não veio!

Estava para vir, mas logo pela manhã sentiu-se incomodado. Tanto, que apenas almoçou seis garrafas de vinho do Porto, e quando ia a erguer-se da mesa, caiu com uma destas síncope a que são atreitos em Portugal os marujos e os príncipes de Inglaterra.

Eis o cadáver chegado a S. Vicente. Os canhões troam. Dobres de sinos. Fuzilarias nas ruas. É aquele o momento solene, definitivo, único, em que o rei morto despe de vez a sua dalmática de chefe, para transformar-se em lixo e múmia — e foi esse também o que a Igreja escolheu, para dizer à rainha que a alma do marido devia estar àquela hora a cear com Santanás!

Por forma que não houve injúria que a cabouqueira do bondoso rei não apanhasse. Príncipes e áulicos, grandes e humildes, tudo lhe ultrajou a memória, em vez de venerar-lha. O filho riu-se dele. Antigos ministros chamaram-lhe devasso e papas-moles. O patriarca compara-o à mulher adúltera. E já noite, aquela rustilhada oficial, batendo em trens vertiginosos, de volta de S. Vicente, aquela rustilhada tinha o ar de virar as costas ao pai, para chegar a tempo de ainda se poder anichar junto do filho.

Não foi desses talvez o Hohenzollern, a quem se partiu o coche de cerimónia, e que vindo ao Rossio a pé, com os ajudantes, largou daí num calhambeque, para casa da Carlota.

Manuel apareceu em Lisboa¹, quando a bem dizer já ninguém esperava por ele. Passara aquela esbandalha-

¹ A morte de José Pais de Figueiredo e de António José da Costa Montenegro, dois oficiais de marinha que eu adorei, e de quem, nos livres anos da escola fui confidente e camarada, põe-me a reflectir que hoje os trinta anos são uma velhice, e que eu tenho bem o direito de ir buscar às recordações o assunto das minhas páginas, sem discriminar em pontos, o trama literário, de certos epitáfios.

Mercê de não sei que misantropia moral que me faz desconfiar dos homens a cuja evolução não assisti, resulta que não podendo eu já fazer amigos novos, transformo os velhos como que em projecções do meu próprio ser, e assim cuido moedá-los, com a minha estima fraterna, em outras tantas modalidades do estranho animal que em mim se agita, por forma a me produzir a ilusão de que, vivendo entre eles, realmente eu não vivo senão comigo mesmo.

Ainda que isto pareça jactância, devo contar que houve no meu ciclo muitos seres de excepção, cuja luminosidade interior, desarmada das combinações focais que dão publicidade, nem por isso deixou de chispar génio, e cujo inauditismo artístico raro foi que não produzisse maravilhas, minúsculas embora de fábrica — porque às organizações exageradamente emotivas não se comprazem obras fortes, e tanta é a sua delicadeza, que elas se estancam nada mais do que a sentir-se viver.

Das criaturas predestinadas que digo, raras havia porém viáveis para a vida, e as que não têm morrido a sonhar combinações quiméricas de ideias com palavras, as que se não têm sumido sub-repticiamente pelos paquetes de África e da América, pelas malapostas e caminhos-de-ferro da província, soada a hora de liquidar a mocidade, por aí andam como eu, revolvendo da fantasia adolescente os últimos brasidos, vendo o horizonte esfriar nas tintas do Outono perto, e lançando enfim aos ecos mortos, a confissão terrível. Que de tempo perdido!...

Entre os íntimos dos íntimos e os irregulares dos irregulares, que numa camaradagem de quinze anos eu aprendi a considerar como organizações intangíveis de saboianos cantantes, de poetas febris, e de foragidos semideuses, destaca a personalidade estranha que por conveniências de família sou forçado o envolver no pseudónimo de MANUEL, e cuja monografia propositalmente expurgo dos episódios e nomes que pudessem levar remorso à alma dum pobre velho repeso de haver sido o verdugo de seu filho, e à tibiez dum bronco que ignorou sempre a supermacia mental e a selectíssima cultura do encantador rapaz que vitimou.

da fase da vida literária, posta em voga por Murger, Gustavo Planche e Gerardo de Nerval, com dormidas no desvão das escadas, e utopias sublimes no fundo dos meios grogues: vida reles de casacos voltados, colchões no prego e iscas de fígado. Já por aquele tempo decrescia no Martinho a terrível falange dos revoltados à Byron, e entrava a achar-se um tique pulha nas atitudes procuradas, nas vozes de chibatos, nos olhares revoltos, e mais artifícios de que até ali os homens de letras se revestiam em público, por fugir ao molde burguês da outra gente. Não sei que folhetinista fizera a apoteose da água fria — e viu-se o espectáculo duma literatura correndo aos banhos públicos, e destingindo como uma botifarra de recruta, por modo a não ser mais reconhecida pelos seus familiares. Manuel, o fantástico Manuel das noitadas com ceias de bacalhau por quatro e meio, o boémio de grenha convulsiva, casacão cor de alambre, barba de efebo, e a mais vermelha boca de *baby*, veio ao Tejo num período estéril que sacrificava ao bezerro de ouro, já entre os jornalistas se ia generalizando a usança duma certa frescura em roupas brancas. Aquela brusca figura toda nervos, pousando ante as situações difíceis numa certeza antecipada de sucesso, e altiva como se viesse de berço real, com luvas claras todos os dias e não dando nunca pelas cambaduras dos tacões, almoçando uma esperança de jantar, jantando uma fantasmagoria de ceia, ceando uma incerteza de almoço, e por ventura acabando a noite a fumar uma reminiscência de charuto — aquela brusca figura scandalizou pelos cafés o olho glácido dos que saboreiam o seu rum depois de jantar, espapaçados na vida, entre um charuto e um conhecido.

Manuel mal conhecia em Lisboa sujeito que se permitisse o deboche de habitar casa, ou ter dois casacos. Os amigos que contraíra em anos de boemia, eram como ele, pobres viajores noctâmbulos das ruas, dormindo pelas escadas, idealizando a que saberia frangão

com ervilhas, e indo nos dias gordos cear em sociedade o fricassé dalgum gato surpreendido em amores ilícitos, nos escaninhos dum beco esfumacento.

E parado a orientar-se, como remexia superflua-mente as algibeiras, com uma cara de desgosto de família, veio-lhe à memória uma fortuna, seis anos antes, aquela noite em que metendo a mão pelos forros duma japona comprada a ferros-velhos, encontrara cinco tostões, subitamente. Tão fecundos são os leitos dos pobres, que a filharada rebenta em cada nove meses, dum gomo — só os fundos falsos dos velhos jaquetões não sabem conceber da mão cobiçosa que os viola, uma carinha sequer, de cada vez! Nos jornais de Inglaterra lera um caso... era um mendigo que recebeu dum rico não sei que moedazita de cobre, por sinal tirada duma bolsa onde estivera a tilintar com libras de oiro fino. Reparou ele que a moeda tinha no centro como que uma singular dilatação. «Defeito de cunhagem talvez», disse consigo: e dirigia-se cantando, para a taberna mais perto, quando um estalido se lhe produz na mão fechada... era a moeda de cobre, que engravidada pelo oiro da bolsa do ricaço, acabava de ter um bom sucesso de carinhas novas, tudo em prata! Ah, raio de vida! Nestes deliquescentes países do meio-dia, a fecundidade sustava-se não só no ovelheiro das mães, mas assim na barriga dos patacos — o último dos quais fecundo, tinha sido o Sr. D. João VI.

Mas coração ao largo! O ponto agora era procurar um rumo certo. Subiria ou desceria a rua? Era a hora dos teatros. Uma população frenética entrechocava-se, gralhando. Ele ouvira dizer que se frigiavam em Lisboa sardinhas ricamente... Folheou então os seus apontamentos, quis saber onde ficava o Grémio; e como lho indicassem, enfiou pela escadaria, na compostura que se lhe afigurara mais independente.

Ia atravessando salas sobre salas, folheava jornais,

examinou as horas no relógio do salão verde, admirando em amator o magnífico Mefistófeles de bronze que o encima; e como a obsessão das sardinhas fritas o roía, ele, retocando na face um pequeno ar esplenético, quis saber se o visconde já tinha chegado.

— Qual visconde quer V. Ex.^a dizer? — perguntou o criado.

— O visconde. Ora não conheces tu outro!

— Mas aqui vêm muitos, meu senhor.

— Pois é um desses.

— Ah, esse não veio cá hoje.

À roda duma banca, num gabinete forrado de cretone, velhotes trinchavam o problema das colónias, com o vagar de quem não faz tenção de o resolver, enquanto mais longe, dois brasileiros se absorviam a criticar uma gravura emoldurada a ouro na parede.

Manuel saudou muito cortês os cavalheiros; era magnífico, com o seu cachené no sítio da camisa, o sobretudo amarelo abotoado, a mão napoleonicamente oculta na abotoadura do peito: e foi-se aos brasileiros com passo lento, tendo o monóculo na órbita, finalmente. Daqueles dois ratões, um era seco, radiculoso, rolando os olhitos dúbios — íris amarelas numa esclerótica de sangue — e tamanha boca, tamanha, que ao gargalhar dir-se-ia degolado. E quanto ao segundo, era pequeno, cor de abóbora coberta, a cabeleira bicuda no píncaro e toda aparada igual por baixo das orelhas — o que lhe dava o aspecto de passear coifado por uma borla de reposteiro. E Manuel, bamboleando as pernas, ficou-se a analisar também o quadro, com um soberbo *aplomb* de entendedor.

— Guerra di moiro! — grunhiu por fim o homenziinho, rompendo a contemplação do seu colega.

E o degolado, aquiescendo:

— Já viu?

Manuel que se acercara de mais perto, estrangulou

de propósito um frouxo de riso, imperceptível e superior. O radiculoso tinha-se voltado, e abria a enormíssima dentuça como um leque.

— Hen?

— Mas é *O Rapto das Sabinas*, meus senhores, não confundir... — disse o boémio. Era uma água-forte inglesa, bem mordida, num grande vigor anatómico de desenho. E ante os dois filisteus boquiabertos, Manuel parecia decidido a explicar a passagem histórica. Disse torporosamente a fundação de Roma, sua infância como cidade, as primeiras leis orais, a falta de mulheres. Na lenda da loba amamentando Remo e Rômulo, foi patético, e citou a Rua do Ouvidor... Os brasileiros, vá de enxugar os olhos marejados!

— Um momento, seu moço — disse o cor de abóbora coberta. — Me consinta que apresente outros patrícios chegados no paquete. Hen?

Os que estavam cavaqueando em torno à banca, tinham-se levantado todos em cerimonial, puxando os punhos.

— Agora nos explique Sabinas — regougaram os brasileiros ao mesmo tempo.

Manuel fê-los sentar em filas paralelas, passou os dedos pela trunfa com modos de inspirado, e num belo movimento, estendeu o chapéu:

— Dois tostões cada pessoa. Vai principiar!

Quando à porta da sala uma voz prerrompeu em exclamações: «Oh Manuel! Oh celerado!» Era Julião, o jornalista Julião, que soubera elevar-se pelos seus artigos políticos; Julião que despachado oficial de secretaria, as suas contas pagas, liquidada a boémia, começara a frequentar a sociedade de cabelo à inglesa, luvas estranhas, e o secretariado perpétuo de todas as associações de beneficência.

Julião afigurava-se um ideal de fortuna intrépida a

todos os desempregados que roíam as unhas à porta dos botequins.

Uma vez no pináculo, tornara-se affectuoso e tolerante, desdizendo aquele republicanismo de quando, sem camisa, era exímio em coser colarinhos de papel à gola de casacos sem forro, e tombas de cerol na gaspeadura de botinas estrompadas.

Abraçaram-se.

— Como eu estou contente em te apanhar aqui! — explodiu Julião. — Onde moras tu?

O outro declarou-lhe então que não morava.

— Quê? — fez o *gentleman*, procurando fingir-se admirado. — Mas onde é que almoças?

— Eu não almoço...

— Bem! Vejo que ainda continuas a erguer-te tarde. Mas pelo menos hás-de dizer ao teu amigo aonde jantas.

— Mas se eu nem janto! — tartamudeou o boémio, em jeito fúnebre.

— Diabo! fala baixo. O pior é eu não ter comigo uma de xis.

Já Manuel alisava com mimo a belíssima fazenda do *pardessus* de Julião.

— Este casaco, no Roma, deita para além de oito mil-réis. Riquíssimo traste! Quem ficou sem ele, não haverá por acaso outro que me endosse, pelo mesmo preço?

— Vamos cear — exclamou subitamente o burocrata. E eles saíram.

— Diz primeiro o que tens feito — fez o boémio passando o braço ao pescoço do gazeteiro.

— Ando por aí a construir o meu nicho, como posso.

— Eis a questão difícil.

— Oh, difícil! A sinceridade com que nós discutíamos a vida, um livro, um homem, em tua casa, aquelas noites... Ninguém esfarrapou ainda uma besta com mais pujante hombridade, de que cá estes dois sarrafaçais!

— Ricas tarefas, sim senhor! — disse Manuel.

— Ah, que tolice que eu fiz em me criar aversões nos condiscípulos bem nascidos!

Que me importa a mim que eles fossem cretinos ou prodígios? Devia prever que seriam esses os futuros mandões cá do país. E agora, nenhum deles me perdoa as insolências que lhes disse, quando a regra prática seria captar-lhes as boas graças de começo, a fim de lhes explorar a prosápia, a seu tempo. Nós fizemos de quase todos inimigos irreconciliáveis — e a exemplificar, Julião citava nomes.

— Não podes calcular a velhacaria que eu tenho gasto para reconduzir a mim as figuras que molestei outrora, de parceria contigo! Parece que daqueles trinta e seis asnos saíram trinta e seis mil conselheiros influentes, que estão de sentinela a todos os cargos que eu desejo, e se atravessam na porta de todas as aspirações a que eu ousou erguer a vista.

— Mas com o teu talento é esmagá-los!

— Qual esmagá-los! Riso na boca, e vá de fingir que se lhes não percebe a má vontade. Por mim estou aclimado. Sumo respeito às reputações feitas, falo sempre do Governo em termos comedidos, sei exaltar como ninguém os actos dos ministros, manejar o sigilo partidário como poucos; e não largo de olho nem um só dos bons lugares que me convêm. — Acrescentou em voz rancorosa: — Quando um dia estiver de cima... — e fez com a mão o gesto dum cutelo descendo para ferir.

— Em resumo — disse Manuel — para se ser alguma coisa cá na terra, é indispensável deitar ao mar toda a vergonha.

Entraram numa taberna. Julião quis peixe, enquanto Manuel com ares bicaís, abria com uma canja regada a termo tinto.

— Mas que vieste tu fazer a Lisboa? É emprego?

— A província enfastiava-me: depois, li nos jornais que se ia abrir um curso de violoncelo...

— Optaste pela música, bravo! E estás matriculado?

— Eu não e tu?

— Ouve. Porque não escreves tu alguma coisa? No meu jornal pagam os folhetins a três mil-réis. Dois por semana. Oito por mês. É um auxílio, que diabo!

— Uf! repugna-me assinar a obra de toda a gente. Entre a intrepidez dos meus ideais artísticos, e a mesquinharia dos meus recursos picturais, há um abismo de impotência de que não quero dar prova aos meus contemporâneos. E todavia acreditarás?... mau grado esta inânia, os meus nervos porejam umas selectas impressionabilidades... Tão finas, tão finas, que até me incham as pernas só de pensar que podia esmagar-mas o americano.

E como o outro ria:

— Já agora só adquiero hábitos de trabalho quando o meu velho morrer. Com o que ele me deixe, comprarei um moinho e...

— Em conclusão, serás sempre um vagabundo.

Puseram-se a falar nas frescatas antigas, o chinquinho da Horta das Tripas, calotes ao bilhar, desavenças por esses bairros de vício, e das raparigas que lhes resvalavam ao leito, sem prazer, espancadas nas loucuras do vinho.

— Aquele Rodrigues torto, com um ar velhote? — disse Manuel.

— Tinha ordem de me seguir em literatura a seis anos de distância; por forma que assinava com o nome todo, os meus artigos velhos. E entrou a ser admirado, segundo penso, porque o vejo agora de luvas.

— E o Forjaz dos lausperenes?

— Desgostoso de haver assistido a um jantar, sem fazer mão baixa nos talheres, suicidou-se. Era a sua primeira boa acção, pobre rapaz!

— Ouço que vinha de excelente família.

— Sim, o pai furtava lenços.

— Vá, mais coelho. Está copioso. — E eles regalavam-se, bebendo copos sobre copos. Ambos cambaleavam à saída. Manuel, siflando *A Marselhesa*, dava encontrões nos polícias, Julião chorava de ternura, e propôs fazerem uma excursão ao teatro das suas antigas rapaziadas.

— Mas como tu mesmo estás mudado! — tartamudeava Manuel, de queixo preso. — Até já usas colarinho.

— Meu caro, o *toilette* é uma das mais altas concepções humanas sobre a terra. O que eu gosto, por exemplo, duma casaca...

Ficou-se o outro um instante, com um desdém no beijo descaído. Mas transigiu afinal:

— Uma casaca, vá... sendo bem preta.

No Arco da Bandeira deram com a legendária república de estudantes, ao pé do arco, transformada em casa de penhores. Dali tinham saído estranhas cabeças, aptidões singulares, farsadas trágicas.

— O que será de um Santos? — disse um deles.

— O que roubou a Dolores a um ferrageiro. Só uma espanhola romântica abandonaria assim a riqueza, para vir jantar a um cuté sopas de chá.

— Tanto a adorava ele, o pobre tonto, que se pôs a coleccionar os caroços de azeitona que ela cuspiu, à sobremesa.

— Desengana-te. Não há poesia mais bela do que a fome.

— Dos outros, é certo... posta em verso, depois de uma boa ceia no Tavares.

Na Mouraria nem tinham podido reconhecer o prédio onde haviam residido mais de três anos, sendo patroa uma D. Domingos, senhora opiniosa que tocava violão. E ocorreu-lhes um gato miguelista que ela tinha, e fora imolado com batatas fritas, por uns liberais da Politécnica.

— Política! — disse Manuel filosoficamente.

— Que será da filha? — perguntou Julião. — Redondinha, apetitosa, de uns acanhamentos infantis... — Em termos que Julião surpreendeu-se a deitar-lhe namoro, às escondidas de Manuel, que na ausência de Julião fazia o mesmo.

— Pelos meses fora, como a criatura ia nutrindo, foi na casa da patroa um rebuliço...

— Intervém um boticário com pílulas. História de rir!

— Que será dela, coitada?!...

— Ouvi que fugira com um bilheteiro da Rua dos Condes, que lhe batia, por conselho dos médicos.

Iam por uma viela da Mouraria. Davam onze horas. Ali os prédios eram esguios, as escadas fuliginosas, a luz soturna. Lamas pardas abafavam o ruído dos passos, e saíam vozes roucas das mansardas, rumores de guitarra das tascas, e alterações dos cantos, onde explodia a miúdo alguma obscena interjeição. Às meias portas, esmagadas de vício, as raparigas dormiam sob revérberos de petróleo, atravessadas na soleira como cadelas, a cabeça caída de lado, sobre os dois braços em ninho — e algumas estremunhadas, com vermelhão nas olheiras, erguiam maquinalmente a cabeça à passagem deles, chamavam-nos sem desejo, por fome, e, resignadas, tornavam a adormecer na mesma postura de escravas em leilão.

Uma pegajosa tristeza saía de todo esse imundo bairro de povo, com frontarias rachadas, janelas vesgas, choros de crianças, e gatos inverosímeis reflectindo em circuito o problema dumas cabeças de sardinha, que ninguém lhe atirava ao meio da rua.

— Tudo acaba — suspirou Manuel com um peso no peito. — Lisboa já não é Lisboa. Vai um copinho de aguardente?

9 de Julho de 1890

Fui-me há dias ao liceu de Lisboa, ver os exames. Havia dez ou doze anos que me desacostumara daquele espectáculo da infância e da adolescência, repetindo automaticamente:

— O que era um tropo;

— como se dizia, *ora cebo!* em latim; quais os motivos porque em *boa lógica*, ILUSTRAÇÃO se devia escrever com dois ll ...

— porque é que um rio era só composto de água;

— o que entendia o senhor aluno por consciência, senso íntimo, ou percepção interna, etc., etc.

Uma simples inspecção de meia hora, por aquelas salas de exames, cuspinhentas, lúgubres, me fez ver que o programa de estudos secundários de 1890, e seus respectivos processos de ensino — ao fim de seis ou sete reformas pensadas e repensadas em bestuntos de pedagogos e arquiautorizados conselhos de instrução pública — em nada diferiam dos programas e sistemas de ensino do meu tempo, quando o padre Amado era a grande mina plumbífera dos colegiais que se atarantavam, e quando o Álvares Pereira surgia nos pesadelos dos pais de família, como o espectro de Laplace, encadernado na figura terrífica de Sansão, o carrasco.

Por essa visita de meia hora, fácil me foi reconhecer que a instrução secundária do meu país, propondo-se mobilar o espírito dos rapazes com uma série de noções

gerais sobre todas as coisas deste mundo — (línguas mortas e línguas vivas, história das guerras púnicas e campanhas de Napoleão, máquinas eléctricas e leis, equações e desenhos de figura) — lá continua a proporcionar-lhes martírio idêntico aos inolvidáveis que eu sofri, e cansaços de encéfalo, que mais tarde nos faziam entrar na escola superior, cabisbaixos e desinteressados das questões, olhando as rutilâncias da ciência através do prisma da estopada, e o belo espectáculo da vida através duma nostalgia divergente, alucinatória por vezes, dentro da qual turbilhonavam já bactérias de muitas futuras doenças incuráveis.

Como há dez ou doze anos, os educadores da mocidade portuguesa vão prescrevendo a instrução secundária, não como um método, mas como uma enciclopédia; não como uma preparação, mas como um fim; não como uma ginástica ensaiadora das vitalidades elásticas do espírito, porém como uma definitiva batalha — de cujas escaramuças muitos saem derreados e inválidos para o resto dos seus dias.

Esquecem-se eles, como no meu tempo, os pobres homens, de que neste proporcionar de primeiras luzes intellectuais, o estudante apenas deveria observar com parcimónia, ao tratar-se dum ramo de ciência, os simplíssimos detalhes e leis destinadas a lhe fazerem compreender o espírito dela; e de que o ensino secundário, como diz Lavissee, por isso mesmo que uma ginástica, deveria atentar, primeiro que tudo, nas aptidões especiais de cada estudante, visto como o espírito não é uma abstracção, mas um ser vivo — e submetê-los todos a um regímen uniforme de cultura, *preparatório* muito embora, é fazer violência à natureza.

Não curarei, porém, agora deste problema do ensino secundário, que é longo, e está sendo debatido por escritores mais lapidares. Quero só voltar a atenção para outra chaga adstrita à educação da adolescência, e bem

mais perigosa do que aquela, pois ameaça aniquilar nas origens mais puras da vida as futuras gerações, a quem competirá por herança o guiar, dentro de alguns anos, a já combalida e gafada sociedade portuguesa.

Esta chaga é a evidente fraqueza física, o esgotamento apático, a *courbature*, a tristeza, o ar espectral, quase idiota, que eu vi transparecer em mais de metade dos estudantes que erravam ontem pelos corredores do liceu de Lisboa, a pequenos grupos, cabisbaixos e lívidos, o ar escorraçado de quem espera uma sentença de morte — ou mais compostos e míopes — de colarinhos altos, ombros caídos, mãos húmidas, inermes pulsos (eram evidentemente os mais estudiosos e bem-comportados das suas classes e colégios), andando nas pontas dos pés para não fazerem bulha, falando baixo, e, detalhe secante!, detendo-se a ler as pautas dos exames, com aquela secura de procuradores, aquela subserviência de capelães, aquela ênfase conselheiral que tinha Acácio a ler a pauta dos jurados, no guarda-vento dos Mártires, enquanto Luísa o evitava, com a instintiva repugnância da fêmea pelos *hommes de bois* da civilização.

Pela escadaria, no pátio, de quando em quando, pequenos destacamentos trôpegos desciam, a dois de fundo, guardados por um prefeito sargentão, e lá marchavam caminho dos seus colégios, sobraçando os compenditos sebáceos, os linguados de almoço com a cabulazinha dos temas e das equações resolvidas: e eles hirtos, inermes, sem uma palavra alta, nem um riso libérrimo, nem um gesto independente, nada mais do que a tristeza dos seus lares estrelejada em melancolia nos olhos, e o dorso curvo, como o dum escravo, às reprimendas dos guias e directores das suas prisões.

Um ou outro diabrete vermelho e impetuoso, de calção curto e boina de marujo, ainda se aventurava, naquela necrópole, a parecer lúcido, a esguichar um dichote, a correr atrás dum camarada, com um murro de

atleta no punho crispado: mas o contínuo vinha logo fazer queixa, o prefeito do colégio dava-lhe um safanão no braço, com autoritarismos de cabo-chefe; lá de dentro, os examinadores, de óculos e camisa de riscado, gritavam «*Shut!*» — e os que liam as pautas voltavam-se, de cara rapada, o ar padreca e vicioso, dezasseis e dezoito anos ainda, e já velhos, como o *frère* Hilarion do *Charlot s'amuse...* — fuzilando uma cólera jesuítica pelos óculos, contra a criança que ousara fazer estourar a granada túrbida da risota, ter um rompante de vida animal, entre aquela procissão de sombras alquebradas, e no meio daquela espécie de seminário-matadouro das futuras forças inteligentes do país.

— Mais de metade — disse-lhes eu.

E a essa metade de examinandos era fácilimo assinar a proveniência da educação, o processo de vida física e quotidiana, a enclausura glácida, armada em receita para domesticar ferocidades de temperamento, demasiado turbulentos, na liberdade da casa paterna. Essa metade era composta de todos os internos e semi-internos dos colégios de Lisboa, que as famílias das províncias degredam dos seus lares, por não poderem fazê-los seguir os exames doutra forma, e de que as famílias da capital se despojam, mediante espórtula fixa, a fim de evitarem frenesis que envelhecem as mães, perturbam o sossego dos vizinhos, e mesmo muitas vezes chegam a enodoar de pecadilhos a consciência virgínea das criadas.

Se a minha voz fosse escutada, eu pediria aos encarregados de vigiar em Portugal a educação dos nossos rapazes, se reunissem todos numa espécie de permanente congresso de vigilância, que chamasse a conselho os avisos dos homens de ciência especial, os higienistas, os médicos, os professores das disciplinas secundárias, os próprios colegiais mesmo, para se assentar duma vez, com sinceridade e largueza — longe da pelintra-

gem de se proteger o colégio deste, e de se adoptar o compêndio daquele — no sistema de educação que conviria dar à mocidade, à luz da ciência, conhecidas agora, como estão, as consequências nefastas do *surmenage* (resultado dos pesadíssimos programas secundários), do *malmenage*, do sedentarismo (fruto do internato), em termos que a cultura do espírito marchasse a par do desenvolvimento do corpo — que é sagrado, e não deverá jamais sacrificar-se a qualquer outra necessidade, por mais imperiosa que ela fosse — evitando-se, numa palavra, todos os defeitos, todos os vícios, todos os erros que nos comprometem o futuro da raça, e actualmente *estão rebaixando o nível intelectual* a um extremo horripilante.

Quisera eu mais que esse congresso, formado pela colaboração de todas as vontades sérias e honradas do país, depois de assentar num projecto, entrasse em comissão de vistoria por todos esses estabelecimentos de educação masculina e feminina, que os jornais estupidamente reclamam, e a polícia dos costumes tolera, os fechasse a todos, desde o primeiro até ao último, e isto orgulhoso de haver prestado um serviço a toda a gente. Porque esses internatos, nas condições em que entre nós se consentem, são uma permanente agência de assassinos (eu conheço os argumentos a aduzir em contrário, frescos argumentos!), de degenerações físicas, de perversões morais, de definhamentos de toda a ordem, donde, ao fim de cinco ou seis anos, se sai com preparatórios e dispepsia, distinção em matemática e neurastenia, desenho de figura e falta de hombridade. E se os mais robustos resistem, quase sempre os *hereditários* afocinham; sendo certo que nenhum indivíduo educado em internato deixa de sair de lá com um defeito, pequeno ou grande, intermitente ou permanente, na saúde ou no carácter, na linguagem ou na solidez do raciocínio, no sabugo das unhas roídas, ou nessa altivez divina, que individualiza o homem como ser superior, e

o ajuda a resistir, pela simples consciência da sua força, contra a *dégringolade* de interesses, patifarias e cinismos, a que o mundo pomposamente chama aí — a luta pela existência.

No meu tempo de colegial (o colégio onde eu apodreci durante seis anos, era um dos melhores e mais bem conceituados de Lisboa) a vida no internato era a seguinte. Erguíamo-nos da cama às cinco horas, Verão e Inverno, estudávamos até às oito, hora regulamentar do almoço (uma chávena de café ou chá, e pão com manteiga. Deste pão com esta manteiga, é que a minha musculatura tirou a quase valetudinária flacidez de que hoje goza) depois do que, entrávamos novamente nas salas de estudo, onde nos amesendávamos até às quatro da tarde.

Quatro horas dadas, caligrafia durante hora e meia, e ia-se jantar.

O jantar era uma sopa feita do pão que sobrava do almoço, uma fatia de carne cozida em água, duas colheres de arroz seco, alguns talos de repolho, pão, e uma fruta do tempo, ordinariamente verde, ou apodrecida no chão do pomar. Aos domingos, este *menu* enriquecia-se com um prato do meio, cuja substância variava entre a isca do fígado e a dobrada com ervilhas, e um cálice de carrascão, parcimonioso, de cujo sarro nos servíamos para, em horas macabras, garatujar as caricaturas dos prefeitos nas entrefolhas dos cadernos de significados.

Esta alimentação monótona, desleixada, insuficiente, repetia-se sem alternativas, durante meses e anos do nosso pensionato. Seguia-se ao jantar uma folga de duas horas, que durante os meses de Inverno decorria nas salas de estudo, hermeticamente fechadas, para na Primavera e no Verão se expandir num quintalório de trinta metros quadrados (éramos uns cento e vinte ou cento e quarenta, entre internos e semi-internos), plantado de árvores raquíticas, e sem jogos, nem diversões de espécie alguma.

Os prefeitos, a quem de todo estava confiada a vigilância dos rapazes, a sua educação moral, a sua postura, além de alimento e quarto, recebiam por mês de doze a quinze réis. Imagine-se que género de educadores eles seriam, vindos dos regimentos da guarnição de Lisboa, ou recrutados entre os contínuos e os porteiros de escritório despedidos! Aos domingos, levavam-nos a passear durante quatro ou cinco horas, pelas ruas da cidade, aos jardins públicos, ou pelas estradas da circunvalação, poeirasas, entaladas entre muros lezardentos, — e neste percurso íamos nós sempre formados, a dois de fundo, numa grande bicha negra e morri-nhenta, que coleava ao longo dos caminhos, em meio da troça dos garotos, que davam vivas ao *batalhão da batata*.

Durante as onze horas diárias de estudo que nos impunham, os alunos sentavam-se em bancos de pinho, presos ao chão por gatos de ferro, sem encosto, duros, supliciais, e alinhados ao longo de enormes carteiras crivadas de gavetas. Na sala de estudos secundários (aula geral) cerca de oitenta a cem estudantes, de dez a dezasseis anos, passaram a vida amarrados nos seus lugares de ordem — onze horas por dia! — com imposição de não bulirem dos seus lugares, de não estudarem nem conversarem alto, de não saírem mais de duas vezes em cada período de estudo, sob pena de castigos, orçantes entre uma dúzia de palmatoadas, algumas horas de joelhos, ou uma penitência longa, em calabouço.

Pela manhãzinha cedo, era o director quem presidia aos nossos trabalhos. Desgraçado do pequeno que se encostasse à carteira, desviasse os olhos dos livros, ou fosse apanhado a cabecear de sono! Este director fora sargento na sua mocidade. Era um héracles bexigoso e de uma terrível subtilidade na invenção dos martírios com que espicaçava os seus subordinados. Diante das famílias, beijava as crianças.

A sós connosco, era um positivo facínora. Há no atlas do *Uomo delinquente*, de Lombroso, a fotografia dum pavoroso bandido da Lombardia, singularmente parecido com ele. Este homem teve uns poucos de processos por maltratar colegiais, a ponto de deixar um deles quase morto, tanta pancada lhe deu, por não sei que infracção, quase insignificante. O terror que ele despertava era tal, que algumas vezes eu vi caírem em delíquio, alagadas de excretos, crianças da minha idade, bem delicadas, franzinas, sobre quem o director ia a crescer, nalguma daquelas suas asfixias de furor.

Nas aulas, quase sempre fechadas, sem respiradouros, nem capacidade aérea, nem tiragem, havia constantemente um fétido morno a leite azedo, dos venenos epidérmicos e pulmonares em exalação. Os dormitórios eram no andar de cima dum prédio velho, grosseiramente adaptado à moradia de tamanha tropa de indivíduos: e em corredores estreitos, em pequenos quartos de tectos baixos, em escaninhos de toda a ordem, alumiados a petróleo, as camas dos internos alinhavam-se, apenas separadas umas das outras por intervalos de meio metro.

Os banhos raríssimos. Aos domingos de manhã meia hora de ginástica em argolas e barras, não obrigatória, mas à vontade das famílias, que ainda nesse tempo, as da província sobretudo, consideravam a ginástica como um exercício de palhaços.

Quanto ao mais, desleixo absoluto! Nem exames médicos aos alunos, de tempos a tempos, como preventivo contra os agentes depressores que de todos os lados estão cercando as crianças, na pocilga insalubre dos pensionatos; nem a vigilância na educação moral; nem cuidados de *toilette*, de conversações, de convivência; nem jogos de espírito, de destreza ou belas-artes. Acostumados às brusquérias dos prefeitos, às suas palavras, às suas torpezas, os rapazes eram uns texugozinhos bisonhos, acanhados, hipócritas, idiotas, que perdiam a fila

diante de senhoras, e sorviam pelos pratos o molho da comida, como galegos. Todos os livros de leitura amena nos eram sequestrados, os mais conformes à cultura do espírito adolescente — a mim roubou-me o director alguns volumes de Garrett e de Herculano, que meu pai me tinha dado, quando eu me queixei do tédio mortal de que era vítima, durante as recreações, nas salas de estudo.

Ora, conquanto nos internatos do país, actualmente, a vida do collegial haja melhorado um pouco (muito menos do que se pensa) é certo que os vícios fundamentais do sistema hão-de subsistir enquanto os internatos durarem.

Continuará a enclausuração, na idade em que os organismoss tenros, como as plantas, mais carecem de luz e de ar para se desenvolverem.

Continuará a alimentação insufficiente, pouco variada e mais ou menos insalubre, arruinando as gerações pela dispepsia e pela inanição.

Continuarão os defeitos da vida promíscua de caserna, em cujos episódios conflagram a toda a hora os temperamentos e os caracteres mais antipodais: os maus contagiando os bons, os efeminados amolecendo os impetuosos. Continuarão os desmazelos da educação moral, a falta de exercícios físicos, contabalançadores do *surmenage* intelectual, e agentes da alegria, balanceiros da beleza e da força juvenis, por exemplo: o jogo de armas, o canto, a natação, os officios manuais, as violentas correrias sob as árvores, em pleno campo à exposição do sol e às intempéries...

Somem-se agora as depressões causadas pelo internato com as que já possam vir derivadas da hereditariedade, e concluam depois se será pueril recapitular: *que a vida dos colégios seja ao mesmo tempo causa predisponente e determinante, da caquexia orgânica e mental da nossa raça culta,*

tão assustadoramente evidenciada em todos os actos da vida portuguesa; e se ela não deve ser contada entre os primeiros factores de propulsão das doenças de esgotamento: a tuberculose , o tifo, a anemia, as afecções cérebro-espinhais, etc., e enfim, se não será dever nosso fazê-la riscar da tolerância pública, quebrá-la em estilhas, como uma coisa maldita, que Deus confunda no Inferno, por todos os séculos dos séculos...

Agosto de 1890

Ascende-se na escala, e cada vez mais vivas as desproporções entre as leis de família e as leis da convivência, entre as experiências da sumptuária exterior e os desmazelos íntimos de vida, entre os recursos e os gastos, o *haver* e o *deve*. A merceeira da esquina aspira a fazer de sua filha uma madama. O lavrador do campo, em vez de educar os filhos no fetichismo da charrua, desadora os encantos da sua dinastia agrícola, e ei-lo preparando engenheiros péssimos, e burocratas enfezados.

Pelo que respeita à imitação, o caso é outro, e do operário ao monarca, o catitismo é a propensão natural.

Nas ruas, por exemplo, o operário envergonhando-se da blusa, procura imitar o patrão nos modos e no vestuário.

Somos o único país do mundo onde o servente de pedreiro se passeia ao domingo, em chapéu alto, e a filha do escriturário de duzentos e quarenta réis, se oferece o primor de saias de cetim. Simples engomadeiras e mulheres de pequenos empregados, abandonam o percal dos vestidinhos baratos, e aparecem nas lojas embonecadas como senhoras, entre pregas de estofos que a indústria falsifica de cores que o sol devora, e de padrões que macaqueiam a estampagem preciosa das sedas e dos veludos. Dêem uma vista de olhos pelas

residências do operário e do pequeno empregado de Lisboa. Uma porcaria ignóbil nos quartos, as arcas sem roupa, o pé-de-meia sem economias. Intimamente, as famílias comem carapau, usam peúgas rotas, deixam a pequenada lazarar de escrófula e de imundície. Mas quase todos têm *a sua sala*, e andainas da moda com que disfarçar em público a sua condição modestíssima de vida.

Especialmente nas cidades, o trem de vida complicou-se de exigências ruinosas.

Só a casa de aluguer, numa rua nova, leva metade das rendas anuais de moradores como sejam: o chefe de repartição, o pequeno industrial e o pequeno proprietário. Os mais leves serviços domésticos desdobram-se por uma quantidade de funcionários especiais: é a ama de leite e a ama seca, a cozinheira e o criado de mesa, a mulher dos quartos, a costureira, a cavalaria, o cocheiro, e daí para cima, todo o supérfluo luxo de pessoa inerente à educação dos filhos, e ao desgoverno apático das esposas, a dama de companhia, até à mestra de harpa e à professora estrangeira poliglota. Acrescenta-se a isto as contas da modista, a verba dos teatros, dos bailes, das subscrições e das festas de caridade, todos os crescendos de despesas resultantes da emulação feminina, do desejo de casar os filhos, de fazer figura na sociedade — e venha-se a concluir alfim, que por não haver numerário em cofre, com que prover pingueamente a tanta coisa, algumas precisões de menos evidência hajam que sacrificar-se a outras de simples aruído factício e espalhafato.

Poucos têm o orgulho do seu lugar e do seu nome, e quase todos fazem por se atribuir as prerrogativas do posto imediato, e de irem macaqueando em público os superiores. Teixeira de Vasconcelos, homem de talento, espírito positivo e reflectido, sempre que lhe acontece ir ao estrangeiro em missão do Governo fazia-se passar por lá como um antiquíssimo fidalgo: e eu sei

do ourives que lhe punha nas carteiras monogramas encimados por uma coroa de marquês! Andrade Corvo, aquando ministro nosso em Paris, assinava *Corvo de Camões*, o que dada a ignorância francesa pelas coisas de fora, alguma vez promoveu a autor d'*Os Lusíadas* o anódino fabulista de *Um Ano na Corte*.

Por ocasião de casar o Sr. D. Carlos, grande número de famílias da corte foram obrigadas a enviar ao prego mobílias e talheres, por acudir à sua própria representação decoral na cerimónia; e detalhe horrível! cinco casas ilustres empenharam mesmo os fogões de cozinha, o que deixa supor que todas vivessem, nesses dias de caudas e de plumas, do *menu* de bacalhau com grelos da taberna próxima.

Porém, não é só pelos lados da economia e da moral que esta superfetação de luxo é deletéria.

Alguns imbecis a mais na penúria, alguns caloteiros a mais na falcatrua, tudo isto seria, no golpe de vista geral da vida portuguesa, simplesmente um detalhe dramático, mais pitoresco do que lastimável. Mas é que nos países pobres e imaginativos, o frenesi do brilhar leva o consumidor e o produtor à sofisticação de tudo. E isto é medonho! Não me ocuparei já das fraudes havidas por banda do produtor, tais como a falsificação de móveis de arte, onde o pinho de Flandres procura dar-se a *coupure* da ebenesteria dos grandes séculos; tais como a falsificação de estofos onde o cretone e a juta copiam o padrão dos densos e caros tecidos dos móveis capitonados e dos reposteiros de luxo: tais como a falsificação da lavrancia de arte, onde o cristofle arre-meda a baixela de Germain, e os talheres de Cheret e Joubert, ourives de *Sa majesté la reine* — e tudo isto para que o consumidor logre intrujar-nos com umas aparências de vida sumptuária, para a qual lhe não chega o dinheiro nem tão-pouco a educação. Quero apenas frisar as fraudes do gosto, a espécie de ataxia estética que

essa paixão do luxo traz ao proprietário, achinfrinada da falta de dinheiro, e da qual nasceu para as residências medíocres a preocupação da bugiganga como motivo ornamental, de que o chalé Sassetti é entre nós o Trianon modelo.

A elegância que nos verdadeiros palácios consta de adornos sérios, móveis de estilo puro, quadros autênticos — coisas nobremente sugestivas e belas, de cujo convívio brota essa obra de inteligência e de graça que se chama o homem do mundo, e de que a Europa oferece ainda alguns modelos — ao amesquinhar-se na cópia, ao reduzir o pé direito das salas, o âmbito das galerias, a matéria-prima dos objectos, a sobriedade sábia dos conjuntos, descamba na *garçonnerie*, onde tudo é cartonagem, no delírio do caco pintado, onde tudo é feira da ladra e chinesice. O que é afinal de contas o bricabaque? O decadismo na arte da casa, a armadilha ao gozo da pupila, por via do *exquis* de contrabando, que tira ao espírito a possibilidade do interesse pela obra de arte sã, e pela obra-prima absoluta. Imaginem o sermão do dandismo, pregado por um falso mundano, duma cadeira gótica imitada pelo Barreira! Com o seu ar sem nexo, de bocadinho, e de peça inacabada, o bricabaque é a imagem das hesitações e das desfalências que saem à estrada do homem moderno, castrando-o para todas as sexualidades viris da vida forte. Mercê desses acumulados de formas macabras, desses microcosmos de policromia dúbia e de factura *preciosa*, que invadiram a habitação moderna, desde a cozinha até à cama, a vida de interior deixou de ser um calmante contra as excitações de fora, e tende ao exaspero contínuo das ostentações que desarranjam a medula, e vão feminilizando o homem até aos limites duma liquidação formal da energia física e da inteligência.

A casa fez-se assim sítio suspeito, tendente ao cuté da comborça, e ao beatismo fruste da capela jesuítica. Impossível ter ideias lúcidas, raciocínios serenos, funções

másculas, e tendências honestas! A alcova onde o ar asfixia de perfumes, onde tudo são rendas e colchas molemente esparsas, onde o sobrecoço do leito é uma pintura obscena, e todos os móveis provocam posturas antinaturais, nunca poderá ver gestar amores honestos, nascerem crianças robustas, e insensivelmente ei-la descamba num lugar de prostituição e de deboche. O gabinete de estudo, onde chávénas partidas se alternam com monstros japoneses, e ventarolas de plumas coroam troféus de academias, de actrizes e de espadas velhas, fechado ao sol por *vitraux* de gelatina, atabafado de reposteiros e de alcatifas, com falsas peles, Budas falsos, *fauteuils* estofados com dorsos de casulas e capas de asperges — em vez de levar os problemas da leitura à percepção cristalográfica, em vez de fazer convergir a ideia aos bicos da pena, límpida e fácil, em vez de ser a cela dum espírito contra o dilúvio crescente da tolice humana, bem ao contrário, é um lugar de pesadelo, um camarim de sugestão malsinante, convidando aos *agapes* mornos de preguiça, e talvez extinguindo, num período indefinido, o angelus da honra, pela contínua acção das suas torporosas influências.

Por cada seis bricabraquistas profissionais um só tem saúde: o resto dispépticos, impulsivos e castrados.

Não raras vezes a paixão do bibelô é um aviso de liquidação de raça, e um primeiro alarme de loucura. Já o Dr. Charcot tinha dito: «A Salpêtrière regurgita de antigos coleccionadores.»

31 de Agosto de 1890

Ao martirológio dos que se suicidam por drama, vem acrescentar-se o daqueles que se suicidam por tolice. O que mais complica em Portugal o infortúnio, é a fatalidade de quase todos os desgraçados serem tolos. Antigamente, quando o coração dum homem ainda batia por ideal alevantado, apenas eram conhecidas três ou quatro grandes razões capazes de levá-lo a abandonar voluntariamente a existência; e tão poucas vezes sucedia travarem essas razões a felicidade do pobre diabo, que raro adregava ter de se voltar a cabeça ao estroando dum tiro esmigalhando o crânio dum vencido.

Agora na vida acabou-se o lugar para os tipos intermédios, e o justo meio-termo entre o homem audacioso e o homem paciente, deixou de fazer maioria entre as populações que lutam para comer. Os homens partiram-se em dois grandes formigueiros raciocinantes — os vitoriosos, que fingindo acatar os direitos comuns, só realmente vivem, como os grandes carnívoros, à lei da força brutal; e os vencidos, raça inferior que serve de presa ao devorismo dos primeiros, e que desmoleculada pouco a pouco, mercê da química social que não consente inércias expectantes, irá rareando da hecatombe dos grandes centros, até se perder, como certos índios da América, nos recessos dos mundos mortos, onde algum jardim zoológico mandará caçar depois os exemplares mais pitorescos.

A lei de absorção que mete os pequenos estados na circunscrição política dos grandes, que sacrifica as nacionalidades exangues ao egoísmo das nacionalidades pletóricas e bem armadas, não é senão o caso amplificado do mesmo signo cruel, que põe na vida individual o patrão rico a explorar o operário pobre, o deputado a iludir a boa-fé do rústico eleitor, o grande burocrata a assinar com o seu nome, a obra do pequeno amanuense, o padre a engordar de enterros, e o general enfim a arrogar-se vitórias que só foram ganhas pela valentia do soldado.

Nesta injustiça pois de prémios e destinos, enquanto o triunfo centuplica a audácia dos fortes, vai a timidez acachapando cada vez mais a inânia dos vencidos, de cujas liquidações finais são testemunha as vendas de álcool, as estatísticas hospitalares de loucos e cardíacos, os casos da morte súbita, a prostituição e a miséria¹, que tudo isto decuplica em Portugal de ano para ano — arcanjos de extermínio, revertendo-nos consoladoramente ao estrume donde nunca devêramos ter brotado!

Por não ter dados que me permitam descrever, com

¹ A estatística de 1888 acusa a retenção de 382 426 piteireiros, nos calabouços das nossas cidades e grandes vilas do continente, onde a organização da polícia é regular. Só a capital forneceu à sua parte 6340, entre capturados pela polícia civil e guarda municipal. O número de licenças pedidas em Lisboa, para a abertura de novas tabernas, elevou-se a 637, no ano de 89. Os suicídios foram, no distrito de Lisboa, cerca de 390, entre frustrados e desfechando pela morte — mais 216 do que no ano anterior — e os casos conhecidos de morte súbita, elevaram-se à jucunda soma de 3472, nas cidades de Lisboa e Porto, e suas imediações.

Foram autuados em Lisboa por transgressão de posturas municipais, 19 341 indivíduos, que deixaram na Boa Hora réis 40 019\$30. Houve 2358 prisões por ofensas à moral, e 6009 por mendicância e vadiagem.

O livro das mulheres perdidas arquivou 6014 nomes — *mais 1118 do que em 87!* Daquele número, passante de dois terços era povo, criadas de servir, costureiras, cigarreiras, filhas de pequenos empregados, e 854 mulheres de espécie ovarina, que passa pela mais honesta e laboriosa da gente pobre de Lisboa. Em compensação, a capital de tantos bêbedos, de tantos mortos, de tantos obscenos, de tantas prostitutas, teve apenas que registar 146 desastres ocorridos no trabalho!

científico rigor os trâmites desta luta entre fracos e fortes, entre tímidos e audaciosos, nas diferentes áreas da província, onde ela deve dar-se, como em Lisboa — divergindo em cada uma, está claro, conforme a natureza e a intensidade das causas e dos efeitos — circunscreverei o meu estudo particularmente à capital, onde mercê das migrações que a província quotidianamente aí despeja, se pode dizer que está hoje condensada a vida do país. Essas migrações, escuso de acentuar, são evidentes. A febre de civilização que as estradas e os caminhos-de-ferro levaram à província, encontraram as populações numa crise de miséria inconsolável, vinda da decadência agrícola, que é em todos os pontos de Portugal absoluta, e criaram nessas ingênuas famílias, até então aferradas à tradição territorial e aos ideais de vida primitiva, necessidades, para que os seus bolsilhos não estavam feitos, e para que os seus campos não produziam custeio suficiente.

Os mais ricos entregaram as terras a administrações mercenárias, e vieram para Lisboa queimar os últimos cartuchos, em carruagens, especulações de fundos, sindicatos e intrigas políticas. Os remediados, arrefecida a paixão do foco, quebrado o elo que prendia, pelo amor do lucro, o filho do proprietário ao quinteiro em que os antepassados medraram, descaminharam os herdeiros por profissões científicas e empregomanias, que fizeram deles tristíssimos sábios, problemáticos estadistas, e ambiciosos sornas e desilustres. Finalmente, os subalternos, que vivem das suas primeiras classes, acoitados pela fome, vendo as suas pobres vinhas filoxeradas, os seus soutos murchos, os seus olivais ferrugentos, as indústrias locais sem procura, em ruínas a aldeia, lá debandaram também por sua vez, vindo os mais tímidos trabalhar por serventes e carpinteiros, nas obras da cidade, e liquidando os mais ambiciosos, a casa paterna, para desertarem da pátria, caminho do Brasil e das repúblicas florescentes do equador.

A expansão pois que na capital se nota, há dez anos, não provém tanto dum desenvolvimento de riqueza, como dum trasbordo de fugitivos que perderam o siso, e se enfastiaram de vegetar sem proveito, no remanso das suas quintas devastadas.

Lisboa é uma cidade que se está doirando com os restos da riqueza de trinta ou quarenta cidades: uma feira das vaidades que se enfeita com os desmazelos de quatro ou cinco mil fortunas rurais comidas de hipoteca. Mesmo o Brasil, a quem nós devemos tanto, e que é ainda hoje a única florescente colónia portuguesa — porque nos dá, sem despesa, e beneficia o país com o melhor de trinta ou quarenta mil contos anuais — o Brasil, quando outrora nos mandava, em comendadores milionários, os pobres colonos que para lá iam trocar por moeda os nobilíssimos esforços do seu braço — há trinta anos ainda — em vez de fazer parar esses benéficos obreiros nas capitais de prazer, em vez de lhes engolfar os tesouros nas grandes especulações a que os governos dão ala, com privilégios infames e garantias de juro, recambiava-os, ingénuos e nostálgicos, aos seus campanários de origem, onde a agricultura lhes merecia zelos, ternuras, sacrifícios, em termos deles haveram sido para muitas terras do Norte e do Meio-Dia, os sucessores dos antigos frades, os zeladores da ordem e da prosperidade pública, o espírito de progresso: e municípios, bancos, e juntas de paróquia, ao mesmo tempo!

Leia-se agora o registo das centenas de edificações a construir nas ruas de Lisboa; mais de metade pertence a brasileiros. Mas em compensação, não há na província uma única tentativa de restauração vitícola, um ensaio de cultura nova, uma empresa de arroteio e transformação de terras baldias, uma grande rouparia ou uma granja modelo, a que esses argentários tenham querido entregar o seu dinheiro.

Ainda a nossa capital lucraria com aboletar nos seus

bairros, este afluxo de gozadores e de necessitados, que atrás disse, se por ventura a mor parte trouxesse, dos seus lares, o aferro incondicional do trabalho, o espírito de ordem, o sentimento de economia, e os hábitos certos, e os affectos familiares, que na província têm quase todos. Uma tal invasão corrigiria ao menos Lisboa, que é ainda hoje a mais desleixada, a mais porca, e a mais artificial de todas as capitais do universo. Mas vai que a passagem dessa gente, dos seus lugarejos natais, para um acampamento promíscuo, como este, de à beira-Tejo — esta passagem que em princípio só lhe deslumbra saloicamente os olhos — depois fere-os no peito, entra a contaminá-los de todos os vícios e de todos os fastios da vida alfacinha, desencaminha-os da sobriedade primeva, para os esgotos do gozo dia a dia, e completa afinal a sua obra, quando lisboetizados os ricos em janotas, e os pobres em fadistas, acaba de lhes tirar o pouco que eles traziam de bom, das suas terras.

Postas estas premissas, vejamos entre que camadas de população lisboeta, sociologicamente distintas, se trava a guerra de raças que atrás disse. É evidente que tendo essa guerra por fundamento o antagonismo entre os elementos da vida antiga, e os elementos da vida nova, a pugna explodirá todas as vezes que esses elementos se interceptem o caminho, os velhos para defender seus foros e tradições, os novos para conquistar, pela força da audácia sem escrúpulos, o lugar dos velhos. Na classe aristocrática, na política, na burocracia, no comércio, entre a indústria, entre o povo, desde que os dois grupos antagónicos se afrontam, é inevitável o choque, e a peleja certa; e ou se suba ou se desça na escala social, a attitude dos dois grupos beligerantes é idêntica. Quero dizer. Do lado dos sectários do que imprpropriamente, à falta de termo, chamarei antigo regímen, um aferro incondicional pelas coisas estabelecidas, respeito cego à lei, um orgulho pelo direito de

nascimento e de eleição, actividades ronceiras mas prudentes, ideias curtas mas firmes, o horror da aventura, um ideal político autoritário, a estima da riqueza adquirida devagar, e lá bem no fundo das consciências, a vaga convicção de que o país é uma conezia hereditária e impartilhável com os que vieram depois deles. Estas doutrinas, o grupo dos aventureiros novos rejeita-as, e para anulá-las todos os recursos lhe servem, e todos os campos de batalha lhe são fáceis. Como desta banda não há interesses que defender, e pelo contrário tudo a conquistar, os combatentes escaramuçam à laia de mercenários, negando tudo, excepto o direito de saque após a guerra, pregando que a imobilidade das coisas deprava os homens, e que só das renovações sociais violentas podem sair para as nações, válidos e triunfantes amanhã. Eis o que faz o rechaço de interesses e de ideias que actualmente vai pelas talhadas desse sorvado fruto que se chama a população de Portugal, e da qual Lisboa nos oferece à vista tão condensados espécimes.

Comece-se pela aristocracia. A genuína consta duma dúzia ou dúzia e meia de famílias donde a coroa tira o seu pessoal familiar, e que quase não recebe, não priva, nem vive senão consigo própria rejeitando se é rica, como os Fronteiras e os Palmelas, tudo quanto cheire a nobreza de enxertia e de armazém e recluíndo-se, se pobre, nalgum canto ignorado, onde passa a vida a evitar os paralelos humilhantes e os contágios vulgares, educando os filhos em oficiais do exército, e as meninas em irmãs da caridade, como no velho tempo. É uma classe distinta, um pouco banal vista por dentro, mas entronizada *quand même*, numa altura de orgulho que a defende contra os ferozes cercos da sua antagonista, a aristocracia do milhão, a aristocracia do pé fresco; e que mau grado as capitulações a que é forçada numa ou noutra família, por falta de víveres, ainda agora dá

tipos de certo efeito palaciano e decoral. Todos conhecem a resposta do velho Penalva, a um Armstrong que folheava diante dele um livro de linhagens.

— Pode dizer-me, marquês, onde encontrar neste livro os antepassados da minha esposa?

— Os antepassados da sua esposa... *mm, mm...* sim, ela devia ter antepassados, sua esposa... Olhe, procure o amigo isso, no segundo volume.

— Mas disseram-me que a obra tinha um só!

— Por isso mesmo, por isso mesmo!

Garrada a esta nobreza de sangue, e que se o não tem puro por cruzamentos, ao menos o tem por intransigência de conduta, há uma outra nobreza saburrosa, filhas de fidalgos casadas com filhos de tendeiros — espertalhões sem pátria galardoados com títulos que representam a subserviência dos reis e dos governos perante a usura dos agiotas que lhes taparam as faltas de dinheiro — proprietários boçais a quem a Avenida esferveu o sangue de cavadores, e que julgaram ter liquidado os calos das mãos, no dia em que saíram *biscondes* ou *varões* do próprio apelido: uma nobreza de dúbios e de tolos, de presunçosos e de tipos enfim, na qual todos os esforços miram esta ideia desonesta, apagar a origem, e destruir um passado incómodo por qualquer título. A um recém-titular que eu visitei, na manhã seguinte ao dia em que a munificência real o aviscondalhara, ouvi dizer para o criado:

— O senhor visconde quer almoçar, e se durante o almoço do senhor visconde, alguém procurar o senhor visconde, diga que o senhor visconde não recebe.

— Sim, senhor Guimarães, torna o criado.

— Guimarães?! Upa! Upa!

Um praticante de Restelo perguntava-lhe:

— Ó patrão, o duque de Cadaval também teve botica, como a gente?

E ninguém esqueceu ainda o bilhete daquela mulher de banqueiro à modista, quando o marido subiu a ti-

tular: «Minha amiga, venha esta tarde sem falta tomar-me medida dum vestido de condessa...»

Entre si, estas duas aristocracias detestam-se, a autêntica por desprezo, e por ciúme, a outra. Do lado da autêntica não se perdoa uma só das circunstâncias morais que possam pôr em cheque, a falsa. É a recusa sistemática de partilhar com ela as festas de beneficência, de a admitir aos seus cenáculos íntimos, de a introduzir nos cargos da corte, de frequentar com ela os sítios de vilegiatura e de prazer... Lá onde a altivez de uma duquesa hereditária pode arranhar o madamismo de uma baronesa episódica eventual, o conflito é certo, e a comédia em todo o ponto inimitável.

Uma família recém-titulada casou há poucos anos uma das filhas com o filho dum dos nossos grandes negociantes de fazendas, efectuando-se a bênção nupcial no palácio dum titular que residia fronteiro à casa do noivo, e cuja esposa comentava destarte a cerimónia: «Desde a casa deles, até à minha capela, vinha adiante um criado, desenrolando um tapete, para o cortejo passar, e atrás ia outro, enrolando o tapete, depois do cortejo ter passado. Ah, foi bonito! o tapete ficou como novo, e agora o podem vender, no armazém...»

Tanto o papel social desta tropa fandanga é deletério, que a aristocracia e a burguesia fecham-lhe as portas, embora ela de vez em quando lhe meta ombros, e penetre à força nos salões onde ninguém lhe oferecera um *fauteuil* de intimidade.

Alguma vez as festas que ela dá, estonteiam no seu orgulho a nobreza autêntica, o lado feminino sobretudo, que apesar do *rang* nem sempre tem podido evitar um calafrio de ciúme beliscado. Entanto essas exhibições, que os repórteres descrevem com a mioleira ainda azuada do champanhe, e cujo secreto intuito apaga o que nelas pudesse haver de delicado, essas exhibições, morto o clarão do último lustre, só deixam empós si um vago fétido de feira e baile público, a explosão dalguma

nova tratada, ou os proclames dalgum aparatoso casamento.

A luta que traz esta espécie de especuladores e de *parvenus* numa contínua febre de se fazerem lugar nos salões escrupulosos, é uma coisa tão complicada e tão dura, tão paciente e tão sutil, que se faria um volume só com os *pourparlers* que dela correm, em jeito de se provar que para certos ricos, o *struggle* é bem mais cruel do que para certos pobres. Todos os processos são achados bons para a conquista dessa almejada e nunca plenamente conseguida intimidade: quermesses e hospitais de meninos órfãos, árvores de Natal e procissões nos claustros dos conventos, beneficência e subscrição nacional, regatas e tiro aos pombos... — e sempre, de cada vez que seis fidalgas de sangue azul fazem um passo para uma bela obra, logo seiscentas outras, de calcanhar rachado, advêm com a bolsa aberta, prestes a arruinarem as casas de banco dos maridos, contanto que possam mostrar, da marquesa ou da duquesa, um *petit billet* para os seus chás. Há tempos, começou a rainha a reunir em Belém algumas pessoas mais próximas: imediatamente empenhos às centenas, de *panados* e de *panadas*, solicitando entrada — sendo o picante, que esses empenhos não miravam tanto a honra da recepção real, como o desejo de aproveitá-la em gazuia para forçar as portas de umas tantas casas ainda implacavelmente aferrolhadas.

Seria um inventário fastidiosíssimo a historiação, ponto por ponto, desta batalha de guerrilhas havida nas diferentes camadas da sociedade portuguesa, e que, quer se peleje nas altas, quer nas baixas classes, tem sempre por causa remota o mesmo choque de princípios que atrás pus, e por determinante sempre o mesmo jogo de ciúmes e de interesses que especifiquei para a família aristocrática. Tão perceptível esta luta é, que me dispenso de a talhar por episódios. Quem na quiser

por exemplo ver latejar na política, pergunte aos velhos parlamentares do tempo de Sá da Bandeira, o que pensam dos ímpetos do Sr. Navarro, e das manhas jesuíticas do Sr. Lopo Vaz. Quem na quiser sentir no exército, consulte o Sr. Duval Teles a respeito das qualidades militares do Sr. José Paulino. Quem na quiser sentir na ciência, alcance que o Sr. José Júlio lhe dê a sua opinião sobre o Dr. Lourenço. Quem na quiser sentir no alto capitalismo, fale ao Sr. Seixas dos processos de fortuna do Sr. Burnay. Por toda a banda enfim onde duas criaturas se afrontem, esse antagonismo ressalta, entre o velho e o novo, entre o ontem e o amanhã, sendo impossível dizer se ao cabo de tanto trabalhar, ficará vencedor alguém capaz de imprimir carácter no Portugal futuro, e de garantir à sociedade portuguesa uma existência autónoma, a despeito das vicissitudes e dos pessimismos circundantes. Entretanto esta batalha seria talvez fértil, como renovação de energias indómitas, se mercê da debilidade congénita do sangue, ou contraída pela educação, metade dos soldados não ficassem rebentados, sem baptismo de guerra sequer, na escarpa do primeiro talude a vencer, de baioneta em riste e mochila às costas. Como se todos tivessem nascido para destinos de príncipes, o menor contratempo desilude esses inermes, e os faz desertar da marcha forçada — empós da fortuna traçoeira. À preguiça que lhes deu o clima, juntam o fatalismo sorna que a tradição histórica lhes deu, e a cobardia física, vinda da dependência estrangeira e da esmolante miséria em que Portugal tem vivido desde o Sr. D. João IV. Nenhum país possui, sob este ponto de vista, mais autómatos. A iniciativa particular escandaliza a nossa inércia. Qualquer vontade medianamente enérgica nos faz medo. E daqui dois males graves. O primeiro é aguardarmos toda a vida, por um fundo sebastiânico da raça, esse protector misterioso que numa manhã de névoa há-de vir pôr-nos a mesa, arranjar-nos o emprego, mobilar-

-nos a casa, casar-nos rico, e que não vindo nunca, constantemente nos impede de ganhar a vida por um trabalho sólido e higiênico. O segundo é estarmos aptos a sofrer constantemente o jugo dum subalterno audaz que qualquer golpe de mão leve ao pináculo, e que uma vez sagrado chefe, chicoteie a seu gosto a caterva de humildes pulhas que nós somos. Estes dois males ponte-vistam a história de todas as nossas misérias e de todas as nossas subserviências, internas ou externas, quaisquer que sejam, e vão-nos aproximando com uma aceleração vertiginosa, do terrível dia em que enfeudaremos por completo, futuro e casas, ao devorismo da primeira potência forte que nos queira.

E o que mais confrange, é esta abdicação, no Estado como no indivíduo, ser feita de indolência estúpida, de desgoverno insólito, de falta de brio cívico. Não nos cerceia a miséria filha dum estancamento completo de recursos: cerceia-nos o desleixo, derivante dum descaminho de força, e de uma aplicação viciada de predilecções e faculdades. A maioria das nossas populações é feita desses tipos intermédios, expectantes, passivos, em que lhes falei no começo destas notas, que os fortes pisam e manietam ao seu carro, e para que não há lugar na vida agitante dos nossos dias. O resultado é este: em cima, o País gozado por dez ou doze charlatães, de parceria com dez ou doze bandidos, o todo fazendo permutações de infâmias e jigajogas de negociatas, que lhes permitem aguentarem-se alguns meses mais no tombadilho; em baixo a massa avulsa, morrinhenta, sórdida, sem força, desiludida de tudo, irrespeitosa de tudo, insultando-se como os bêbedos, sofrendo o azorague como os cães, vendo passar as afrontas indiferente, e deixando-se cair alfin no próprio vômito, onde a letargia assovaca, até que uma chicotada nova a faça outra vez estrebuchar!

Ponde na inferioridade antropológica do negro, a sordidez dos árabes do Cairo, que o inglês só aproveita

como engraixadores, e tereis realizado o tipo comum das nossas gerações contemporâneas, onde se perdeu tudo quanto faz do homem, não já uma máquina pensante, mas um instrumento automático de trabalho. Foi a educação? Seria. Mas é principalmente a cárie peculiar das raças que liquidam. Há noventa anos que isto vinha principiado. Nós somos bem os filhos desses rufiões que puxavam o carro de D. João VI, e para quem D. Pedro IV, de bordo do chaveco inglês *Congress*, cercado de ingleses bêbedos que lhe chamavam *portuguese dog*, por entre os acordes do *Rule Britannia*, enviou esta proclamação característica «Não me obrigueis a libertar-vos à paulada».

Uma ou outra vez, neste agonizar de nacionalidade que o mesmo bacilo rói até à medula, lá vem a visita da saúde aclarar um instante o coma público: vêm-se então multidões migrar das suas terras, mais por tédio do que por fome, pedirem naturalização a países estrangeiros, desertarem da bandeira que já não é para elas o símbolo de nenhuma glória, mas um sudário de infâmia confessa: e nas cidades a canalha de inermes, arrastada pelo remorso ao tribunal das suas instantâneas consciências, debater-se entre efêmeros protestos de vida nova, para que já não há fé, nem ilusões, nem probidade, e prestes amolecer na chufa, indo servir de pasto ao desprezo da Europa, de que nós somos ao mesmo tempo a sífilis e a latrina. É desses entreactos que as estatísticas recolhem então aos trezentos e oitenta mil bêbedos errantes, às vinte mil vesânicas obscenas, exibindo poluções ignóbeis pelos cantos, aos suicidas fúteis, estilhaçando os crânios por namoros infelizes e por botas rotas, e às seis mil prostituições de raparigas enfim, na mor parte arrancadas às antigas classes de trabalho.

De sorte que o salve-se quem puder não deve exprimir-se no momento actual, por este grito «*Quem nos livra dos Ingleses!*», mas por este outro: «Quem nos livra de nós mesmos!»

9 de Setembro de 1890

Com o tratado anglo-português de 20 de Agosto, que dois imbecis subscreveram sob as vistas de Lorde Salisbury, nas condições de nem sequer salvarem para o País, uma aparência de vantagem, embora gráfica e platónica, ultimam as grandes potências a realização dum ideal, que desde o começo do século vinha formulado pelos seus economistas e políticos — qual o de se destruir a primitividade simples do negro com os esplendores factícios da vida velha, e de se talar a África de ponta a ponta, a pretexto de civilização, com os famintos que perturbariam na Europa o sibaritismo dos ricos, e com os excessos de produção para que já começavam a escassear mercados, na restante parte sólida do Globo. Esse misterioso recesso de bestas selvagens, às portas da Europa, inacessível quase por espaço de quatro séculos à curiosidade doutros audazes que não fôssemos nós, só logrou estesiar a cobiça das nações expansivas, quando os mais continentes se acharem impantes da sua colonização e da sua actividade. Enquanto no resto do mundo houve continentes onde lançar fundamentos de civilizações mercenárias, terras onde semear pão para a Europa egoísta, florestas de que lhe construir navios e casas, minas donde lhe sacar o ouro que faz moeda, portos onde fundar cidades, raças que suprimir e sujeitar à crueldade branca e tenaz do *homem superior*, a África permaneceu fechada às invasões

dos povos marítimos modernos, até que a ciência interferiu a luz dos seus ditames no sentido de rasgar aos olhos desses povos, os lendários pavores que envolviam o incomensurável território, para oferecer-lho como último celeiro e como último acampamento. A expedição de Bonaparte ao Egipto, donde saíram as explorações subsequentes da Abissínia, do Sudão Ocidental e Meridional, e mais recentemente, da abertura do canal de Suez; a ocupação inglesa do Cabo (1815) feita à custa do extermínio completo de duas raças aborígenes, a cafre e a hotentote; a conquista da Argélia pela França (1830) que custou a vida a milhões de árabes, seus antiquíssimos possuidores; as explorações franceses da Senegâmbia; as tentativas colonizantes da Inglaterra no golfo da Guiné, onde o missionário Saker tinha fundado desde 1858, a estação Vitória, nas faldas vulcânicas do Cameroun; e as tentativas colonizantes alemãs, tacteadas às furtadelas, desde 1851, na província de Adamaua e ribas do alto Benué, com o auxílio de algumas feitorias hamburguesas, etc., etc., eis as primeiras tentativas sérias das grandes nações à partilha de África (é claro que elimino a ocupação portuguesa, que esta, além de antiga e fundada em descoberta, foi a única que pôs a Europa no rastro da sua nova presa), tentativas quase todas circunscritas à costa, ou sequer avançando sem método, num meio hostil, entre populações hostis, quando já nós vivíamos e procriávamos em toda a parte de África, e quando já os nossos negreiros e sertanejos faziam da língua portuguesa, uma língua geral, no interior, indo de costa a costa, sem receio dos massacres ou dos pântanos.

Só nos últimos quarenta anos, depois dos missionários e traficantes propalarem a opulência interior da terra negra, é que o mercantilismo da Europa, batido pelas crises financeiras que todos conhecem, caiu em expedir-lhe um pessoal científico, e em lançar com método as grandes linhas de uma exploração formal e pro-

ductiva. Nessas expedições ia um pouco de tudo: o missionário adiante curava os enfermos e dava colares de missanga às raparigas; seguia-se o engenheiro que estudava os caminhos, o geólogo que perscrutava os terrenos, o botânico que recolhia as plantas, o agente comercial que sugeria necessidades novas aos indígenas, e ia estudando a possibilidade de futuros mercados; e finalmente o enviado político, que achando o régulo bêbedo, a mulher contente, e o povo cheio de tangas novas, fazia aceitar a esses pobres diabos o patronato incondicional da nação que o destacara até ali.

Mas assim como no domínio costeiro de África fomos nós os primeiros senhores, e houve que nos pôr fora, quem se quis instalar depois, assim nas travessias do interior, a cada passo, franceses, ingleses e alemães, connosco topavam, já aceitando agasalho e guias portugueses, já seguindo as caravanas dos nossos sertanejos, passando os reinos mais ferozes sob as dobras da nossa bandeira, iludindo as desconfianças dos régulos com intérpretes que lhes falavam a nossa língua — e por mais longes terras que percorressem, qualquer o raio do quadrante por que seguissem, sempre ruínas de fortes nossos, de igrejas nossas, senzalas nossas, padrões de posse nossos — por toda a parte o nosso génio, a nossa língua, a nossa fisionomia antiga, e a nossa audácia! Para aqueles aventureiros orgulhosos, a princípio, o vestígio europeu do nosso passado, é como um adeus de mão hospitaleira, dizendo-lhes que entrem, e comam, e prossigam sossegados. Mas as primeiras agruras vencidas, perdido o medo, esse aspecto da nossa grandeza moral, único fetiche a que o selvagem de África acende lâmpada, torna-se numa espécie de obsessão antipática, num fermento de inveja rancorosa, e desespera-os, e vira-os pouco a pouco contra nós. É a razão por que o tão miserável quanto afortunado Stanley fala de nós extático, a princípio, para nos achar depois um povo de negreiros e bárbaros dissolutos, e por-

que Cameron, Brazza, e o próprio Livingstone, tão amantéticos aquando fruindo os benefícios da nossa influência colonial, destrelam a nos morder como mastins, apenas logram sacar da quase subserviente boa-fé das nossas autoridades do ultramar, quanto lhes pode servir nas suas para nós traiçoeiras travessias. Ao inglês sobretudo, estas coisas irritam-lhe a vaidade, porque nós somos o seu remorso vivo, a Irlanda tropical que ele persegue e rouba desde o reinado de Afonso V, e porque o nosso abatimento ao fim de quatro séculos de ciladas, de hipocrisias e de traições, é obra sua.

De longa data os seus corsários seguiram a rota dos nossos galeões, à caça de terras que nós descobríamos, e que por mal guarneçadas, eles muitas vezes assaltavam. Quando das costas, os nossos pelouros varriam a injúria da pirataria arvorada em fonte de receita oficial da rainha Isabel, a ladroagem bretã fazia-nos esperar nos mares, batendo os galeões que vinham da Índia, e alardeando publicamente estas infâmias, com envaidecimentos de quem celebra feitos prestigiosos¹. Enfraquecida a metrópole, a autonomia extinta em 1640, por factores similares dos que nos estão cavando a sepultura, o Inglês acha o nosso império colonial à sua espera, e aí se instala, como hoje está fazendo ao que até agora conseguira escapar das suas represálias. Na Índia como na América, na Oceânia como na África, o

¹ «...reforçou-se o corso, e legalizou-se a pirataria nestas costas pela protecção oficial da grande Isabel. E quando em 1580 o colosso português baqueou, enfraquecendo-se e esfacelando-se nas mãos da Espanha, a caça e a ceva no comércio e na navegação nacionais, tomaram o aspecto furioso de uma guerra de morte. Assim caíram os galeões da Índia, e com eles a riqueza e a ciência da navegação do Oriente, nas mãos dos Fenner, Foster, Whiddon, Dracke, Bird, Newton, Cumberland, Grenwill, Flycke, Frobisher, Howard e outros, que desde 1581 a 1591, sepultaram nas ondas a marinha portuguesa. Conta Linschoten que só no ano de 1589, de mais de duzentos navios que então recolhiam a Portugal ou à Espanha, apenas catorze ou quinze escaparam ao furor das ondas, ou às armas dos inimigos... Esta opposição, se por um lado os demorava, por outro os enriquecia, porque os obstáculos que desviaram os Ingleses da Índia eram largamente recompensados

seu papel consistiu quase exclusivamente em espiar-nos os passos, e em se apropriar da casa feita. Quando nos viu bem desprezíveis de fraqueza, deu-nos hipocritamente o braço como faz um herdeiro avulso ao sopesar o último alento vital dum velho milionário. Assim, cuidando que ele nos amparava, protegendo essa tolice enorme da Restauração de 1640, o que fizemos foi perder pela segunda vez ocasião de sermos fortes, embora doutrem, e cairmos para sempre nas suas garras de albatroz, aceitando o martírio de quotidianamente lhe abrirmos as nossas artérias, porque ele beba à farta o sangue estrangeiro de que se nutre. Então como hoje, o seu processo connosco não tergiversa um momento do desprezo sardónico que um carrasco vicioso deve à vítima, e da carniceira chantagem com que um ladrão de montanha trata um viajante. É sempre no intuito de manter connosco *cordiais relações de amizade* que essa desprezível canalha inglesa nos põe a faca aos peitos. Sempre por nos dar mais um penhor da sua ternura como antiga aliada, que ela decide a nos roubar anualmente uma colónia. Ameaça-nos a rir, cava a nossa ruína com o ar de lhe ficarmos inda por cima agradecidos.

E eis que chegada a hora de partilhar definitivamente a África, a África de que nós éramos não já um senhorio, mas politicamente uma dependência, a África que nós maritidamente tínhamos circunscrito, desco-

pelas riquezas que arrancavam aos portugueses. Este proveito era tão real, tão seguros eram os lucros, que se o negócio dependesse da sua escolha, a Inglaterra, diz um escritor britânico (Hackluyt), teria de boa vontade renunciado à vantagem de formar estabelecimentos na Índia, contanto que lhe fosse conservada a de saquear os navios portugueses, cuja tomadia se avantajava a todos os lucros do comércio.

E continuou saqueando-nos até 1595, ano em que a concorrência da Holanda, que mandara ao Oriente a frota de Jehans de Molenaar, por ventura determinou a rainha Isabel a enviar à China barcos ingleses. Entretanto mandavam-se e mantinham-se espíões muito hábeis, que partiram mais de uma vez nos próprios navios portugueses, para observar o estado do nosso poderio e a disposição dos mares...» (O Sr. Carlos de Melo, *Os Ingleses na África Austral*, pág. 8.)

berto, sulcado, ocupado, civilizado, a África, sonho colonial da Europa moderna, há quatrocentos anos nossa, todas as nações marítimas sentadas de roda do mapa, talham a seu gosto o domínio que melhor condiz às suas pretendidas aptidões civilizantes — a Itália como a França, a Bélgica como a Alemanha — e quase todas ampliando à custa das nossas, as suas ocupações! Só por mercê da *amizade* trisseccular da ladra que o protege, Portugal tem de assitir imóvel a este pasto de feras, consentindo o leilão do seu património histórico, e sujeitando o que lhe fica a um regime de subserviência, que o próprio negro repeliria de si com indignação!

Porque é de saber que nesta partilha da África, Portugal expia não só os desmazelos e os erros da sua incapacidade colonial, como também paga em terras e domínios, as indemnizações impostas à Inglaterra pelas demais potências, que desde 1883 lhe têm refreado as sofreguidões africanistas. A nossa infamíssima aliada é como estas megeras que espancadas pelos homens, ceavam nas crianças a raiva de se não poderem vingar de quem nas agrediu. Em quatro palavras direi do modo por que as suas *vitórias* diplomáticas na partilha da África, lhe aziumaram o rancor contra a nossa pequenez. Aquelas *vitórias* explicam de facto o carácter dum país sem dignidade, manhoso e mau, usurário e poltrão, que tendo como raiz histórica o latrocínio, em vez de ocultar estes atavismos psíquicos de origem, gala-neia ao contrário na cultura deles, mandando-os publicar pela boca dos seus filósofos, e traduzir em milhões, pelos golpes de mão dos seus políticos. Todos se recordam talvez da questão dos Camarões, desfechada em 83, entre a Inglaterra e a Alemanha. Os Camarões são um território da África Ocidental, no fundo do golfo da Guiné, onde os Ingleses tinham estabelecimentos desde 1858.

Aí estava 'a estação Vitória, hoje alemã, fundada

pelo missionário Saker, e donde saíram dezenas e dezenas desses fanáticos escoceses, que conforme lhes serve, acumulam simultaneamente as profissões mais antagônicas, desde pregadores até escravistas e caixeiros-viajantes, e aos quais a Inglaterra deve a bem dizer toda a sua ocupação na terra de África. No país jacente, um dos mais férteis e admiráveis do mundo, a influência britânica fora definitivamente lançada desde 1880, num raio de muitas milhas, graças à viagem do cônsul Hevett, oficialmente investido da missão de passear a bandeira nacional por toda aquela zona e de distribuir cartas de protectorado aos chefes bárbaros que assim viessem reclamar. Vai, quando o perímetro da nova possessão britânica estava sendo demarcado, os mastros erguidos nos limites do campo, os postos militares assentes, eis que a Alemanha chega e intima à Inglaterra o despejo do país, alegando títulos à província de Adamaua, ao rio dos Camarões, e a grande porção de terras circunvizinhas. Até à data da reclamação, a Alemanha apenas contava naqueles sítios, feitorias de casas hamburguesas, dalguma monta, mas isoladas. Isso entretanto não fez fraquejar a exigência de Bismarck, que no mesmo ano, estando as negociações inda pendentes, expediu para o país em litígio um funcionário encarregado de negociar protectorados com os indígenas sujeitos aos Ingleses, ultimando a demonstração no ano seguinte, com a missão do Dr. Nachtigal (1884) cujas instruções agora visavam não já somente a anexação de Adamaua à Alemanha, como também o país de Togo, todo o litoral mediante entre o delta do Níger e o Gabão, na baía de Biafra, e assim o vastíssimo distrito de Angra Pequena, ao sul de Moçamedes, entre o cabo Frio e o rio Orange, num percurso de duzentas léguas sobre o mapa.

Estas instruções foram cumpridas estritamente, e em cada ponto onde o pavilhão germânico era arvorado, acorria o protesto do cônsul britânico — sempre *trop*

tard! Os resultados da expedição Nachtigal foram conhecidos na Europa em Agosto de 1884, época em que o Inglês se esalfava em reclamar para Berlim, exigindo não com ultimatots grosseiros, mas por palacianas fórmulas de cobardia, a restituição das terras que a Alemanha lhe usurpara. Exigências baldadas, como as nossas! Bismarck respondia sempre que a Alemanha já notificara aos governos a occupação da baía de Biafra e de Angra Pequena, e que o pavilhão do seu país, uma ver erguido, não se arreava nunca. Tudo quanto a Inglaterra conseguiu, foi a famosa zona de respeito ao derredor da estação Vitória, nos Camarões, semelhante à que nos pôs de roda do Zumbo, e um pequenino quadrado de terra na costa de Angra, onde ficaram encravados os estabelecimentos ingleses de Walfish-Bay, de pouca monta. Tudo o mais ficou germânico, e aqui está o trecho do despacho em que Lorde Granville se esparalha, em nome da Inglaterra batida aos pés do chanceler «...quando o Governo de S. M., lembrando um projecto sustado antes de conhecer o interesse que prendia a Alemanha, à costa ocidental de África, julgou conveniente colocar sob a sua soberania ou protecção, os territórios dentre a baía de Ambas e os limites da colónia de Lagos, *por certo que ele não tinha a menor intenção ou desejo de se interpor ou perturbar a extensão*, e o LEGÍTIMO ACRÉSCIMO das aquisições alemãs nos Camarões. O Governo de S. M. declara-se pois mais uma vez disposto a regular por um arranjo local, as fronteiras dos dois estabelecimentos, e *prestar-se-ia ao exame da questão no sentido dum espírito, o mais amigável e conciliador*).

O *espírito conciliador* da Inglaterra levou-a pois a sofrer da Alemanha na África Ocidental, um rude choque, com o sorriso amarelo e o espinhaço curvo dos vis animais que só cadáveres estaçalham.

Vamos ver agora como ela, na costa oriental, não teve mais coragem. Em 14 de Abril de 1890, três alemães enérgicos fundaram em Berlim uma sociedade de

colonização, aproximadamente pelos moldes e intuitos da famosa Sociedade Colonial Alemã, a que Bismarck dera, desde 82, poderes discricionários. A terra namorada para campo de explorações, estendia-se dos limites norte de Zanzibar, até ao Nianza, e aos campos vagos que daí por diante a sociedade pudesse ir ocupando. Partiram em Setembro desse ano. O chefe era o Dr. Peters, tendo por imediatos, Juhlke, homem activo, e o conde Pfeil, cujos estudos de africânder já muito antes tinham alcançado notoriedade. Internados em Zanzibar, mau grado as dificuldades impostas pela Inglaterra, protectora do sultão, em alguns meses conseguiram colher vassalagem dos chefes das províncias do Norte, tributárias do sultanato, tomando quatro, quero dizer, cento e cinquenta mil quilómetros quadrados de área, para o senhorio da Alemanha imperial. Peters veio logo a Berlim referendar os tratados dos chefes (era no dia seguinte à assinatura do acto geral da conferência do Congo) e tornou a Zanzibar munido de credenciais, onde o imperador Guilherme conferia ao seu enviado autorização para estender a soberania alemã a todos os territórios que a sociedade possuía, ou viesse a possuir, na África Oriental. Esses territórios tomavam de mês para mês, dimensões extraordinárias, e como os domínios do sultão não tinham para o interior, demarcação digna de crédito, a Alemanha reduziu-os por uma combinação diplomática complicada, a uma estreita faixa de dezoito léguas de largo, com as ilhas jacentes à costa, reivindicando o resto. Ora esse resto é desconforme. Sultanato de Witou, costa dos Somalis, *hinterland* zanzibarita indo da foz do Rovuma ao Nianza, ao Niassa, ao Tanganhica e à cordilheira de Quilimanjaro, isto é, duas Alemanhas inteiras, tudo isto que a Inglaterra *protegia*, tudo a Alemanha anexou a si tranquilamente! A 6 de Março de 1895, nota de Bismarck a Lorde Granville, comunicando-lhe o protectorado alemão das quatro províncias a oeste de Zan-

zibar, e reclamando para elas «as vantagens assinadas aos territórios inclusos nos limites da bacia convencional do Congo, pelo capítulo III do acto geral, relativo à neutralidade». Era pela segunda vez, uma provocação em termos firmes, resoluto, como que distraidamente lançada, e a esmagar por isso mesmo o orgulho inglês a toda a altura. Uma nação generosa levantaria a luva para tirar desforra violenta. Mas a Inglaterra não se bate. E Lorde Granville, uma espécie de Hintze Ribeiro inglês, na prosa de escarros engolidos que o medo dá aos diplomatas derrotados «... que o maior desejo do Governo de S. M. era evitar conflitos de interesses, como o que se teria dado na questão de Angra Pequena, se a Inglaterra não tem corrido a apaniguá-lo».

Poucos anos volvidos sobre os factos narrados, a África tornou-se, já disse, o grande campo de feira da futura actividade colonizante da Europa, e não resta dela hoje um palmo de terra fértil, onde uma potência colonial não tenha posto a sua insígnia. Platós centrais, costas, montanhas, rios, lagoas, tudo a febricitante cobiça de três ou quatro nações repartiu entre si furiosamente, pelos recentes tratados diplomáticos — as fortes esgatanhando as fortes, com as patas sobre o peito das mais fracas, as manhosas deixando às simples a guarda dos bocados que ora não podem abarcar, e jungindo-as a si de pés e mãos, até ao dia em que alijadas de mores encargos, livremente possam aproximar-se então esses depósitos. Assim a Alemanha, que há dez anos não tinha um polegada de terreno fora da Europa, depressa ganhou o tempo perdido. Talhou para si na África Oriental e Central, entre o oceano Índico e os lagos interiores, um magnífico império. É senhora do caminho dos Grandes Lagos, e as futuras Índias africanas pertencem-lhe.

A Inglaterra, instalada no Egipto, que não abandonará, adjudicou-lhe o imenso vale do Nilo, desde a nascente até à foz, desde Uganda até ao Mediterrâneo.

Tem Zanzibar. Domina em toda a África Austral. VAI DESPOJAR PORTUGAL DE TODAS AS SUAS POSSESSÕES DE ESTE A OESTE, E LANÇAR MÃO AO ZAMBEZE. O Congo, estado independente sob a soberania do rei dos Belgas, parece destinado a cair também na mão da Alemanha. Deixarão a Itália, já instalada em Massouah, apoderar-se da Abissínia quando puder; Marrocos e Tripoli são territórios reservados. Um convém à Espanha, outro à Itália. A França, essa penetrou no continente africano por quatro pontos: a Argélia, o Senegal, costa da Guiné e Gabão.

E quanto a Portugal, pelo tratado de 20 de Agosto, fica sendo uma feitoria de reserva, como o estado do Congo, como o Transval, como Zanzibar, como a república de Orange, até que a Inglaterra apanhando as colegas a braços com as primeiras fadigas da sua nova existência ultramarina, encontre ensejo para nos correr de Moçambique e de Angola, a pontapés.

A obra africana está pois lançada em vastos alicerces, e menos de seis anos bastaram ao lançamento dos titãs que a vão escorar. A iniciativa é formidável, e pergunta-se hoje de quantos séculos teria avançado a florescência da América, se uma conferência de Berlim tivesse podido presidir aos seus destinos! Sem perscrutar agora se a civilização europeia será profícua ao negro, ou se ele haverá que ser aniquilado, como o indígena da Austrália e da América, sob o egoísmo feroz dos invasores, é evidente que a partilha de África entre as potências deslocará o centro de gravidade dos interesses do mundo, para este império novo, em guisa de o tornar palco duma acção colectiva estonteadora de pujança industrial e financeira. E afinal pergunta-se: Sairá disto a redenção dum continente e duma raça? É problemático. Mas quando saísse, a apoteose duma tão bela obra não deixaria nunca de vir poluída na origem, pela brutalidade insólita dos árbitros, que só se

julgaram satisfeitos no dia em que negando a Portugal aptidões civilizantes, lhe cercearam territórios, sem respeito aos postulados do Direito, e lhe equipararam a soberania de potência às que regulam os bárbaros da Matabélia, da república de Orange, e do Zanzibar.

A nenhum português cega tanto o orgulho pátrio, que no fundo da sua consciência se não tenha sentido merecedor deste castigo, já pela baixa de nível que a dissoluta monarquia determinou, de 1640 para cá, no espírito da nação, já pelo advento das ciências e artes de aplicação com que outras nações transformaram a face do mundo, enquanto o nosso génio parava, e a tirania ou o suborno régios abriam as veias ao que nos restava de energia. A grande verdade é nós sermos hoje na África um estorvo para toda a gente. O nosso passado humilha, pela avulsa loucura e pela falta de plano utilitário, o carácter de nações que como a Inglaterra e a Alemanha só compreendem a audácia filha dum cálculo, e a heroicidade como receita para saquear um povo, ou lançar mão às bagagens dum exército. O nosso desinteresse enoja-os, a nossa fraqueza tenta-lhes a cobiça; e persuadidos de que o nosso papel histórico termina, do que tratam é de nos tomarem o lugar. E hemos que ser expulsos breve! É uma coisa jurada na maçonaria das explorações que talam a África, nos parágrafos secretos dos convénios havidos nas capitais europeias, sob a égide de reis e chanceleres, nas assembleias das parcerias inglesas e alemãs, com direitos de estado, por toda a parte enfim onde um saxónio e um teutão minazes, assistem na África, ao espreguiçar dum português.

De sorte que seria muito, aguardar que o talento dos nossos estadistas conseguisse varrer do futuro a catástrofe terminal, prenunciada, visto como disse um delegado belga na conferência de Berlim «quem pretende favorecer uma inércia particular, em detrimento do desenvolvimento geral, fere-se a si mesmo, e condena-se a

morrer de morte vil». Quando muito, a nossa acção diplomática, o que poderia fazer era relegar para mais tarde a expiação, criar um *modus vivendi*, sem subserviências nem prosápias, em termos de que o País não podendo já estarrecer o mundo por grandes feitos, se limitasse a lhe captar a simpatia, à força de dignidade sábia e de labor. O que acontece, sabemos-lo todos, e para se ter a medida do tratado anglo-português de 20 de Agosto, basta dizer que o Sr. Hintze Ribeiro e o Sr. Barjona de Freitas, aceitaram de Lorde Salisbury um documento que este foi copiar, nas suas linhas máximas, ao convénio que o sultão de Zanzibar arruinado, aceitou da British East African Association, cáfila de usurários reunida para fazer dinheiro dos deboches do tirano, tomando-lhe de penhor os seus estados. Como é presumível que pouca gente creia no meu dito, vou traduzir de Emile Banning¹, o que se refere ao tal convénio. Hão-de gostar: «Alguns meses depois da transacção havida com a Alemanha, os promotores da expedição de socorro dirigida por Stanley, fundaram, sob o título British East African Association, uma companhia, destinada a rivalizar com a alemã. Esta sociedade, cujos primeiros lineamentos apareceram num despacho de Lorde Granville, em Maio de 1885, tomara por base um tratado de cessão que Johnston concluía a 27 de Setembro de 1884, com os chefes do país de Quilimanjaro, tratado enviado por ele ao presidente da Câmara do Comércio de Manchester. Munida deste título, e desenhencilhada de toda e qualquer complicação com a Alemanha, por acordo de 29 de Outubro de 1886, a nova companhia decidiu logo assegurar-se livre acesso ao oceano Índico. Em Maio de 1887 alcançou do sultão uma concessão importante. Em virtude do acto assinado entre a Inglaterra e a Alemanha, este príncipe

¹*Le partage politique de l'Afrique*, pág. 56.

ficava senhor, desde a Rovuma até ao Tana, duma faixa de terra costeira, de dezoito léguas de profundidade. A sua autoridade, exercida em condições pouco eficazes, podia em certas circunstâncias tornar-se num verdadeiro obstáculo. A companhia pois, que fez? Substituiu-se ao sultão, por contrato de 24 de Maio de 1887! Pelo prazo de cinquenta anos, ela encarrega-se, em nome e sob o pavilhão de S. A., da inteira administração dos seus domínios. A sociedade pode fazer leis e regulamentos, estabelecer impostos, organizar a força pública, criar tribunais, prover sobre a navegação... Nomeia agentes, como juizes, trata com os chefes indígenas, dispõe das terras, fortes e edifícios públicos, tem a administração dos portos, fixa as tarifas alfandegárias, assim como outras taxas (salvo direitos adquiridos por terceira potência) e recolhe as rendas, com obrigação de lançar no tesouro do sultão o excedente total dos direitos de entrada actuais, com mais cinquenta por cento do produto das novas taxas. A companhia adquire privilégios para a venda ou locação de terras, pesquisa ou exploração de minas e florestas, construções de estradas, canais, caminhos-de-ferro, etc., reservando-se a faculdade de proibir a importação de certas mercadorias, como armas, munições de guerra e licores embriagantes. Passados os cinquenta anos de concessão, o sultão ou seus herdeiros podem, *mediante sentença de árbitros*, retomar os estabelecimentos que havia entregue à companhia.»

A área de acção da companhia inglesa, estendia-se entre Wanga e o Kipini. E como tão exorbitantes concessões scandalizaram a companhia colonial alemã, inimiga daquela, foi o sultão coagido a ceder à primeira, os privilégios da segunda, nos territórios ainda livres, isto é, numa faixa costeira de dezoito quilómetros, que medeia entre Tungue a Wanga: e assim ficou todo Zanzibar, ilhas excepto, acorrentado ao domínio de europeus!

Queiram agora pôr a par os dois convênios, o do sultão Bargash com as duas companhias coloniais (que pouco tardará sejam investidas de soberanos poderes, pelos governos das nacionalidades respectivas, e no limite das concessões havidas do tirano), e o do sultão Bragança com o Governo inglês: e digam-me depois se ambos eles não são concebidos no mesmo espírito absorvente, e ditados no mesmo fundo de desprezo absoluto.

Em Moçambique como em Zanzibar, é o Inglês quem dita a viação, com engenheiros seus, e um prazo de espera que nem chega para o transporte do material: é o Inglês quem estipula a forma de percepção e a cifra dos impostos, quem impõe as diferentes liberdades de comércio, de ensino e de religião, e quem finalmente, sobre o território sem fim por nós possuído há quatro séculos, circunscreve, numa orla de areia, com a ponta do seu chicote, a espécie de quintalório que apenas nos quer reconhecer.

Com a diferença que para Zanzibar o convénio tem vantagens, pelo menos correspondentes aos encargos esmagadores que o tratado de 20 de Agosto nos acarreta.

Lá o sultão recebe dos arrendatários do seu país, uma quantia anual mais que bastante ao custeio da sua pessoa, guarda e bens. Não faz estradas, não paga exércitos, não organiza polícia, nem pensa em edifícios públicos. Deixa correr. Em Moçambique, nós pagaremos tudo, faremos tudo, só para a Inglaterra entesourar. Somos portanto vinte vezes mais espoliados do que esse sultanato bárbaro, que é a bestiaría do negro na vérmina contaminadora do árabe. Este o tratado nas suas consequências imediatas, cuja explanação já demos noutro número. Para a apreciação das consequências remotas, traduzirei o que o *Times* escreveu quando em 87 chegou a Londres notícia das concessões da British East African Association.

É elucidante, e escusa a gente de prosar inédito a respeito da obra Barjona-Fife e Ribeiro de Methwen: «... as consequências políticas e comerciais destas transacções são evidentemente o chamamento de mais uma vasta região à coroa inglesa. Findo o prazo dos cinquenta anos, a que não é temerário assinar prorrogação ilimitada, a soberania do sultão terá cessado de se exercer directamente sobre o continente africano, e ficará reduzida quando muito às ilhas, até ao dia em que a Inglaterra se lembre de lhas tirar».

De certo. A liga da civilização para a conquista do continente negro expulsa-nos de si, e da mesma cornada enrodilha-nos com os estados bestiais que fazem nódoa. É necessário, diz ela, que a regeneração do selvagem de África não tenha por obstáculo o selvagem da Europa, que nós somos. É em nome da humanidade que a Inglaterra pede aos estados a nossa ruína, e os estados aquiescem, convencidos de que mesmo prestando-se a locupletá-la com a nossa herança, servem com isto o bem da humanidade.

Para que da acção solidária das grandes potências saísse uma ocupação formal de toda a África, houve que perfurar as trevas do incomensurável continente, como se perfuram os túneis, atacando simultaneamente da periferia para o centro, e vice-versa, por forma a encontrarem-se os dois partidos de obreiros, num certo ponto. A Europa já ocupava a bordadura marítima. Duma banda a França, a Inglaterra, a Espanha, a Itália, cingiam pelo norte, por este e por oeste, o desconforme plaino sudanês. Doutra banda a Alemanha, a Inglaterra e Portugal curavam de atacar a península áfrico-austral de ao sul Zambeze. Faltava um centro de acção para onde fazer convergir na pêra africana, o gorgulho de civilização que se lhe colara à superfície.

Esse centro foi o estado livre do Congo, outra potência feita de restos que nos roubaram a França, a Alemanha e a Inglaterra, conluiadas, e juntar-se-lhe-á agora,

com o tratado de 20 de Agosto, o império que a Inglaterra nos sequestra, país fabuloso, uma segunda Austrália, ou seja em números redondos duzentos mil quilómetros de terras sobre que exercíamos autoridade e ocupação efectiva, com mais cento e trinta mil de esfera de influência. Para a Inglaterra, a posse deste império é uma questão de vida ou de morte, porque todo o seu empenho é contrabalançar a expansão alemã, que será prodigiosa e irresistível, principalmente passando o Congo Belga (questão de alguns anos) ao escrínio imperial. Quem procurar no mapa líbico as possessões francesas, italianas e espanholas, fácil verá que a colonização africana do Sul e do Meio-Dia, verdadeira sede do grande empório que se prepara, expulso Portugal das duas costas, pertence de futuro à Inglaterra e à Alemanha. Será uma luta extraordinária e gigantesca, acirrando sob o clima tórrido, as rivalidades desses dois povos hegemónicos. E não nos iludamos um instante: dez anos bastaram para o inglês e o alemão nos desapossarem da terra negra, pelo menos nas zonas que por agora mais quadram às suas instalações fundamentais. Pois bem! não passarão cinco que eles nos não tenham desapossado também do amor do indígena, sendo-lhes fácil desde esse dia correr-nos a pontapés de toda a banda. O plano colonial das duas potências é tão vasto, tão poderosamente escorado, tão lógico, tantas cabeças sólidas o cultivam, tão fortes braços lhe lançam os inícios, tamanhos fervores o pregam como cruzada santa, às populações sedentas, que pelo que nos diz respeito, só um gabinete diplomático genial como o de Bismarck, fazendo mover um povo de trabalhadores com a tenacidade escocesa e teutã, fundidas numa, poderiam salvar-nos da vergonhosa retirada que o princípio do século xx nos reserva em África. E esse gabinete, não esqueçamos, é o do Sr. José Luciano ou do Sr. Serpa Pimentel, e esse povo é a preguiça, o desmazelo, a indiferença cínica em pessoa!

Especialmente o plano inglês, é uma obra sazoadada por séculos de estudos, de combinações diplomáticas, gastos sem conta, sacrifícios. Foi necessário mascará-lo de dedicações humanitárias, fingir horror pela escravatura e pela barbaria, provocar conferências, refundir o direito internacional *de fond en comble*. E quando ele se desenha em toda a sua vastidão de colosso nascente, quando ele brota de medonho ossuário dos nossos exploradores e dos nossos missionários, que ninguém conhece, apto a deslocar a fome inglesa para longe da sua ilha nevoenta, quando ele se antolha aos economistas da Grã-Bretanha como um sorvedoiro inédito de produção industrial, imaginaria alguém que seríamos nós, povo de sono, bisbórrias sem resistência nem vontade, que entravaríamos a marcha do elefante inglês carregado de espingardas, de capas de borracha, e de fardos de algodão? Louca estultícia! É ver logo na origem das discussões luso-inglesas, a natureza dos motivos que as duas partes alegam à posse dos territórios litigiados. A Inglaterra quer a Mashona e o Chire pelo futuro de aí derramar comércio, fundar cidades, e fazer homens activos. Portugal quer a Mashona e o Chire, principalmente porque ali pelejaram os seus heróis do século xvi e xvii, isto é, pelo passado. Por isso afirmei que nós somos em África um estorvo a toda a gente, e que improgressivos e orgulhosos, hemos que ser pontapizados pela brutalidade dos nossos competidores. A sentença está lavrada, o acordo feito entre as potências, e foi a Inglaterra, nossa amiga, quem, desde longo tempo se ofereceu para carrasco. Basta ver os tratados. Em 86, como Andrade Corvo e o pequeno Bocage delimitavam em Paris, com os delegados franceses, as fronteiras do Congo luso-francês, prestou-se Portugal a reconhecer a soberania da República sobre os territórios da Fouta-Djallon, destinados a ligar o Senegal aos rios do Sul. Pedia-se-lhe em troca aquiescência para os limites do império transcontinental que tínhamos em vista,

e vem pouco mais ou menos no *mapa cor-de-rosa*¹. A França consentiu em não perturbar com tomadias ou protectorados, essa imensa região de nossa reserva; salvaguardava porém os direitos de terceiras potências (que não existiam) e quando se tratou de juntar ao texto do tratado a descrição exacta dos limites do Império que sonhávamos, e a carta representativa deste, recusou-se terminantemente a fazê-lo, porque já o ministro inglês minara o terreno das negociações, recordando à República, que o seu protectorado em Madagáscar ainda não tivera o reconhecimento das potências. Em balde os nossos delegados suplicaram, alegando o precedente da conferência de Berlim ter fixado os limites do Congo Belga, sobre uma carta que servira de base às convenções entre as potências, e aquele. Tudo foi em vão.

Aproximava-se a hora da Inglaterra fazer na questão africana, o grande jogo, que desde as explorações de David e Carlos Livingstone preocupavam o Foreign-Office. *A obra dos Lagos* prosperava: estações civilizadoras, sem aspecto ocupante, e com o simples ar de feitorias isoladas, picavam já Blantire, os bordos do Alto Chire, e a riba ocidental do Niassa.

Aventureiros do Cabo, através os campos de oiro do Transval, contaminavam por outro lado a Matabélia, velozmente, passando armas a Lubengula, incitando-o à conquista dos Mashonas, e a correrias nos prazos

¹ Eis os limites, mencionados em nota oficial que foi anexada, em Dezembro de 85, ao protocolo IV do Tratado Rialle-Corvo: «... ao norte, o paralelo de Noqui, até à sua intersecção com o rio Cuango; logo o Cuango até à sua origem, e a partir desta, a linha que separa a bacia do Congo, da do Zambeze, até ao encontro deste último com o paralelo do confluente do Lugenda com o Rovuma. Ao sul, o paralelo do cabo Frio, prolongado à fronteira ocidental dos Matabeles; em seguida esta mesma fronteira, até ao curso do rio dos Crocodilos; o curso deste até à confluência do Pafori; e a partir deste ponto, a fronteira actual das possessões portuguesas e da república do Transval».

portugueses de Zumbo, de Manica e de Sofala¹. E no Norte como no Sul daquele imenso plaino, feito da região dos Lagos somada ao *hinterland* de Angola e de Moçambique, a alma da propaganda antiportuguesa que lá zimbrava aos ouvidos do negro, o demónio do ódio que dizia a esse inferior, afeito a não pisar nos desertos, a sombra sequer da nossa bandeira — *insurge-te! desobe-dece-lhe, mata-o!* — revestia sempre o mesmo tipo: o do missionário escocês, fanático feroz, tirano intransigente, misturando ao terror de Deus, o delírio do álcool, e a retalhadura do chicote. Pois se a Inglaterra mirava em ir por terrenos seus, do Cabo ao Niassa, se ela nesses terrenos estava lançando, a poder de traições e vilanias, os germes dum definitiva ocupação, como não procuraria com supremo afinco evitar que as potências nos reconhecessem as linhas norte e sul do império transcontinental com que sonhávamos? A recusa que Andrade Corvo houve de França, no respeitante às

¹ Numa comunicação feita pelo senhor engenheiro J. Machado à Sociedade de Geografia, e publicada por esta sob o título de *Fornecimentos de Armas aos Matabeles*, narra-se que pelas alturas de 1888 (época em que a Inglaterra se declarou protectora dos Matabeles, e formulou pretensões à Mashona, que Lubengula dizia pertencer-lhe) agentes ingleses, vindos do Cabo, em grande número, obtiveram de Lubengula permissão de explorar os jazigos mineiros das terras sul dos seus estados. Estes homens, vindos como particulares à exploração dos campos de ouro, bem depressa se reconheceu serem agentes do Governo britânico, como se verá. A concessão dos jazigos auríferos fora comprada ao Lubengula por mil carabinas *Martini-Henry*, e cerca de três mil cartuchos. Este armamento entrou na Matabélia pela colónia do Natal, o que importava a violação do bloqueio que a própria Inglaterra provocara, com o apoio da Alemanha, de Portugal e de Zanzibar, no próprio ano de 1888, para combater o tráfico, e a importação de armamento, seu principal auxiliar. O facto era por tal forma insólito e infamante, que um Merriman, membro do parlamento inglês do Natal, interpelou o Governo, por inquirir da sua veracidade. A princípio, o presidente do Conselho, Sir Gordon Spring, respondera negando, mas como Marriman teimasse, no dia seguinte, o homem confessou toda a verdade. De feito mil carabinas, com três mil cartuchos, vindas de Inglaterra com destino ao Lubengula, haviam transitado pela colónia do Cabo. As autoridades inglesas só haviam consentido em deixá-las ir ao seu destino, em presença da reclamação dum tal Sydney Shippard, administrador da Bechuanalândia britânica, *funcionário nomeado pelo Governo da metrópole, e só para com esse Governo responsável*.

delimitações desse domínio, a Alemanha no-la fez ouvir pelas mesmas palavras, quando em Dezembro de 1886, idêntica questão lhe foi proposta, pelo ministro dos Estrangeiros Barros Gomes.

A fronteira deste, pedida pelo Governo português para o nosso Império contracosteiro, era como todos sabem, uma linha que partindo da foz do Rovuma, seguia o paralelo correspondente, cortando o Niassa, e indo até aos confins de Angola. O Governo alemão porém só admitia a linha até à margem oriental do lago: detinha-o o mesmo pensamento reservado da França: a Inglaterra segredara-lhe talvez os seus projectos, recordara-lhe talvez as suas condescendências na questão de Angra Pequena, em 1884, na baía dos Camarões, em 1885, e no acordo relativo à delimitação de Zanzibar, em Outubro de 1886 — dois meses antes — acordo que preparou da influência alemã na África Austral, como explicámos.

Eis a razão por que eu escrevi atrás, que as derrotas da diplomacia britânica, ante os poderosos, mais lhe aziuavam o rancor contra a nossa pequenez, e que Portugal estava condenado a pagar com domínios e terras, as indemnizações que à sua aliada impunham essas derrotas. Com as transigências feitas à expansão da França e da Alemanha, a Inglaterra compra, a preço de inigualáveis vergonhas, embora! o silêncio dessas grandes nações perante a formidável extorsão que nos prepara. O mundo assistirá à exautoração mais excruciante que se terá visto, depois da chacina da Polónia; e na hora terrível em que os canibais se lançarem a nós, nenhuma mão se erguerá para dizer basta! ao nosso algoz. Seremos escorchados em nome dos mais caros interesses da humanidade, anexados por incapazes de figurar no festim da nações civilizadas, e por tal forma a Inglaterra nos coloca em face do mundo, que o nosso desaparecimento não surpreenderá nem provocará la-

mentos de ninguém. De feito, a nossa expulsão de África, realizada com homens diferentes dos que aí temos, poderia já não digo evitar-se, mas ser recuada até um prazo ilimitado, podendo ser que os trâmites da luta empregada para fugir à morte, chamasse sobre nós o apoio das nações neo-românticas, como a França, que está sempre ao lado dos que pelejam por um ideal, embora inexequível. Mas é que essa expulsão se está dando com todas as agravantes de desprezível inépcia, de cobardia provada, de incapacidade autêntica, e de sardónica pulhice, de que nenhuma chancelaria da Europa tomará conta, sem achar o castigo inda inferior às nossas culpas.

Basta ler as peças do Livro Branco recém-publicado (e inda as mais graves não vieram a lume) para aquiescer no irremissível fim de Portugal. Na condução das negociações africanistas do País com a Inglaterra, o papel dos nossos é uma série de inépcias sem vislumbre de brio ou de esperteza: a atitude britânica, uma fustigada contínua de ordens imperiosas misturadas de ameaças e de chascos. Na revisão dos processos diplomáticos que a Grã-Bretanha houve que debater com as nações interessadas na partilha de África, uma coisa sobretudo choca o observador, e vem a ser o profundo traço que demarca — para a direita, a sua maneira de tratar com as nações que lhe merecem conceito, já pela respeitabilidade, já pela força — para a esquerda, a sua intransigente crueldade, a despeito do direito das gentes, a despeito dos convénios anteriores, a despeito de tudo, para com as nações que ela julga necessário expungir da grande obra. Assim por exemplo, os tratados ingleses com a Alemanha, com a Itália, e com a França, são peças claras e simples, reduzidas a meia dúzia de artigos largos, recíprocos, concisos, donde a suspeita é varrida em toda a linha, e donde a equidade ressumbra em fórmulas duma lealdade quase primitiva. Os contratantes aí estão à vontade, pactuam entre iguais, sabe-

dores das forças que de cada lado guardam a estrita observância dos convênios. Leiam-se após os tratados da Inglaterra com os *potentados indígenas*, como ela lhes chama, querendo pela palavra dizer antes, selvagens. Sabe o leitor ao menos quem são tais potentados?

É a república de Orange, é o Transval, é a Matabélia, é Zanzibar — e somos nós. Todos os convênios feitos pelos Ingleses com estas quatro vítimas prometidas da sua gula, são idênticos de injúria, traiçoeiros de essência, cortados de caminhos falsos, tendentes ao preparo de lhes inglesarem lentamente os territórios¹, e de lhes arruinarem as finanças, pelos angustiosos encargos que lhes exigem, a pretexto da supressão de tráfico, de civilização e de progresso: até que ultimada a obra, a mina aberta, esses Estados façam bancarrota, e a anarquia sobrevenha, para a Inglaterra então se apoderar deles, como fez no Egipto, em nome da humanidade, e a salvaguarda das... garantias europeias.

¹ Pelo tratado de 24 de Maio de 1887, Zanzibar não poderá ver-se livre do convénio feito com a British East African Association, senão recorrendo a um tribunal arbitral, o que é o mesmo que dizer, nunca.

Outrossim, o sultão se obrigou a não ceder dos territórios que as potências lhe reconheceram, *sem prévio consentimento da Inglaterra*, ou da Alemanha, conforme a zona em que o caso se der.

— Pelo tratado de 5 de Junho de 1888, o rei dos Matabeles não poderá alienar territórios seus, ou de sua influência, *sem prévio consentimento da Inglaterra*.

— Pelo tratado de 27 de Fevereiro de 1884, o Transval não fará tratados, nem poderá tomar compromissos com potência alguma, a república de Orange excepto, *sem prévio consentimento da Inglaterra*.

— Pelo tratado de 20 de Agosto de 1890, Portugal sobre perder trezentos e cinquenta quilómetros de terras suas, não poderá alienar uma polegada das que lhe ficam, *sem prévio consentimento da Inglaterra*. Este tratado além disso, pelas infâmias que encerra no respeitante ao porto franco do Chinde, ao caminho-de-ferro do Pungue, à intervenção do tribunal arbitral em toda e qualquer questão que se levante, à limitação das taxas sobre mercadorias, etc., etc., é duzentas vezes mais humilhante para nós, país civilizado, do que são os outros, para as nações selvagens com quem foram acordados, Donde resulta sermos nós a barbaria de África, que mais desprezo inspira à Grã-Bretanha!

Para concluir.

A situação política produzida em África pela acção simétrica dos grandes estados europeus, realiza uma ideia que desde 1876 vinha gestada, e que ora surge como solução futura do mais inquietante problema colonial do nosso tempo. «Cada um dos principais povos marítimos se instalou na região que melhor convinha aos seus interesses e meios de acção; cada um preenche a sua missão social, espalha germes de cultura, e cria focos de propaganda, convergentes todos a um ideal comum de civilização. Mesmo desígnio, mesmas tendências, dominam as iniciativas particulares, subordinando-as a um fim superior.» De comum acordo, declaram as potências pela boca da Inglaterra, sermos nós o entrave principal na *filantrópica* partilha do Sul de África, sendo este título ominoso o argumento ditador da escorraçada que vão dar-nos. Pergunta-se pois: apesar de conhecido o fim que temos de ter, apesar de nos vermos sós e desarmados contra as ambições da Inglaterra, apesar de nos sabermos incapazes dum papel histórico profícuo no futuro do mundo, hemos de alienar por isso, sem fracasso, o património ganho pela nossa actividade dos séculos anteriores? O tratado de 20 de Agosto, que apressa a obra de absorção britânica, meditada, deve aceitar-se como primeira surtida da civilização triunfante, no vilipêndio da nossa barbaria? Por Deus, não deve! e o chacinar até ao último dos rufiões que o sancionarem, é obrigação de que nenhum português pode abdicar neste momento. Oponhamos-lhe pois com todas as forças. A fórmula de protesto está criada: *Abaixo o tratado, suceda o que suceder!*

20 de Setembro de 1890

Grande número de jornais, cedendo a um furor de informação mais atiçado pelo amor do lucro, do que investido de propósitos justiceiros, apenas foi produzida há quinze dias a denúncia de estupro em que se inculpava um oficial superior do nosso exército, não duvidou estampar o nome desse oficial com todas as letras, sem mor devassa prévia à veracidade da gravíssima infâmia que uma tal publicidade ia lançar na corporação. Não posso dizer a quem compita a responsabilidade remota do vergonhoso papel que quase toda a imprensa de Lisboa desempenhou neste episódio, difamando publicamente um homem, que sessenta e dois anos de probidade deviam garantir contra a suspeita do crime — gratuita, pelo menos até à data do aparecimento das primeiras notícias — assim como também me não cabe discutir se os funcionários de justiça encarregados de fazer luz nestes sinistros dramas, devem assim de pronto divulgá-los aos jornais, sabido como a opinião retém para logo os nomes conspurcados, sem nunca mais indagar se o vilipêndio é legítimo, ou não passou dum boato, que a justiça desfez pouco depois.

Acareando entretanto as notícias em que os diferentes jornais de Lisboa se ocuparam no mesmo dia, do *monstruoso crime!!!*, fácil se descobriria em todos, redacção idêntica, ferindo os mesmos pontos, e por tal forma

acentuando o carácter de *chapa*, que era impossível não advir nas duas seguintes conclusões:

— Que era o mesmo indivíduo, evidentemente interessado na acusação, quem passava aos jornais cópia do mesmo artigo, que todos publicaram, sem escrúpulo de se fazerem órgãos dalguma secreta *congiura* contra o indigitado desflorador.

— Ou então seria o mesmo desleixo, o mesmo abuso de força jornalística, afeita a esmagar reputações a esmo, quem transcrevendo as notícias lidas em colegas, *le cœur léger et souriant*, fazia resvalar a missão da imprensa a um gabinete negro de calúnia, e a obra do jornalista delir-se, em pasquinagens cobardes de energúmenos.

Ora qualquer dos casos a dar-se, a depressão moral do jornalismo português é coisa assente, e urgiria remodelar os processos de fazer jornal, por maneira a pedir responsabilidade aos escritores pelo que escrevem, e a subordinar a factura geral de cada número de periódico, ao visto do redactor principal, único fiador perante o indivíduo, ou perante a série, de todas as doutrinas insertas nele. O que ainda assim faz conservar algum prestígio a certas redacções, é ignorar-se o caos em que elas vivem, e da qualidade dos elementos em que elas delegam a parte mais delicada dos seus inquéritos jornalísticos.

É deplorável! Tirante a redacção política, onde se agrega o melhor do pessoal de cada coio de imprensa, o resto, salvo excepções raríssimas, é uma piolharia de irresponsáveis que fazem vida de aguardar emprego, enquanto esperam, jantam e ceiam de andar pela cidade a disputarem-se uns aos outros os escândalos ocorridos, a ver qual no dia seguinte os dará mais piquetes de nomes e detalhes. A falta duma ingerência superior nos actos destes trota-partes-de-polícia (que não pode haver em redacções gratuitas, cheias de défices, em que a política absorve tudo o labor dos cérebros

lúcidos, como uma coisa digna de culto) deixa as restantes secções do jornal à mercê das anquiloses morais e mentais do pessoal inferior, para em breve torná-lo uma espécie de porto franco de tolices, de inexactidões e de denúncias. Esta exclusiva atenção dada pelos redactores principais à defesa ou à escalada dum governo, e esta tomada do jornal pelos plunitivos some-nos, tornaram a imprensa de Lisboa numa instituição quase odiosa para o público, que se arreceia da sua espionagem, e por outro lado a não acata como tribunal moralizante. Durante quinze anos, a pessoa que escreve estas linhas laborou pelas secções literárias e teatrais das folhas diárias, podendo aí analisar à vontade a anarquia interior de cada uma. Na mor parte das vezes, a única influência que o redactor em chefe tem sobre o quadro dos seus colaboradores, consiste numa adaptação mais ou menos bem parodiada, da linguagem que ele emprega nos artigos do fundo. Ou se um *mot d'ordre* assiste à factura da folha, à guisa de plano filosófico, as letras que o formulam deixam ambiguamente à desorientação dos subalternos, a escolha dos meios com que levar a cabo a cometida.

Percorram-se os jornais que actualmente correm por Lisboa. Quase todos poderiam extremar-se para dois campos: o dos que dão para baixo, e o dos que não querem escandalizar o assinante. O dos vergalhos, e o dos melífluos. No fundo, porém, é a mesma furiosa luta pela vida, sem escrúpulo nos meios de fazer leitores, e apenas jogando com baralhos de cartas diferentes. E aqui detenho-me. Onde escrevi baralhos de cartas, peço que leiam baralhos de repórteres.

O que é o repórter? O caixeiro de fora, do jornal. Um receptor e um transmissor de casos, sem outra missão além de os inquirir imparcialmente no local onde eles se produzem, e de os trazer a julgar perante o critério do corpo de redacção.

Pela subalternidade do ofício, e pela classe vaga e incompleta de indivíduos donde entre nós o repórter é tirado, pressupõe-se que este funcionário não exceda um nível de cultura abaixo do mediano, nem na mor parte dos casos possa gabar-se dum dom de penetração por aí além. Porque entendamo-nos nisto: o repórter português não corresponde nitidamente ao repórter do jornalismo lá de fora. Sai dos *déclassés* que as escolas rejeitaram, e dos tipos frustes que se quiseram eximir às profissões francamente laboriosas e correntes. Não é um homem de letras, e por outro lado falta-lhe educação que o transforme num crítico incisivo dos acontecimentos que desfilam; e literatiço falho, artiguleiro sem predicados de moralista, a posição especial que ele se fez no jornalismo, onde ninguém tem consciência das responsabilidades do seu papel, permite-lhe o gozo de imunidades de que ele abusa, e dá margem a exorbitâncias profissionais de que se vangloria. O facto dele trabalhar muito e ganhar pouco, constitui a redacção no dever de lhe deixar passar os dislates e os excessos. O redactor principal, entregue à política, é uma raridade percorrer o que ele escreve. Os immediatos, reservando-se certas especialidades, descarregam-lhe sobre as costas todo o labor de que deveriam desempenhar-se. E é o repórter afinal quem faz o jornal, senhor do campo, sabendo-se indispensável, e exigindo em larguesa de opiniões, o que a empresa lhe não pode dar em libras esterlinas. Que admira então que tirante certas secções do periódico, o resto seja um apontado de inconsequências, de perfídias, de baixeiras e de calúnias? Do que se trata é de encher o número, custe o que custar.

Em tal dia por exemplo, as partes de polícia vêm magníficas: apenas sete prisões por bebedeira, e três fadadas! O bombeiro encarregado de fornecer incêndios, não aparece. As ruas não têm drama. Não saiu ainda a ordem do exército. O informador *mundano* não trouxe bailes nem casamentos. Não se mata ninguém; as mu-

lheres casadas não se deixam surpreender com os amantes... Esta só pelo diabo! Mas o pior é que o assinante não espera, quer escândalos, nomes conhecidos, *primeurs*. Nestas alturas é o repórter quem salva a situação.

Diz por exemplo, a parte de polícia: «Preso F. (nome todo, morada, estado, quantos filhos e profissão) por embriaguez e distúrbios, na Rua Nova da Palma, às sete horas da noite. Conduzido à esquadra, resistiu, etc., etc.»

Confessemos que para entretenha do leitor despreocupado, esta simples notícia extractada do cadastro bastaria, riscando-se, claro está, o nome e a morada do preso, que nada acrescentam ao drama, e por outro lado podem prejudicar gravemente uma família. Mas ao repórter nem já a simpleza rude da parte policial basta ao furor de novidades que o escanzela. Quer mais teatral, quer mais típico, e julgar-se-ia desonrado não tirando dessa pobre narração de rua, um grande drama em três colunas cortadas de exageros e falsidades. Assim, o pobre diabo do operário que se embriagou numa hora de ócio, passa logo a figurar no cabeçalho da notícia, com o título de *Alcoólico Furioso*, e esvurmados os antecedentes do homem, o repórter inventa-lhe hábitos orgíacos e excessos de bebedeira inveterados, diz que ele bate na mulher, que não trabalha, que é um conhecido frequentador de calaboiços; segue-se depois a cena da prisão — «dizem-nos amigos nossos, que F... pretendia lançar-se sobre uma dama muito conhecida na alta sociedade de Lisboa, brandindo uma faca de ponta e mola, de que é esgrimista confesso, acorrendo então o guarda 198, da 3.^a, que, digamo-lo aqui muito à pureza, fez bom serviço».

Vinte e quatro horas corridas sobre a notícia do jornal, esse bêbedo duma hora que ganhava a vida em operário modesto, por entre a estima da sua oficina e do

seu bairro, esse bêbedo duma hora acorda para a rua onde reside, para a fábrica onde trabalha, para o merceiro e para o padeiro que lhe fiam, um incorrigível sem garantias, safado e completamente perdido no conceito de toda a gente. A fantasia ou a coscuvilhice odiosa do repórter tomaram a reputação do miserável, como um trapo, escornando-a, e transmutando em perpétua infâmia o que realmente não ia além duma extravagância inofensiva. Eis aí geralmente o papel da imprensa noticiosa, na polícia dos costumes: ver pela rama, sacrificar a verdade à nota pitoresca, inventar sendo preciso, caluniar, mentir, sem remorso pelos prejuízos causados, nem maior medo aos esforços exigidos pelas vítimas. Quotidianamente os jornais vêm cheios destas torpezas, nomes por inteiro, moradas com a designação do andar e do lado, e descrições da família e da casa, cômputo dos teres, e dos hábitos íntimos, cinco ou seis criaturas aviltadas às vezes em dez ou vinte linhas, e tudo isto pelo simples pretexto de encher espaço, de fazer palpitante e de vender o género ao frequêns rapidamente.

Há proximamente dez anos, uns estroinões deram-se o desfástio de macaquear, numa casa de prazer qualquer, um casamento. Um fez de padre, outro de noivo, havia padrinhos, convidados, e a noiva — que zorra — apareceu de flores de laranjeira. Dada a bênção nupcial pelo celebrante, num latim que tresandava diabolicamente a pouca-vergonha, foram todos banquetear-se a cair para um restaurante fora de portas. Entre o magote havia, parece, ingênuos que tinham tomado o caso muito a sério, caindo com presentes, e que ao verem-se ludibriados, em vez de rir, foram levar o caso ao comissário. Agora vereis os estardalhaços das gazetas!

As mais conspícuas, por exaltar a monstruosidade do sedutor, desataram a pintar a noiva como uma destas etéreas meninas, que a ideia só do macho faria evaporar para as alturas. Impressionou-me o caso, e da

primeira vez que topo o artiguleiro mais afervorado às virgindades *ante*, da noiva, inquiri dele se era certo o que da desditosa princesa dizia. E insisto:

— Ela antes do casamento, era realmente uma virgem, ó aquele?

O homem com uma piscadela de olho, redarguiu:

— Para enterrarmos o grandessíssimo patife, era necessário que o fosse. Entretanto que eu saiba, virgem só ela está de quem lhe não der quatro coroas.

— Mas então as flores de laranjeira do toucado...

— Sim, confesso, o que ela devia levar eram laranjas.

À virgindade refeita pelo jornalismo a esta reinadia, correspondem centenas de desflorações com que os jornais desacreditam anualmente raparigas honestas, publicando notícias de raptos, e dando curso a toda a espécie de denúncias contra o pudor de inermes criaturas.

Este o repórter na sua feição mais quotidiana de cronista, que não é sempre aquela que os de maior pro-sápia preferem, sendo mesmo vulgar que alguns não vejam dúvida em se atirar a funções de mais alto pincho. Aqui mencionei sem querer o *entrevisteiro*. O *entrevisteiro* é o repórter em diplomata, o homem encarregado de sujeitar a um questionário, os heróis do dia, e de inferir das respostas obtidas, um certo número de quesitos fulgurantes. Para o desempenho destas altas funções, carece o repórter de ter figura, um certo *aplomb* de homem batido, monossílabos profundos, e mais que tudo aparências de boa sociedade. Mesmo porém que ele possua qualidades para sair-se bem das cenas de comédia-drama que o ofício exige, nem por isso deixa de ser para o público um personagem infinitamente antipático, entre a polícia à paisana e o oficial de diligências, assim como só com trabalho consegue evitar a reputação duvidosa que implicitamente anda ligada àquele mister. Lá fora o *entrevisteiro* chega a ser quase um tipo perigoso, importuno, que se faz apresentar sem

dizer quem é, que se insinua como amigo, que lisonjeia os fracos das personagens com quem fala, e que uma vez certo deles, por uma parlenda hábil, subentendia, ziguezagueante por todos os escusos dum problema ou dum carácter, lhe consegue extrair por confiança, tudo quanto os interessados a sangue-frio desejariam ou deveriam sequestrar à publicidade. Todos se lembram das calúnias publicadas pelos entrevisteiros franceses, a respeito da imperatriz Vitória e de Bismarck, a quando foi da doença de Frederico II, na vila Zirio. O explorador Stanley, à volta de África, perguntado pelo dono do hotel francês a que descera, se receberia alguém que o procurasse, exclamou:

— Tudo, menos repórteres!

Perguntem ao imperador do Brasil e ao conde de Eu, os martírios sofridos com os entrevisteiros portugueses, desde o desembarque, até à saída do País, e dos prejuízos materiais e morais que lhes causaram as indiscrições e dislates daqueles senhores, não só junto do governo provisório, como também perante a opinião que no Brasil lhes tinha ficado favorável.

Entre nós, seja dito, a importância publicante do entrevisteiro, é menos viva, dada a medíocre estofa de quase todos. A sagacidade do nosso jornalismo médio é uma coisa pelo menos tão geba como a sua *toilette*; e toda a vida me lembrarei daquele entrevisteiro português, que começava o artigo sobre um falsário célebre: «Apesar do que os médicos hoje em dia nos contam acerca do hipnotismo e da sugestão, não creio que exista isto a que certos fatalistas chamam, a atracção irresistível do jogo...»

Não se entenda que eu negue à imprensa, posto isto, o direito que ela tem de elucidar a opinião, informando-a quotidianamente do que se passa, e tirando de cada episódio o remate moral que ele sugira ao jornalista. Mas dentro dos limites do respeito humano, e excêntri-

co a todos os exageros de análise e a todas as minúcias de informação, que desviando o jornalista do seu papel de educador, insensivelmente o levem a lisonjear certas curiosidades mórbidas do público, fazendo dele um insensato alcaiete, e um capoeira vil pago ao artigo. Insistindo ainda sobre o noticiário avulso, não vejo que importância tenham para o leitor os nomes e as moradas, e a mim mesmo pergunto porque é que os jornais se não contentam com a simples menção das notícias consideradas deprimentes para os indivíduos que nelas figuram, eliminando o título das ruas, e substituindo os nomes, por iniciais da fantasia. Avento para mim se não seria mais digno pôr de reserva, antes da publicidade, uns tantos boatos respeitantes a casos de importância, mal averiguados, fantasiosos talvez, onde às vezes figuram nomes sem mácula, e se arrastam pela lama segredos de família unicamente com propósitos de escândalo, e como expediente final de chantagens tenebrosas. Porque entendamo-nos. Generalizar aos *faits-divers* do jornal as virulências que os articulistas políticos põem nas suas lutas, usar levemente a tinta tipográfica para encher de nódoas a reputação dos que incidentalmente encontraram a polícia no caminho, exagerar, mentir, só pelo prazer de noticiar coisas inéditas, estaçalhar com a mesma cerimónia um celerado e um homem de bem, tudo isto constituirá quando muito o plano de conduta dum pulha refece, mas não pode ser nunca o *modus vivendi* dum verdadeiro jornalista. Em nenhum caso ressaltam mais dolorosamente as consequências do mal entendido papel da imprensa, como no seguinte episódio de que eu mesmo fui testamento presencial, há pouco tempo:

Um rapaz de catorze ou quinze anos praticara à tesoura, numa estante de corredor que antecede a grande sala da biblioteca pública, um corte angular sobre a rede de arame que protege os livros, e todos os dias ao passar, subtraía por essa abertura oculta, um ou dois

volumes da obra de Camilo, que rasgada a rubrica da casa, ia vender por quatro vinténs a um ferro-velho qualquer do Bairro Alto. Averiguada a falta dos livros, puseram-se à espreita os contínuos da biblioteca, e logo à primeira conseguiram surpreender sem custo o rato-neiro. Levado à polícia, os repórteres apoderaram-se do caso, e eu tenho em meu poder o número odioso em que o periódico mais prudente e mais popular da capital, não só prognostica, sob o título de GATUNO INCORRIGÍVEL E PRECOCE, ao pequeno, um futuro de crimes insol-váveis, como também desce a informar o público dos nomes dos pais, da profissão e da idade dos irmãos, da morada da família, do que a vizinhança contava acerca dela, e detalhe horrível, da doença do avô materno, paralítico há sete anos numa cadeira de rodas! Ao todo, dezasseis pessoas conspurcadas, e tudo isto a propósito duma leviandade de criança, que duas palmatoadas teriam corrigido, sem necessidade alguma da polícia, das alcovita-gens da imprensa, e dos *pourparlers* da opinião! Passam seis anos, o rapazelho está homem, e o pai, honestíssimo velhote que eu conheço, não podendo já fazer seguir um curso a este filho, resolve ao menos achar-lhe poiso onde ele ganhe honestamente a sua vida.

Procuramos então pelos escritórios e grandes arma-zéns da Baixa, um lugar vago, temos cartas de reco-mendação de todo o mundo, e como o rapaz é intelligen-tíssimo, brioso, cheio de actividade e de valor, nenhum de nós perde a esperança de lhe arranjar trabalho, a pouco trecho. Entretanto vão-se passando as semanas, e depois das semanas, meses: as promessas não se deci-dem, os lugares vagos preenchem-se sempre antes de nós chegarmos, e dentro de pouco a surda má vontade geral começa a dar-me angústias. Um dia, insistindo eu com um mercador de confiança, sobre os motivos pro-váveis da oculta repulsa que o meu protegido parecia despertar, o homem, depois duma hesitação dalguns instantes, tirou um jornal da secretária:

— Olhe para isto.

Era o infame papel que seis anos antes fizera público o caso da biblioteca, ignominiando para todo o sempre o pobre rapaz. E esse pasquim detestado adivinhei-o eu depois em todas as gavetas, era conhecido de todos os comerciantes, e fechando à vítima as portas da vida honesta, avoejava como uma *buena-dicha* criminal, por sobre o seu presente aflitivo, por sobre o seu futuro predestinado.

Volvendo agora ao caso de estupro a que aludi no princípio destas reflexões, chamo a atenção da imprensa para outro mal, por enquanto esporádico, mas nem por isso menos corrosivo para o já abalado conceito que a opinião pública começa a fazer dos jornalistas. Dias depois dos jornais lançarem os primeiros *suektos* acerca do crime attribuído ao militar que todos sabem, parlamentários destacados da baixa malandragem do jornalismo — todas as profissões têm destas escórias, o exército como a imprensa, e nem por isso qualquer das classes deixa de ser um pilar das sociedades contemporâneas — começaram a rondar a porta do acusado, e a pedir-lhe audiência, alegando a sua qualidade de amantes da justiça, e desforçadores da inocência enxovalhada. O primeiro que lá foi, depois de oferecer a sua pena ao desagravo do dono da casa, teve meios de informar que estava montando uma empresa de grande futuro, para cujo custeio só lhe faltavam vinte mil-réis, saindo nisto, para dali a pouco mandar saber por terceiro, se S. Ex.^a sempre estaria disposto a dar a soma. Muito mais finório, o segundo, apresentou-se trajando à diplomata, ar convívio, o maço de jornais premido na axila; e afastados os oficiais que estavam de visita, o publicista declarou vir ali como amigo, lamentava os desmandos do jornalismo contemporâneo, e todo o seu desejo seria amordaçá-lo (acredite V. Ex.^a) convindo o preço. Para principiar, trazia ali o primeiro artigo

duma série premeditada com destino a fazer luz sobre a inocência duma pessoa tão ilustre como o cavalheiro a quem tinha a honra de estar falando — e aqui apresentou um jornal, desdobrado. E porque os amigos de S. Ex.^a viessem na ideia de ainda haver jornalistas austeros, ali lhe deixava vinte e nove números da folha, para S. Ex.^a distribuir e mais este papelinho.

— O papelinho que vem a ser?

— O recibo dos trinta jornaizinhos, quarenta mil-réis, não é pressa nenhuma!

E como estes *maîtres-chanteurs*, outros que tais. Ora, sendo inquestionável que semelhante gentalha não abate do seu legítimo prestígio uma corporação benemérita, como a dos jornalistas, não conviria menos, apesar de tudo, extremá-la por todas as formas de expulsão e de denúncia, por modos que alguma vez não tivéssemos de corar pela parceria destes falsos camaradas.

24 de Setembro de 1890

Os jornais noticiavam há dias dois casos de violência exercida sobre menores do sexo feminino, acrescentando que era o sexto caso deste género de que as autoridades do distrito tomavam conhecimento, durante o mês corrente. Infâmias de igual jaez têm os periódicos de Lisboa descrito e comentado, nos últimos tempos — desde a mulher da Rua do Arsenal, que ia recolhar pequenas de catorze anos à província, para o tráfico do amor infame, até à daquela neta que a avó cedeu à mulher dum cocheiro, a qual ia todas as noites vendê-la, por essas casas de passe, aos apetites sádicos de meia dúzia de velhos devassos. Devemos confessar que estas monstruosidades não eram frequentes aqui há cinquenta anos, como agora, em Portugal, aonde o homem, mesmo vicioso, mantinha a virilidade altiva da raça, contendo os seus desmandos num ciclo de orgias, que raro faziam violência à natureza.

Não o seduziam, como agora, estas pululantes raivas de estesiariar a fadiga dos nervos, vinda dos excessos ou dos anos, pela mordedura na polpa virgínea e branca dos frutos insazonados, e pela assaltada à inocência dessas pequeninas insexuais, cuja divina infância deveria adorar-se, como uma das mais puras e sagradas coisas do universo.

Por quantas e quais deprimentes causas, secreta e lentamente evolucionadas, chegamos nós a esta perversidade no amor?

Pela velhice precoce, radiada de factores diversos — desde a inânia hereditária, até à insalubre educação das escolas e das oficinas — que aos trinta anos invalida os habitantes das nossas cidades, cuja energia física se apagou na depressão do meio, na falta de exercícios salubres, de higiene e de cultura moral, e cujo sistema nervoso se foi exasperando até aos clownismos da nevrose, e invertendo a polarização dos actos vitais, desde as funções das vísceras até às funções do carácter, desde as sensações até aos sentimentos, desde os actos da inteligência até aos actos da vontade.

Mais ou menos, há em cada um de nós um *Des Esseintes*, fruste talvez, e em eclosão apenas, mas absolutamente inferior como indivíduo, ao tipo fisiológico do homem válido e do homem são. Mas há outro factor também a opor à senectude do homem. É a extraordinária precocidade da mulher.

As raças reprimidas em bairros-gaiolas, como são os bairros das nossas velhas cidades, em casas sem sol, entre saguões e sarjetas — pouca água, ar podre, limpeza nenhuma, escasso alimento, e demasiadas exigências de prazer e de trabalho — deitam rebentos, que apenas fugidos dos berços parecem já mais ou menos aptos ao exercício de artes e funções, que dantes eram para assim dizer regalia exclusiva da idade forte. É encarar o gaiato de Lisboa, como protótipo dos filhos das classes trabalhadoras: é encarar o colegial, como espécime de progenitura da nossa classe média. Da boca dos mais pequenos, dos mais inocentes, da criança que apenas fale, balbuciando as coisas com dificuldade, rompem às vezes palavras que em si condensam mais de trinta anos de experiência e de *ruse*.

Nas frialdades do olhar (nos garotos da rua sobretudo) seco e tenaz por entre as pequeninas rugas das pálpebras avermelhadas de oftalmia, enregelam-me a reflexão e a insolência de sexagenários que viram tudo,

assistiram a tudo, provaram de tudo, e para os quais o mundo já não contém surpresas nem mistérios. Observar como eles correm na rua, flanando em bandos — pequenos mefistófeles do enxurro — a fazer troça à mulher da hortalixa que passa, com frases precoces de *voyous* iniciados em certos cultos, ou indo repetir à porta dos lojistas, nos bairros lóbregos, as *scies* desavergonhadas com que certos lojistas embirram muito. E as suas conversas, em que há mímicas de macaco e aravias cónicas de grilheta!

As suas chalaças, que brotam entre carantonhas macabras, como uma revelação do instinto cómico, arguto até ao sardonismo! As suas alegrias, que não têm saúde no rir exangue da boca, e aos doze anos vem já atormentada por uma espécie de raiva convulsiva! As suas cóleras, inconsistentes, por acessos, que têm da impulsão monomaníaca dos degenerados, e dos contra-sensos brutais das bestas carniceiras!

Com as pequenas, o mesmo. A natureza fã-las mulheres, quando elas para assim dizer, nem ainda começaram a ser crianças.

Mais ou menos, são quase todas umas velhinhas de mama, sem infância, sem ingenuidade, compostazinhas, tolazinhas, já cépticas e maldizentes, copiando as locuções que ouvem, fazendo esforços de perspicácia para adivinhar aquilo que não compreendem, substituindo o capricho à emoção, a efervescência histérica à livre expansão da infância, o desejo do maridinho ao desejo da boneca, e a conversa com homens, aos turbulentos brinquedos com as demais da sua idade, pelas ruas ensaibradas dum jardim. A natureza fá-las mulheres quando para assim dizer elas ainda nem crianças entraram a ser. Tudo nelas, excepto a estatura, condiz ao modelo da mulher mal-educada, namoradeira, vaidosa, fútil, embirrenta, tão vulgar entre as mulheres de Lisboa, ou sejam senhoras ou cigarreiras, filhas de carpinteiros, ou filhas de capitalistas... A mesma loquela

descerebrada, intrometendo-se nas conversas com uma impertinência de mau gosto; o mesmo saracoteado no andar, que se inspira no porte das actrizes do Príncipe Real, ao fazerem papéis de duquesa, e no *salero* das *camareras*, ao cantarem o *Señor alcalde mayor*: a mesma curiosidade inquietante em procurarem o convívio de pessoas grandes, como para lhes beberem nas conversações, os venenosos sucos de certas palavras e certas intenções — e sobretudo aquela febre, aquela ânsia de adivinharem por baixo das coisas aparentes... por uma palavra, um olhar, uma *nuance* de expressão... alguma coisa de predomínio humano que elas desconfiam lhes ocultam, e que as tresvaira — pequeninas perversas inconscientes! — ao ponto de as fazer saltar dezenas de anos na evolução da idade, tornando-as mulheres, quando elas às vezes nem sequer completaram ainda a primeira dentição.

Filhas de banqueiros ou filhas de operários, não se imagina o que elas são de inquietadoras, aos doze, treze, catorze anos, e com que felina arte, encantadora e abominável, muitas dessas pequenas sabem fazer a corte aos homens, a ocultas das aias e das mamãs. Desconhecidas larvas, rastejando-lhes no sangue mórbido que herdaram, vêm produzir naquela crise da idade, as mais singulares e inconfessáveis pixerias.

Remediadas ou ricas, os colégios auxiliam, pela vida comum, a evolução e a quintessência destas estranhas personalidades. As pobres vão para a oficina ou vão para a modista, muito novas, impúberes quase; e ali, enquanto as regentes dormitam, e as máquinas trabalham paralelamente à costura e aos esforços da labuta profissional, segue-se um curso gradual de galantaria, ensinado pelas abelhas-mestras às jovens mosquinhas mortas e entradas de novo, um curso cochichado ao ouvido, entre risinhos, pequenos beijos, suspiros — um curso de galantaria que nem sequer ao menos tem a livrá-lo da libertinagem, uma vaporosa asa pontiaguda,

elísia e trémula, de sentimento. Nos nossos países do sol, em que a beleza não tem a escudá-la, a torná-la uma coisa sólida e persistente, os relevos ósseos do esqueleto, e é feita de carne apenas, de frescuras de tinta, brilho de olhos, e diafanidades mimosas de cútis, a nossa mulher cedo emurcha, e está fanada aos vinte e cinco anos, ao primeiro desgosto, à primeira doença, ou ao primeiro filho.

O período de eflorescência estética inicia-se para elas, portanto, logo desde os começos da adolescência — o que se chama a beleza do diabo — quando para assim dizer o sexo anatómico inda não fala, e o sexo moral já tem eloquência, que arrastam o outro, *cahin-caha*, empós do primeiro idílio romanesco.

A rapariga está assim desequilibrada no mais profundo do seu ser.

A degeneração orgânica da casta, e a viciação do meio social, tornam-na já uma mulher vorazmente amorosa, constantemente solicitada pelo mau exemplo e pela tentação, com paixonetas e agasturas histéricas, ao passo que a idade e a miséria estrutural, herdada ou contraída, se mantêm ainda nas hesitações e tibiezas da criança. Nela, o espírito tem todas as labaredas dum facho, enquanto o corpo é frágil e ondeante como uma gaze.

Nestas alturas, pois, o incêndio é uma coisa inevitável.

Ponham-se agora aqueles homens que eu disse, precocemente envelhecidos, sem apetites naturais, sem saúde, com dispepsias no vício alterando-lhes os desejos em exotidades bizarras, mancos de energias físicas que os reintegrem triunfalmente no seu papel de machos e procriadores, ao lado destas estranhas *charmeuses* de olhos garços, cabelos em *chien*, boca enigmática, mãos exangues, seio fino e riso dúbio — virgindades sem inocência, que têm pressa de chegar à nubilidade — e digam-me depois o que sucederá.

Evidentemente a desavergonhada da Rua do Arsenal não recrutaria crianças para o seu talho, a despeito da severidade dos regulamentos policiais, se essa carnhinha tenra, branca, açucarada, cheirando a sol e a biberão, não tivesse procura, e lhe não valesse gorjetas anafadas.

A mulher das Olarias já teria abandonado o seu sistema de visitas nocturnas aos santuários de Vénus, com a pupila, se todas as tardes não fosse uma velha de capote e lenço, com um bilhetinho da sacerdotisa do templo, a D. Isaura ou a D. Inocência, marcar-lhe um *rendez-vous* para o Castro bexigoso, ou para o Pimenta dos óculos.

As mães não enviariam aos cafés, pequenitas de seis e sete anos, trajadas com certa garridice, a vender cautelas ou a pedir esmola, com um sorriso de fazer frio aos menos propensos a sentimentalidades, se lhes não aguçasse a cobiça, as esmolas de cinco tostões com que os francelhos da crapulosa *rigolade* de Lisboa, armam isca, aos transviados e implumes passaritos. Logo esta indústria infame, tem procura, e vale a pena de ser exercida, a despeito dos perigos de que se cerca!

O acto é por tal forma monstruoso, ilógico, e extravasado dos processos gerais da fisiologia voluptuosa, que não pode explicar-se por uma sobreexcitação do apetite são, senão como deficiência do substracto mental, que a prisão não corrige, e que talvez se foi pouco a pouco preparando em paralelo com outras manqueiras humanas, à medida que a raça se esgotava, esterilizando-se, num *commencement de la fin*, como o de Roma, no templo de Calígula e Tibério, que o diabo tenha. Todos os esforços dos reformadores deverão pois recuar para mais longe, e ir refazer a cidade, não a sabor do empirismo dos lunáticos, que investigam da felicidade colectiva por palpite, como o Fonseca das cautelas, mas sob os respeitos dum plano vasto e geral, em que sejam destruídas todas as causas averiguadas de envilecimento orgânico e moral da família portuguesa, e sotopostos

em leis, todos os princípios que a ciência apurou dos seus dois séculos de investigações, e que dalguma maneira possam auxiliar ou desenvolver, aquela felicidade.

— Mas esse plano? — dirá alguém.

Esse plano, os especialistas que o fundem, que o redijam, que o proponham, e que o discutam. Os elementos abundam. Pensam os senhores que não seria já muito o alterar completamente o sistema de edificações em que Lisboa mora, respira, trabalha e sofre? e que sob todos os respeitos, são a coisa mais asfíxiante e deletéria que se conhece?

Nos países mais adiantados da Europa, começa-se já a pensar neste problema seriamente; e a par dos esforços tendentes a livrarem os ricos, por algum tempo ainda, das vindictas dos trabalhadores, pela forjadura de códigos regularizadores do trabalho e do lucro, capricham os estudiosos em fazer ressurgir da apatia física, as populações vergastadas pela miséria, em cuja vida o pão escasseia, e superabundam os desregramentos.

Para não falarmos senão da França, diremos que no espaço dos últimos dois anos, têm as sociedades sábias de Paris, Tours, Montpellier, Lião, etc., discutido pelo menos uma cinquentena de assuntos concernentes à remodelação das cidades, desde as habitações até aos indivíduos, pelos processos que a ciência experimental definitivamente aconselha.

Desses problemas citaremos ao acaso, proibidos como estamos, de detalhar qualquer episódio especial:

— *Surmenage* e *malmeñage* nas escolas e nas oficinas.

— Regulação do trabalho das mulheres e dos menores, quer nas escolas, quer nos *ateliers* — limite máximo de idade em que umas e outras devem começar a trabalhar — número de horas de trabalho quotidiano — regulamentos sobre o trabalho nocturno, e especificação da idade e dos mesteres em que esse trabalho deve ser permitido.

— Higiene obrigatória das oficinas, liceus, *magasins*, e grandes fábricas — sua capacidade, tiragem, graduação e luz, etc.

— Higiene na construção das residências, dimensões de ruas, janelas, e exposição e ventilação dos quartos.

— Higiene na alimentação — fiscalização rigorosa sobre a pureza e o preço dos alimentos de primeira instância.

— Profilaxia das doenças contagiosas, especializando as secretas, que estão sujeitas a uma fiscalização sagacíssima, por banda da polícia sanitária.

— Distribuição gratuita de regulamentos sanitários preventivos da infecção.

— Estabelecimento de banhos públicos gratuitos para toda a gente, por conta das municipalidades.

— Criação de parques, jogos públicos e diversões baratas, onde os operários possam espairecer, ao fim duma semana de trabalho.

— Hospitais para crianças raquíticas e escrofulosas, à beira-mar.

— Fundação de *bourses de voyage* colectivas, para alunos das escolas públicas das cidades, de ambos os sexos, com o fim de lhes proporcionar viagens de recreio às praias e florestas da França, durante as férias.

— Estabelecimento de oficinas anexas às escolas, de exercícios militares, ginásios, escolas de canto coral, esgrima, natação e canoagem com um certo número de notas de fim de ano, que entram na classificação geral do curso, com um valor igual aos das outras aulas.

— A mais assídua vigilância sobre a saúde, os costumes, os hábitos e as tendências da infância, gradual e amavelmente exercida, para corrigir nestes as manqueiras hereditárias, e atenuar naqueles, vivacidades e violências demasiadas, já não asfixiando-as, mas fazendo-as derivar para um caminho aproveitável.

— Higiene da maternidade, exposições de crianças, etc., etc.

E por último, acrescentaria eu a toda esta série de problemas capitais para a vida contemporânea, mais um, que é importante acima de todos, e vem a ser, a intervenção da polícia médica nos casamentos, ponto por agora teórico, como meio de prevenir as alianças doentias que abastardam a descendência até ao extremo ínfimo que se está vendo.

Pois se eu, antes de comprar o cavalo de que preciso, e a *chaise longue* em que me deito, investigo primeiro se cavalo e *chaise longue* não têm coisa nenhuma partida, porque não hei-de fazer o mesmo (*en ménageant la chose*) à mulher com quem me caso; ou porque não há-de essa mulher inquirir da minha saúde e da minha solidez, sabendo que a casar com um inválido, vai criar-se um martírio para toda a vida?

Talvez porque em nossos dias, o casamento seja para mulher e marido, uma espécie de retirada da vida alegre, de asilo de reumatismos latentes e dispepsias contraídas, que os ajuda a viver mais algum tempo, e de que os filhos pagam as custas, vindo a este mundo já derreados, desforçando-se porém da inânia herdada, pelo prazer de amaldiçoarem a toda a hora — os pais.

29 de Setembro de 1890

A par do Livro Branco, expositor dos planos africanistas do gabinete que vem de expiar, como o pederasta do conto de Richepin, numa latrina, deveria a nossa chancelaria ter dado a lume uma espécie de álbum de aguarelas, onde a posteridade pudesse ver bem as caras dos negociadores, e os *toilettes* com que o sr. Barjona de Freitas, enviado extraordinário do Governo português, entrou no Foreign-Office, foi aos jantares de Windsor, ou assistiu às recepções de Lorde Salisbury. Mais que nenhuma outra espécie de documento, esse álbum nos teria explicado as derrotas diplomáticas, não só por uma falta de lucidez na reivindicação dos nossos direitos, como principalmente pela inverosímil ridicularia da figura que a Londres foi justar a causa portuguesa.

Bem sei que os *enviados* de hoje não são mais os personagens supremos de há dois séculos, e que as negociações entre os governos, perdendo o carácter aventureiro de outrora, tendem cada vez mais a suprimir o agente diplomático. Todavia este antigo árbitro dos destinos da Europa — no tempo em que a política era apenas o divertículo das casmurrices pessoais dos reis, e dos caprichos histéricos das favoritas e das soberanas — se já não salva nem perde dinastias, só pelo prestígio pessoal da sua beleza ou da sua argúcia, nem por isso deixa de ser nas cortes estrangeiras como uma síntese viva da raça que o envia, e como uma amostra das qualidades e

dos defeitos do país que ele tem a missão de representar.

Hoje, a diplomacia europeia é conduzida e dominada pela fatalidade dos factos, e a opinião é a única soberana que ainda alguma vez pode contê-los. Quatro raças disputam entre si a hegemonia do mundo, e todo o movimento das chancelarias obedece à trepidação dessas raças que, na Europa ou fora dela, pretendem tomar o passo umas às outras. Por forma que tirada ao embaixador a iniciativa de funcionário autónomo, com carta branca para a escolha de meios de dar batalha, que ele conservava ainda no tempo de J. de Maistre e do conde de Lavradio, as pendências diplomáticas resolvem-se directamente entre os gabinetes, sendo o embaixador apenas um intermediário para o apaziguar dos pequenos incidentes. Vai, por isso mesmo que o seu officio baixa em profundidade, deve subir a *mise en scène* inerente à ideia de ser ele o representante carnal do povo que o envia, e não convir jamais entre estrangeiros abater o *rang* desse povo, até ao extremo em que o embaixador se confunde com o criado de servir.

Ora, esforçando um pouco nos predicados que o Sr. Hintze achou ao Sr. Barjona para enviá-lo como representante de Portugal, à corte mais requintada e formalista do mundo, vê-se o seguinte. Como africânder, o Sr. Barjona é uma bestinha mansa e pegadiça, sem entusiasmo, porque nem a idade nem a índole permitem que ele se entusiasme: sem proficiência, porque tirante escamoteações forenses, não consta que o homenzinho tomasse gosto por outras questões que não revistam a forma de charutos de seis vinténs, e de baixos-ventres de sopeiras: e finalmente sem a menor familiaridade com os instrumentos que poderiam facilitar-lhe a tarefa, *verbi gratia* o manejo da língua falada pelos diplomatas com quem havia de entender-se.

Ajustaram-no à toa, como um mergulhador inexperi-

ente de ofício, e sem escafandro expediram-no para as profundezas do *Foreign*.

Inutilizá-lo como opposição no Parlamento, comprometê-lo como negociador, perante o País, tais parecem ter sido os móveis dos seus nove meses de Londres, ao fim dos quais Lorde Salisbury lhe fez parir o monstro do tratado. Ele mesmo pasma de o terem achado bom para uma missão de tal delicadeza, e no Livro Branco, a cada passo acorda o seu estribilho fúnebre — *inquieta-me a confiança do Governo!* — como um remorso do latrocínio consentido.

Inda esta ignorância podia esconder-se em Londres por trás de uns monossílabos graves, peculiares a certos diplomatas, que fazem do grunhido uma eloquência, e ainda esta indiferença podia passar por *aplomb* de embaixador, se acaso o Sr. Barjona fosse um homem do mundo, e competisse em gentil-homeria de maneiras, em correcção altiva de porte, em desdenhosa elegância, em espírito vivido, em requinte, com as personagens superiores, com quem no decurso da sua missão, sem dúvida houve que conviver a discretar. Porém Lisboa conhece por demais o ilustre esquerdo-ginastista, para cuidar que ele iludisse o inglês quanto à proveniência duvidosa das suas poupas, e quanto ao *selected* dos seus arrotos durante as refeições.

É um advogado de província calcado sobre todas as pelintragens da vida de boémio, acrescentadas de todas as licenças da vida de solteiro. Duma origem plebeia — o que não é indiferente na gestação de um diplomata — toda a vida pobre, e com pequenas angústias quotidianas de cinco libras perdidas à batota, ele acusa nos mais pequenos detalhes do seu espírito e da sua figura, essas saburras ínfimas do cavador que está por baixo do *outro*, do homem cultivado, e a cada instante intervém para o amesquinhar, seja onde for. Mesmo a sua figura é deplorável, com feições de cigano e sangue de

mulato. Nos cabelos corredios, chorando banha, na implantação viciosíssima dos dentes, bordados de limugens perto da raiz, na barba rala, empastada de herpes, no prognatismo da maxila inferior, avançando obtusamente com uma sensualidade rude de gorila, no feitio da barriga, gastralgizada por indigestões de comidas ordinárias, no desenho das mãos rugosas, com palmouras, dedos cheios de nós, unhas chatas, estriadas ao través como as dos pobretões descalços, no ritmo do andar, cambaio, como quem leva um frete, no parênteses das pernas, no feitio do cachaço, uma inferioridade atávica ressalta, de raça espúria, cruzamentos que aviltam o homem, e o desviam do tipo puro de que certos representantes das raças loiras parecem ser o ideal inigualável.

Folheada a sua vida, justapõem-se defeitos funcionais às imperfeições orgânicas que vêm de ser traçadas. Conta seu tio, que até cerca dos quinze anos não foi possível evitar que ele todas as noites mijasse na cama, nem tirar-lhe da cabeça ainda agora, que as unhas dos pés são comestíveis. Sem delicadeza alguma no carácter, sem fixidez alguma nas ideias, nada o interessa além das mulheres, do jogo e da comida, únicas coisas de que ele abusa, e subordina ao sibaritismo de si próprio, sem lhe dar sequer um instante de alma agradecida. Tampouco o seu humor provém de bonomia: é cínico, erótico quase, radica-se no desprezo de tudo, vem da negação de tudo: não tem amargura, que ainda pressuporia veemência, interesse, mas é uma coisa glacial vinda duma alma morta para as alvoradas da crença e para as primaveras da emoção. Sendo ministro, um deputado exigente, cansado de lhe pedir não sei que lugar farto, atreveu-se a dizer que se a pretensão não visse despacho, ele atiraria com a albarda.

— Não atire, não atire — respondeu-lhe Barjona —, que eu não estou acostumado a montá-lo em pêlo.

Doutra vez, vindo com Sampaio de uma recepção real, no mesmo carro, conversavam os dois sobre a ridícula tarefa de genuflectir perante as majestades, em certas épocas marcadas pelo calendário. E Sampaio, resignado:

— Enfim os salamaleques ao rei ficaram feitos; toca a ir repeti-los agora ao D. Fernando.

— Que quer você? — disse-lhe o outro. — Depois da ajuda vêm sempre as necessidades.

Por sob aquele verniz de político, e a desabusada *non-chalance* de estadista, o plebeu que lhe está por baixo da pele, e é o verdadeiro Barjona em carne e osso, compromete-lhe a *allure* de grande homem, ridiculariza-o, achincalha-o, é o seu carrasco e o seu suor frio. Tem secretamente a raiva de ser gebo, e prazenteiramente haveria trocado a posição culminante de agora, por umas tripas que dessem menos roncões, crescendo que o seu ar negligente esconde a mais terrível fascinação pelos que vestem a primor. Todos os seus amigos conhecem a sua maneira especial de tomar o braço, beliscando affectuosamente a polpa do bíceps. À primeira vista, parece cordialidade, mas reparando em que ele só belisca os bem vestidos, advém-se na conclusão de que o faça antes para ajuizar do pano das sobrecasacas correctas, que são o desespero da sua vida.

De feito a sua manqueira como *gentleman* reveste quase uma feição grotesca de morgado de Fafe e de *Mr. Perrichon en allant à la noce*.

É um apologista dos colarinhos postiços, dos peitinhos de borracha, e das gravatinhas alfinetadas de jóias duvidosas. Tem a paixão da melena varrida sobre as fontes, das pomadas cheirando a virilhas de magana, dos grilhões de saloio, com meio quilo de berloques, pendulando. No fura-bolos, o clássico cachucho de guarda municipal; boquilhas complicadas de caixeiro, com veados, cupidos, mulheres nuas — e como se não

fora já típica a sua meia de linha, e o sapato de peito de casimira, colchetado à banda com bonés de jóquei, tem ainda por cima o mau sestro de entrapar as pernas com cortes flor de alecrim da fábrica da Arrentela, e de roer as unhas em sociedade, depois que as adubou com a murraça herpética que vai raspar às profundezas da gaforina.

A sua chegada a Londres, entre a cornaca Carrilho, e *ces dames*, é uma destas páginas de cómico, donde o inverosímil poreja em risos insustáveis, tamanha a inventiva expensa na concepção duma tal cena.

Imagine-se o pessoal da Embaixada na gare, em *toilette* — o Sr. Luís Soveral com o ramo de rosas prestes, e o braço em arco, aguardando à portinhola do vagão, a embaixatriz — a porta que se abre, Carrilho o primeiro que apeia, carregado como um ferro-velho, caixas de chapéus, dois fraldiqueiros, moringues de Estremoz, cabazes de mil formas, e por cima de tudo um cobertor da Covilhã, que servira ao embaixador de *couvre-pieds*... Depois, na confusão dos balões e das saias de chita, princesas barbacenadas, que assomam, com cintos de fivela, malas de tapete, embrulhos de especiones, e todas com lenços de malha ao pescoço, capas medonhas, lenços amarrados por cima dos chapéus; e espavoridas, a trigueira com medo de ser esfaqueada por Jack, o *Estrípador*, a magricela aos vômitos, com o estômago azedo dos tombos do comboio, a gorda a gemer com inflamação na gengiva dum dente cariado — e por ali fora, uma inferneira de cestos de provisões, gaiolas de passarocos, gatos em sacos, chouriços escondidos, como se tudo aquilo reentrasse dum arraial português, fora de portas.

Já a esse tempo o amavioso Soveral tem crescido sobre a que lhe pareceu mais grande mundo, e vai para oferecer-lhe o ramo que trouxera; mas intervém Barjona, dizendo:

— Essa não, que é a Francisca... a tempo de ainda

lhe poder empurrar o braço para uma magra, de coifa, o buço forte, e cujo chapéu de penas verdes e encarnadas lhe infunde um ar de catatua impaciente. Aí se engancha todo aquele belo sexo nos braços da embaixada contrafeita, e o cortejo atravessa as salas numa ronda de escandalizar o próprio bilheteiro; quando a Francisca, que já pelo caminho dera mostras de estorcida, começa de esfuziar pequenos ais, que o seu braço interpreta como testemunhos de ternura.

— Londres, minha senhora, é todo um mundo, o clima frio, mas os corações aqui batem depressa...

E a dama pálida:

— Valha-me Nossa Senhora! eu já não posso!

— Portugal faz-lhe saudades, prevejo, mas encontrará aqui em Londres quem há-de saber compreendê-la.

Lá desfalece a pobre nos braços do precioso que assim fala, rumor na sociedade, copos-d'água no ar; até que Barjona chega de sapatinhos de feltro, boné de merceeiro, escapo alfim das unhas dos polícias, que pretendiam tomá-lo, por um assassino italiano. De roda, é um gastar de condolências: não há-de ser nada, delíquio passageiro, efeitos do calor... quando a das plumas verdes intervém.

— Diz com franqueza, menina, o que tu queres é dar de corpo...

É exactamente o que ela quer, *alibiar-se*; e de casaca, expedendo graças Luís XV, todo aquele pessoal da legação, vindo para render homenagem ao seu plenipotenciário acaba por enfrear *toilette* e espírito ao cortejo drolático, duma *jeune personne* que destempera em caga-neira.

...o álbum para anexar ao Livro Branco, devia começar por esta as suas aguarelas.

A segunda aguarela contaria da instalação do enviado português no Hotel Brístol, ele, um boémio de casa de hóspedes, afeito a fumar charutos de couve, e a fer-

rar moncos no calcanhar das peúgas servidas, numa hospedagem de príncipe, alcatifas, *teintures*, mobílias caras, *menus* exóticos, confortos desconhecidos, bidés supérfluos, banheiras por servir; e servido por criados que a cada instante lhe dariam sem querer, lições de correcção. Está a gente a vê-lo entre malas abertas e pontas de charuto atiradas, escarrando como um tísico para direita e para esquerda, numa atmosfera de estábulo pontuada de águas-de-colónia aviltantes: e a cada minuto *ces dames* pedindo pão com manteiga ao criado, com assuadas, de *ai sé camón*, pelo inglês incompreendido, e pragas nacionais aos papagaios e fraldiqueiros que vêm aliviar-se-lhe nas saias, como a Francisca, na cena da estação. E as surpresas da *petite famille* à primeira remessa de camisas finas, os seus *ohs!* e *ahs!* entrechocados, quando um dos Pools e Johns Mamb falsos que Londres tem, envia para sua graça o embaixador, a primeira sobrecasaca forrada de cetim! E na manhã da primeira visita a Salisbury, dada uma ensaboadela geral, primeira e única da sua vida, na casa de banhos do hotel, quando desencasqueado o Sr. Borjona rompe das espumas, como Vénus, oh surpresa convulsa! — nem o próprio Carrilho o reconhece. Tanto o aspecto do nosso plenipotenciário mudou com o banho que depois de limpo é que verdadeiramente parece que está sujo!

Terceira aguarela: a sua entrada no *Foreign-Office*. Quem quiser ter a psicologia do Sr. Barjona, neste vertiginoso instante da sua vida, leia a carta onde o Calisto Elói d'A *Queda Dum Anjo*, descreve à esposa a sua primeira sessão na Câmara dos Deputados.

O personagem grotesto de Camilo serve maravilhosamente a nos visionar o patusco homem de pau do Sr. Hintze. Em Calisto Elói por ventura uma inteligência menos viva, posto mais útil, e a austerizá-la, um sentimento de conveniência extragótico quase escultural.

No Sr. Barjona de Freitas, a sua antiga cabeça de génio coimbrão que estende os lentes, mas já sem viço, num começo de delinquescência encefálica que os excessos explicam, e onde sobrenadam apenas algumas anedotas de frades, e algumas deterioradas receitas de casuísta.

Em par desta antecipada provectude, a sua insipidez como homem de ciência, que mal sabe onde a África fica, que desconhece os mais rudimentares prolegómenos do problema colonial, e vem ao acaso, sem plano de negociações, nem uma base sequer para ponto de partida — e achincalhando tudo, pesando sobre tudo, aquela sua irreparável condição do homem grosseiro, tímido, pobre, endividado, sem linha fidalga, nem mãos apresentáveis, com o ventre hidrópico, pernas de feto, chispes de fadista, o todo ele às arrecuas, mal seguro de si, armado no ar, comprometido, com uma vaga consciência de fazer junto de Salisbury a figura dum orangoango ao pé de Júpiter.

Quarta aguarela: o Sr. Barjona na antecâmara de Lorde Salisbury depois de quatro horas de bilhetinhos, recadinhos, e inúteis tentativas para que o orgulhoso chanceler britânico o recebesse. É a 12 de Agosto: os corredores do Foreign já devem conhecer o passinho mole do enviado português, as fumaças do seu charuto enorme de couve de Hamburgo, e as longas horas arrastadas junto dos fogões, a conversar com os criados, que ele a princípio tomou por diplomatas, e a que depois pôs a mão no ombro, tratando-os por *coisinhos*, com tentativas de suborno, de cruzado, a ver se assim seria recebido mais depressa. De conferências e jantares, Salisbury acabou também por se fazer conceito nítido acerca do estranho homenzinho em quem o *little Portugal* delegou poderes completos para a partilha da África portuguesa, e como porteiros e contínuos, grandes e pequenos empregados do Ministério ele está senhor dos

processos e dos meios desse picaresco embaixador, que dir-se-ia fugido das operetas da Trindade. Porque a todo o inglês feito de cálculo repugnem as longas dissertações e as hermenêuticas de pórtico, resultou que à segunda entrevista já Salisbury manifestava pelo nosso enviado uma embirração picada de desprezo. Porque antes de político, Salisbury é um homem de corte, fidalgamente nado, e afeito a tratar gente elevada, e a estofa plebeia do nosso ministro, de cachucho no dedo, pus nas gengivas, olho mortiço, tartamundeando um francês de fantasia, e antepondo aos argumentos práticos, pequeninas espertezas risíveis de casuísta, breve o desgosta, à medida que o cheiro a raposinho que ele exala, sob os perfumes, que o riso podre dos seus dentes de fumista, que o desenho vicioso dos seus dedos, que a leprosidade geral de toda a sua pessoa, lhe reconstituem a vida passada desse homem, pintando-o como um destroço humano, em regressão às curiosidades de hospital.

Desde esse dia, Salisbury não se sente bem ao lado dele, e evita senhoras nos jantares em que tenha de o sentar à mesa. Porque não há meio de o fazer conversar duas horas, sem que a sua boca vomite alguma facécia bocagiana. O sadismo extravasa dos menores detalhes da sua convivência: não há gesto seu, por cavalheiroso, que se não possa interpretar por uma manguito, tique de pálpebras que se não filie no subentendido brejeiro que nós outros conhecemos pela designação de *piscadela de lúzio*.

Aí vai uma gentilza a Lady Salisbury, no primeiro jantar que esta lhe deu:

— *M.^{me} la marquise a pour servantes, les plus belles femmes du monde! En vérité j'en raffole de coucher avec...*

Doutra vez, discutindo uma questão de limites, e as condições de construção do caminho-de-ferro de Pungue, o Sr. Barjona subitamente possuído da sua velha adoração pela alfaiataria de luxo, levou a mão ao braço de Salisbury.

— *Mylord*, quanto lhe custou esta sobrecasaca tão catita?

O presidente do Conselho começa desde então a recusar-se às suas entrevistas, e fazê-lo esperar horas e horas na antecâmara, a discutir com ele por intermédio de Sir Currie, uma espécie de Ornelas inglês, de monóculo, vazio que nem uma ocarina. E aqui as evasivas, as frases secas, as insolências humorísticas. Em 17 de Fevereiro «*le passé est passé, le temps est un grand modérateur*». Em 21 de Março. «Mais uma vez fizemos notar que o Zambeze é uma via internacional, e não pode ser considerado propriedade exclusiva duma só potência. Se, por falta desta precaução se der infelizmente algum conflito, a responsabilidade não recairá sobre o Governo britânico.» O nosso direito histórico, fundado na ocupação trisseccular e na descoberta, Salysbury chama-lhe «pretensões arqueológicas». Barjona comunica fielmente ao Sr. Hintze o que se passa; e quanto mais batido pelo ministro inglês, mais fascinado! Trechos dos seus telegramas referindo entrevistas, parecem arrancados à criada Juliana d'O *Primo Basílio*. «Tive hoje a honra de ser recebido por Lorde Salisbury, — que estive mais duma hora a falar comigo.»

E noutro ponto «Lorde Salisbury, cujos bons desejos de nos ser agradável são mais evidentes possível...» E mais além «a solicitude de Lorde Salisbury para conosco vai além das minhas mais carinhosas suposições...» Hein?

Há nestas palavras, adorações de mulato, feitas de baixeza e duma espécie de desejo físico que evidentemente põem o negociador português na subserviência de quem assim o fascinou. No momento de escrever o que acima vimos, o Sr. Barjona está preparado para ser tudo quanto Salisbury queira, seu pedicuro ou seu barbeiro e para escorchar as aspirações do povo português a respeito de África, apenas o ministro da rainha Vitória tenha um gesto, ou se digne fazer-lhe olhos gaia-

tos. Salisbury tornou-se para ele um não me toques: se procurarem bem nas malas do Sr. Barjona, encontrarão uma velha ponta de charuto, secretamente apanhada do escarrador como recordação da primeira entrevista no Foreign. Falem-lhe dele; porá a mão no peito, e exclamará, revirando os olhos — se o vissem! que regalo de homem! — confessando que o seu desgosto foi não lhe ter furtado um lenço, vê-lo no banho, ou constatado a cor das suas meias. Esta pachochice é conhecida e é humana, dando-se — e é o caso — entre um tipo de raça pura, como Salisbury, e um labroste de ínfima espuma portuguesa, como o nosso esquerdistas. Não há esforço de vontade que a inutilize, abalo que o assuste: o homem que uma vez a experimentou, vai cegamente, à mercê do outro, numa humildade de amante e numa abjecção de escravo, prestes às maiores vergonhas, por comprazer da idolatria que o alucina.

Tal a crise física e afectiva Sr. Barjona de Freitas perante os provados desdêns e a manifesta repulsa com que o ministro da rainha Vitória houve por bem pô-lo a distância, interpondo o estafermo de Sir Currie por mediano de negociações, que para nos deixarem com honra, deveriam de ser tratadas verbalmente. Nas unhas do seu déspota e fetiche, o Sr. Barjona é uma espécie de coelho que se presta aos divertimentos do furão, um sacrista ranhoso que assina de cruz quanto o outro quer, e ainda mais aquilo que ele não quer.

O Livro Branco está cheio de cessões de territórios e regalias à Inglaterra, sem disputa quase, e com um carácter de presente de núpcias manifesto, que dá medida do preço porque o nosso enviado comprava os sorrisos do seu chulo. Nunca em verdade a intervenção dum homem ordinário foi mais funesta em causas diplomáticas!

Que importa que Portugal ceda à Inglaterra quatrocentos mil quilómetros quadrados de terras auríferas, de florestas, cursos de água? Lorde Salisbury deixou-se

pisar o pé pelo Sr. Barjona. Que importa que todas as cláusulas do convénio de 20 de Agosto, sejam a projecção na África portuguesa, das tiranias que o senhor de roça impõe ao escravo? Lorde Salisbury dignou-se dar o pé ao seu humilde servo o plenipotenciário português!

E eis aí como, aparte as irremissíveis razões que a nossa fraqueza traz à perda de África, outras mais próximas querem precipitar a catástrofe por chafurdeiros asquerosíssimos.

Qual a do Sr. Hintze nunca ter tido talento. Qual a do Sr. Bajorna nunca ter tido casacos.

E neste ponto fecharia o álbum numa aguarela impressionista: o Sr. Barjona à volta de Londres, puxado a bubões caminho de Benfica, veria arder, numa hora amarga, algum daqueles grande charutos que lentamente o têm embrutecido. E à guisa de legenda:

— A minha biografia política é este charuto, que a pouco trecho de aceso, liquida em cinza, fumo, e mau cheiro.

2 de Novembro de 1890

Com a abertura do novo Coliseu de Santo Antão, tornaram-se aflitivas as condições de existência dos nossos teatros, elas que já estavam singularmente críticas pela concorrência que o Coliseu da Rua Nova da Palma lhes movia. Por mais que esses pobres proscénios anunciem em cartazes de dois metros, os seus melhores trabalhos de comédia e drama, o público evidentemente desinteressa-se, deixa-lhes a sala às moscas, e corre a aplaudir as feras e os homens elásticos dos dois circos. De sorte que em muitos deles é inevitável a bancarrota, se acaso as receitas do ano aferirem pelas *perdi- zes* do princípio.

É portanto o momento de se estudar a questão com seriedade, e de se esquadriñar se bem no fundo dos motivos que o público tem para gostar menos de trágicos, do que de palhaços, não haverá alguns que dêem razão ao público, embora à custa do orgulho artístico dos trágicos.

A meu ver, os espectáculos de funâmbulos são preferidos aos dos outros teatros, principalmente por três causas:

— São mais baratos.

— Divertem, e o povo prefere sempre o riso ao choro, as coisas que distraem, às coisas que concentram.

— Última. Os artistas estrangeiros que neles tomam parte, são mais progressivos, mais variados, mais in-

ventivos, do que os portugueses ocupados na interpretação de obras dramáticas.

Ver a primeira. Lisboa é muito pobre. Toda a gente que trabalha, necessita de descansar e distrair-se. Ora a média dos salários percebidos pela grossa massa da população trabalhadora — a única que, S. Carlos à parte, faz a chuva e o bom tempo na caixa-forte das empresas — regula entre dez e cinco tostões diários, e compreende-se que distrair deste exíguos ganhos, duzentos réis, para uma entrada no circo, represente já um sacrifício, quanto mais pagar por quatrocentos, quinhentos, setecentos e oitocentos réis um lugar de plateia, que tanto custa por uma noite de espectáculo, o mais vulgar dos nossos teatros de dramas e de opereta. Há, é certo, nuns recantos escusos da sala, lugares mais em conta, mas tão mal iluminados, tão tristes, tão degradantes, que frequentá-los é quase abjecção: não se vê nada, as palavras dos actores chegam difusas, a cena vê-se de escorço, e o espectador está ali constrangido, mal sentado, asfíxiado, entre os seus companheiros de martírio! É reparar por exemplo no galinheiro e na geral de D. Maria, nos *dessous de balcon* do Teatro da Trindade, divididos por grades, das *zonas ricas*, acentuando humilhadoramente, no golpe de vista geral da plateia, o seu destino de estábulo, de coio, de albergue da gentilha, e por isso mesmo contundindo o orgulho, tão melindroso sempre, das classes subalternas. A verdade é que afora os circos, não há em Lisboa teatro onde o povo tenha um bom lugar. Ninguém fez conta com ele, e o mesmo teatro onde mais conviria que o povo fosse, o Teatro de D. Maria, fechou-lhe as suas portas, acabando com os benefícios, que lhe facultavam a entrada por meios preços. Tanta vez se tem falado na construção de teatros populares, grandes salas ligeiras, em ferro e alvenaria, com plateias-*fumoirs*, proscénios amplos, jardins de jogos, corredores de tómbola e salas

de exposições, onde por um tostão o operário tivesse a sua noite alegre, e se sentisse o rei, vendo qualquer bailado, ópera bufa, comédia-charivari, ou drama histórico de grande *mise en scène*... — tantas vezes se tem falado nisto! — e nenhuma iniciativa audaz inda surgiu para meter ombros a este lucrativo, quanto cavalheiresco empreendimento! Há vinte anos que estamos a construir e a desmanchar teatros, e há vinte anos que architectos e empresários colaboram na melancolia negra da nossa raça, encafuando o público em salas de espectáculos lúgubres, mal pintadas, mal iluminadas, com ressonância e correntes de ar, uns verdadeiros poços, onde é suplício estar vinte segundos. Digam-me de teatro onde haja um fresco ou decoração de artista verdadeiro. São barraquinhas ridículas, defeituosos gaiolins com boqueirões de sombra nos camarotes, sobreceús de nuvens pardas, e papéis de forrar casas, baratos. Tirante D. Maria e S. Carlos, cujas salas de espectáculo guardam, sob os oiros fanados, uma tal ou qual harmonia architectónica, o resto é deplorável, e cheira de longe a falência e a tasca que tem diabo!

Segundo ponto — o público prefere em geral os espectáculos cómicos, aos sérios, e sem dúvida é necessário transigir com ele. Mas discriminando primeiro qual esse público seja, e fazendo a crítica dos impulsos intellectuais e morais daquela preferência. Eu sei por exemplo que toda a pequena burguesia que faz de seis a dez horas de trabalho diário, em espaços confinados, escritórios, balcões, secretarias, depois de jantar, chegada a noite, o que deseja é divertir-se e tomar ar.

Para ela está pois indicado o espectáculo de circo, com o seu âmbito formidável, a arena, os ouropéis, as luzes, o tumulto, e liberdade inteira de posição, de conversação e *toilette*. E estão-lhe indicados também os teatros de revistas, comédia-farsa e ópera cómica. É ela o público do Ginásio, dos Coliseus, e da Trindade; e o

teatro preferido será aquele que oferecendo-lhe espectáculos de movimento, ao mesmo tempo lhe consinta a mais completa e desabusada *nonchalance*. Dar a um tal público comédias preciosas, literaturas de requinte, dramas de sentimento e lacrimêjo, é obrigar a pensar esses cérebros vegetativos, cuja fadiga é já grande, à noite, por todo um grande dia de trabalho. Certo, este tipo de espectador é incapaz dum prazer de pura arte. Não compreenderá as finuras de frase, a subtileza das análises psicológicas, a audácia de certas ironias e de certos paradoxos. Mas em compensação tem outros predicados, que nem por serem rudimentares desprezaremos.

No seu espírito há por exemplo uma curiosidade vivíssima pelo entrecho, uma lúcida crítica da coerência dos diálogos, e uma percepção arguta e irónica das alusões e pilhérias que vão direitas a alvo certo. Toda a obra de teatro que lhes consiga afiar estas arestas, pôr em secreção estas faculdades, será inevitavelmente coroada de sucesso, o mais legítimo, porque lisonjeando as aptidões cerebrais duma grande massa, corresponde *ipso facto* a uma necessidade contemporânea.

O que é uma peça — de costumes, supomos — que agradou? É a fixação numa obra literária, da média de opiniões do público para quem a peça foi escrita.

Os escritores de farsa e de comédia teriam portanto farta monção de aplauso às suas obras (caso existissem, e fizessem escola) escrevendo comédia e farsa de puro trávô nacional — única literatura que entre nós, depois do drama histórico, poderia ser inspirada num riquíssimo filão tradicional. Não existem, sei, de maior fôlego, e os poucos cultores anódinos do género, uns preferem copiar os imbróglis franceses, a beber nas legendas cómicas do povo o entrecho duma composição caracteristicamente portuguesa, enquanto outros exorbitam do papel de satíricos para o de eróticos, e descambam da facécia, por uma exploração torpíssima, na

liberdade crua e estúpida, o que é o caso dos nossos escritores de *Revistas e Apropósitos*.

Pensará talvez alguém que eu, fixando esta necessidade de rir que tem a turba, julgue a missão do drama finda no teatro, e ache que os espectáculos de imaginação, como a mágica, o bailado e as mímicas de aparato, apeados da importância que haviam antigamente? Por certo não. E a prova de que ainda há público, por exemplo, com sensibilidades prestes a vibrar das representações dramáticas que bolem, como diria o Cristóvão de Sá, *com os grandes sentimentos*, está nos benefícios do Príncipe Real, cheios à cunha, de espectadores de blusa e chapéu largo, nas ovações delirantes que toda essa gente faz ao Álvaro e à Amélia Vieira, e enfim nos apupos verdadeiramente indignados com que em certas peças é recebido o actor Costa, habitualmente investido dos papéis de tirano e de cínico, naquela casa de espectáculos. Estudem a par disso a sala de D. Maria aos domingos, sobretudo indo drama de guarda-roupa e situações excepcionais. É o mesmo palpitante interesse e a mesma espontaneidade de emoção, temperados, claro está, por uma prudência de manifestações externas, em harmonia com a educação e a índole dos espectadores desse teatro. Que gente assiste ao Príncipe Real e às récitas do domingo, em D. Maria? Um público certo e sempre o mesmo. Na primeira sala, o operariado que lê romances de aventuras, que faz parte de sol-e-dós e sociedades dramáticas, que exprime à guitarra, pelo fado, o atavismo sentimental das humildes gerações donde procede, e que finalmente nos comícios da Torrinha, faz ovações ao Magalhães e ao Arriaga.

Na segunda sala, a burguesia rica ou remediada, comércio em grosso, mercadores, fabricantes, homens de capital à antiga portuguesa, gente que tem o seu domingo e que o aproveita, de tarde, a passear em trem da companhia, com a família — à noite, a assistir a algum espectáculo moral, que sendo possível, *ensine* al-

guma coisa. Nos frequentadores destas duas plateias encontraremos sem dificuldade, virtudes idênticas, e necessidades de espírito aproximadas. É a mesma castidade profunda de hábitos e de instintos, e junto a um grande sério da vida moral, uma inteira simplicidade de coração. Em ambas, o espinho romântico que dizem pisar o calcanhar da alma lusa, a cada instante as precipita na alucinação sentimental, e porque ambas guardaram pela vida de trabalho, uma frescura de impressões quase infantil, ei-las irmãs nos gostos da arte a plateia de patrões e a plateia de operários, prontas ambas a se deixarem empolgar por um quarto acto onde o tirano apanhe a sua conta.

Aí temos nós já por consequência, para os espectáculos de ribalta, dois públicos certos, um que se quer divertir, outro que se quer impressionar. Estes dois públicos, *cujas necessidades artísticas são fixas*, com toda a certeza sobejam para fazer prosperar na nossa cidade, teatros de drama e teatros de comédia.

... porém todas as companhias se queixam de ter as suas salas às moscas, e dos Coliseus lhe roubarem espectadores.

Deve então haver uma razão venal, uma razão orgânica e profunda, que desvie toda essa gente de prazeres para que ela sempre teve receptividade e preferência. Pois o público amador de comédias recusa-se em massa, subitamente, a frequentar teatros de comédia? Pois o público amador de violências dramáticas, recusa-se em massa a frequentar teatros de drama? E vai aos cavalinhos, e vai aos palhaços! Hum! Conheço a multidão demais, para julgar que ela abdique assim de gostos hereditários, só porque veio a Elvira Guerra para o Coliseu velho, e vieram quatro elefantes para o Coliseu novo. Não! As razões são outras. E vou continuar a esmiuçá-las.

4 de Novembro de 1890

Já falei dos lugares caros, mal situados e incómodos. Vamos agora ao estado da arte e dos artistas. Se lhes parece, começo pelas peças, reservando para a girândola final os intérpretes e os críticos. Todos sabem que não temos literatura dramática, e que da meia dúzia de originais portugueses que sobem à cena anualmente, pouco ou nada se destrinça, capaz de se arquivar como obra de arte. Em toda a linha, vive o teatro português de traduções, escolhidas não sob o ponto de vista do gozo estético que proporcionam ao público, mas sob os respeitos de escândalo pornográfico, de palpite financeiro, ou então por contarem um ou outro papel que lisonjeia os dotes de tal ou tal comendante. É o repertório francês habitualmente aquele que mais pruridos de adaptação cénica desperta aos tradutores, podendo-se dizer que não há peça de voga em Paris, que não venha a Lisboa, em edição barata, tentar vida. Nessas peças, como em todas as obras originais, há uma parte típica, intraduzível, que lhe é alma, e que por sua natureza íntima só pode ser gostada pelo público indígena para quem foi escrita¹ — no caso suposto, o francês —

¹ «Quand on désire pénétrer dans ses sources profondes une oeuvre dramatique, il faut d'abord se demander pour quel public elle a été composée [...] Son but [de l'écrivain de théâtre] est d'imposer à l'attention de deux mille personnes réunies dans une salle, une peinture de mœurs ou de passions. *Quelles mœurs, sinon celles que toutes ces personnes connaissent?*» PAUL BOURGET

parte que falhando na versão, falseia por força o intuito e o mérito da obra: e há finalmente outra parte, cosmopolita e comum, de compreensão extensível às plateias de todos os povos, onde por via de regra só conflagram elementos artísticos de categoria subalterna, como sejam os artifícios mecânicos do enredo, certas passagens cómicas mais sal, etc., etc. Tomemos para exemplo as comédias de Labiche. A plateia francesa verá nelas, a par do imbróglgio hábil, finas e joviais exhibições satíricas da pequena burguesia de Paris; a plateia portuguesa porém, desconhecendo o meio em que essa burguesia espatina, só está habilitada a apreciar naquelas peças, o imbróglgio, precisamente a parte comum do teatro de Labiche.

Sobre o valor da obra dramática? Ascende-se de Labiche, a Augier e a Dumas filho? Cada vez a parte intraduzível é mais forte e indispensável ao cômputo crítico do *ensemble*, e cada vez o espectador português está pois mais longe de saborear da peça, o que ela precisamente tem de raro e finamente original. Certo, o *Demi-Monde* agradou à plateia de *lidos* que foram ao Príncipe Real escutar Lucinda Simões, mas atraídos uns pela graça picante da actriz — os femeeiros — outros pelo paradoxo literário de certos diálogos — os literatiços — e que eu saiba, nenhum por curiosidade científica perante a patologia social de que essa comédia estranha é capítulo e resumo. A conclusão é a seguinte. A quase totalidade das traduções servidas ao público pelas empresas dos diferentes palcos de Lisboa, falece de condições legítimas de successo, visto como ela nas suas linhas máximas não fala à sensibilidade moral, às convicções, às lutas e às curiosidades que agitam a consciência nacional. É um teatro a que se não prende nenhuma forte corrente de vida indígena, e que apenas se liga a nós por um encanto episódico de instante, como sejam a verve de certos diálogos, o imprevisto de certos lances, o jogo cénico dum actor estimado, as *toilettes* duma ac-

triz, ou enfim, quem sabe lá? o português macarrónico da tradução.

Os últimos anos da literatura dramática francesa tomaram a lei do divórcio para assunto e mola real de centenaes de dramas e comédias. Foi a tese obrigada de jocosos e de analistas, e as hipóteses mais extravagantes serviram de espora no teatro, à famosa questão, que se por um lado ameaçava a integridade do lar e da família, era necessária por outro à ligeireza de alma dos Franceses. O divórcio não extravasou porém da lei parisiense; de sorte que as comédias e dramas que o tomaram por base, e que em França tinham um valor seguro de controvérsia, só podiam ser apreciadas por nós, como anedota — o que não impede os tradutores de nos continuarem a dar divórcio ainda hoje, com Beatriz e com Amélia da Silveira, com Lucinda e com Pepa, que até admira não ter a coisa instigado os cabrões da magistratura, a introduzirem no nosso código, aquela concessão separatista.

Não se exagere entanto o sentido crítico das minhas palavras. Eu não tenho em vista negar o valor de muitas obras dramáticas que a tradução nos importa do estrangeiro, especialmente sabendo que não há originaes a contrapor-lhes. Friso só isto: o valor da obra literária diminui com a transplantação, de nove décimos, e considerado o teatro um lugar de cultura para a multidão que não lê e pensa pouco, o décimo de sugestão artística e filosófica que fica, nem vale o preço que custa, nem tampouco o tempo que leva a absorver. Mais: a língua falada nessas obras é uma coisa aparte, já pela porção de leitura anterior que pressupõe, já pela estranheza inteiramente exótica e antiportuguesa da estrutura. À uma, os tradutores officiaes dos nossos palcos, sempre os mesmos, assegurando-se primeiro da benevolência dos jornais, raro é que ponham naquella seu ganha-pão, grandes purismos, que nem a educação literária lhes pede, nem a mercenagem da tarefa lhes

comporta. À outra, a natureza essencial dos personagens de muitas dessas peças, exige que eles, estrangeiros por sangue e por carácter, nem por um instante percam o sotaque de origem e deixem de falar francês, mesmo em português, só porque à última hora o Séguier ou o Gervásio foram a Paris engajá-los, para a colonização dos palcos alfacinhas.

Entre o tradutor e o autor, dar *fauteuil* ao *arreglador*, um grande tipo! Faltam-lhe talvez recursos criadores, mas nem por isso os seus pruridos de autor são menos vivos. Acha que traduzir é um habilidade apenas ínfima, e incapaz de produzir por si, ei-lo se lança a abocanhar no que é dos outros.

Para este homem todas as peças estrangeiras parecem crivadas de defeitos. Então emenda-as, cortando aqui, juntando além, até que o todo ganhe a seu ver uma fisionomia artística apresentável. Chama ele a isto, *arreglar*. Há verbos gagos! Enfim, lá sobe a peça à cena. Dos bocados bonitos diz o *arreglador*: «São meus.» Agora os bocados maçantes, nunca se esquece de explicar que são do outro.

6 de Novembro de 1890

Os originaes.

O divórcio entre os homens de letras e a vida nacional é cada vez mais profundo e irrevogável, porque mercê da sua educação estrangeira, do baixo nível mental que os caracteriza, os homens de letras ou derivam na imitação servil das obras que amam, ou fazem obras que pela falta de oportunismo e de seiva, não conseguem captar grandemente as curiosidades da multidão. Vejam-se as gerações literárias actuais.

Os escritores que pensam e escrevem portuguez, não têm talento. O resto, apesar dos seus recursos, galicismo e escabeceia. A educação geral é deplorável, e a profissão literária, passando a ser um lugar de passagem para a burocracia, tornou-se numa espécie de vadiagem encoberta, para onde o transeunte deita olhares oblíquos, e onde só se demoram os incorrigíveis de qualquer outra vocação.

Resulta disto ser a literatura feita por curiosos, mercê das exiguidades de salário, e da perfeita abjecção que é viver consagrado ao mester de plumitivos. A consequência natural desta gafeira é os homens de letras de officio liquidarem, por falta de procura e de estima pública, em baixas lucubrações servis, para comer, como sejam fazer dicionários, traduções de compêndios, e livros pornográficos, e é a arte ser exercida, nos intervalos da repartição, por uns estéticos sonâmbulos, que

aos prelos trazem as mazorrices fundamentais da manga de lustrina.

De sorte que às insuficiências hereditárias que sempre fizeram de nós, como povo literário, uma ramificação somenos do espírito europeu — insuficiências de imaginação, de graça espiritual, de *savoir faire* — juntam-se agora todas as deploráveis ignorâncias e obsecações da época moderna, sendo no teatro onde a nossa lazeira artística mais frisantemente se patenteia. De feito, não temos peças que valham, porque mesmo quando lá fora o teatro estava em plena efflorescência, nós nunca soubemos encontrar neste ramo a fórmula artística condizente ao génio da nação. Sem dúvida houve tentativas avulsas, com Gil Vicente, António José, Garrett, e pouco mais, mas são óvulos estéreis de arte, que o talento dos contemporâneos não choca, e que pelo tempo fora jamais conseguiram propagar-se. A verdade é que das quatro formas de imaginação capazes de impulsionar a arte do teatro, a forma dramática, a forma romanesca, a forma humorística, e a forma poética, nós possuiremos quando muito, a última, e num grau de sonho, antagónico da *acção* requerida pela literatura do proscénio. Enquanto essa imaginação poética bastou à ilusão das plateias, e foi de molde aos princípios de escola a que a literatura dramática obedecia, ainda há trinta anos, lá pudemos dar ao teatro uma ou outro nóvula artística aceitável, e aí estão peças de Mendes Leal, de Ricardo Cordeiro, de Chagas, etc., que dada a cultura literária do tempo, não deixam em mau pé a minha observação. Entra-se depois no período moderno, e como é a ciência a ideia mãe que predomina nas diferentes aplicações de intelligência, não pode a literatura desse período deixar de ter uma característica científica. O gosto da anotação exacta entra portanto na obra dos escritores contemporâneos — falo agora só dos estrangeiros — que assim aproximam da sociologia o romance de costumes, e da

psicologia o romance de análise. Como o teatro foi considerado sempre uma pintura viva de caracteres, pareceria que ele devesse acompanhar neste novo período, as outras expansões da arte de escrever. Mas não tem sucedido assim. Entre os escritores de livro e os escritores de palco, uma divergência medeia, intransponível, e a evolução científica que fez do romance a mais triunfante expressão literária do nosso tempo, ao topar o proscénio estacou, e não foi além¹. Daqui tem vindo a escrever-se que o teatro é uma escola morta, uma arte mumifeita, que está a viver de recordações e de curiosidades, e cujo âmbito não corresponde mais às necessidades artísticas da época.

Se isto é profético, não sei. A persistência do teatro na fase romântico-caduca de há trinta anos, enquanto as artes similares frutificam e sazonom em pleno naturalismo, pode ser apenas uma paralisia *a frigore*, temporária, sem causa atrofica incurável, e resultante talvez de uma baixa intelectual que pode ser remida pelo aparecimento duma camada nova de escritores, e também um pouco das dificuldades de adaptação, passageiras, dos novos métodos de escrever, à literatura do teatro, que quando boa é a mais melindrosa e artificial que se conhece.

Transporte-se agora o sentido das considerações que vêm de ler-se, da literatura dramática estrangeira, para a nacional. Eu já acentuei a divergência mortal que existe entre os nossos homens de letras, e o público; já insinuei que nenhum de nós, escritores contemporâneos, tem a faculdade de apaixonar a gente que nos lê, porque sobre pouco perspicazes, somos ignorantíssi-

¹ «Le théâtre, lui, est allé se rétrécissant de plus en plus, multipliant à l'infini les combinaisons d'un tout petit nombre de types une fois découverts. M. Dumas mis à part, comme un novateur que nul n'a suivi, tous les autres auteurs n'ont su, avec cette forme rebelle, qu'établir des œuvres de psychologie moyenne, telle que le *Gendre de M. Poirier*, ou qu'aboutir à des soutennances de thèses e à des escamotages de scène...» PAUL BOURGET

mos, e quase todos vivemos de reminiscências francesas, e de leituras de *commis voyageur* e de cocote. E mais escrevi, que das imaginações requeridas para o teatro, só possuímos a poética, e essa com um carácter de dormência pouco adaptável à energia de acção que a literatura dramática reclama. Hoje mais do que nunca o teatro requer vivacidades que nós não temos, e uma intensa vida psíquica de que a nossa preguiça cerebral nos proíbe ser intérpretes. Romântica ou experimental, toda a peça de teatro carece de ímpeto, de concisão faiscante, e de implacável lógica. Nem uma cena a mais, no conjunto das que a carpintaria do *métier* impôs à rápida evolução de todo o entrecho. Nem uma palavra a mais do que as necessárias ao desenho incisivo dos personagens. É um problema de álgebra social que se resolve¹.

Arreda pois com as divagações e as frases vagas! E agora digam-me: é esta uma arte em que o escritor português possa brilhar? Queiram espalhar a vista em derredor. Onde um homem de acção, entre os que escrevem para a cena? Somos todos apáticos. As dificuldades da vida, o sedentarismo anémico, a preguiça do clima e o cepticismo risonho dos costumes, transformaram, em quatro séculos de decadência histórica, os

¹ «... l'invention et l'imagination étant inutiles au théâtre, la qualité que Dumas fils estime par-dessus toutes, celle aussi qu'il a au plus haut degré, c'est la logique. Réaliste par le choix de ses sujets et par la franchise avec laquelle il les traite, il ne fait aucune concession au réalisme dans tout ce qui relève de la composition dramatique. Les théoriciens de je ne sais quel «théâtre naturaliste» lui reprochent de mutiler la réalité pour l'enfermer dans un cadre artificiel, de construire ses pièces comme des théorèmes, de monter, ainsi qu'on fait un ressort d'horloge, des personnages qui marchent, agissent et parlent en automates... Mais, si la vérité ne peut être absolue, il faut que la logique soit rigoureuse, et nul auteur dramatique n'a été plus implacable logicien que Dumas. Pourquoi donne-t-il le conseil de ne commencer sa pièce que lorsqu'on a la scène, le mouvement et le mot de la fin? C'est parce qu'il considère cette fin comme un but que l'auteur doit poursuivre dès le commencement. Au départ même, il a les yeux fixés sur le point d'arrivée; il va droit son chemin avec une rectitude inflexible sans se permettre jamais ni halte ni détour. Ce qu'on appelle sa brutalité, c'est sa logique même». GEORGES PELLISSIER

portugueses indómitos de outrora, nuns moluscos tímidos e doces, nuns seres de contemplação e reflexão, nuns homens que perderam a sombra, e que a procuram, olhando constantemente para trás. Pesa-nos sobretudo a consciência de que o nosso reino já não seja deste mundo. E com isto, a energia foi-se, na vida do corpo como na vida do espírito, na circulação do sangue como na circulação das ideias.

Somos como uns animais domesticados, uns seres de hábitos certos, com horário para tudo, e faculdades que duvidam, e hesitações e visões que hipnotizam.

É esta a razão por que dentre todas as formas literárias, decaídas em Portugal, presentemente só o poema lírico conserva uma certa fragância de flor fina, pois que ele é a única que pode servir de expressão ao nosso hamletismo ondeante de hoje, e que se compraz com as meias-tintas de sentimento e sensação que nos agitam.

O que há-de então suceder? Há-de suceder que todas as nossas tentativas dramáticas falharão, e que nenhuma pode ficar arquivada como um sólido espécime de génio literário português. Aqui e além, nos intervalos da maldorna, o espírito público ainda desperta, é certo, em esfuziadas de ironia, e se fôssemos a recolher do filão humorístico da turba, a dose de *charge* em que ela irrompe às vezes, contra quem lhe sonega a felicidade, haveria matéria em barda com que escrever comédias deliciosas. Mas os nossos escritores de comédia cada vez estão mais longe da alma pública, e por demasia ocupados a *arreglar* do francês, para que algum se lembre de vir encher o seu cântaro, ao manancial do riso indígena¹.

¹ Não perco esperança de ainda neste mesmo lugar estudar o humorismo crítico do nosso povo, depois que tenha recolhido elementos completos para um quadro.

Os que se permitem sorrir quando lhes digo que num café de *lepes*, aos sábados, há mais censo cômico e caricatural do que o que numa quinzena se recolhe, por todos os centros literários de Lisboa, reconhecerão depois como é justificada a minha preferência por esses *rendez-vous* de plebe que ri foita, e cuja larga improvisação não fede às anedotas do jornal francês lido na véspera.

Passando da comédia ao drama, a colheita é sáfara ainda, e as causas da sua decadência permanecem, como para aquela, intransmutáveis. É a mesma escassez de aptidões nativas, sublimada pela mesma ausência de cultura literária e filosófica. Aqui vem juntar-se às qualidades negativas da raça, todos os prejuízos que uma errada educação jungiu ao mester de artista e homem de letras. Para a factura do drama, nós não possuímos sequer a habilidade mecânica da intriga, isto que os entendidos chamam a *imaginação dos espaços*, que é o poder de evocar as tábuas do proscénio no momento de se estar realizando a obra dramática, e assim o de regular as idas e vindas, as entradas e saídas das figuras, a arquitectura dos grupos, e a distribuição simétrica das cenas pelos actos, de sorte que, como diz Dumas filho num prefácio, «a marcha da peça seja uma progressão matemática que multiplica a cena pela cena, o lance pelo lance, o acto pelo acto, e que se chega ao desfecho, como a um produto inexorável e fatal».

Tampouco nos podemos gabar da *imaginação dos sentimentos*, esse supremo dom de criação psicológica, que faz com que o romancista ou dramaturgo encontrem sessenta ou setenta fórmulas diferentes para a expressão pictural de um mesmo sentimento ou móvel de acção interior. Por exemplo, as amorosas de Dumas, no fundo filhas do mesmo sentimento impulsivo, contudo travestem entre si expressões dramáticas antípodas. Balzac tem n'*A Comédia Humana* seis ou oito avarentos, cuja revestidura exterior lhes tira o parentesco. Qual é aí dos nossos dramaturgos que *veja* um carácter, ao tratar de pôr em cena um manequim? Basta analisar o diálogo de uma peça portuguesa, para se advir na completa nulidão dessa literatura de cordel. Ou esteja em cena uma adúltera ou uma virgem, um industrial ou um embaixador, é sempre o plúmifixo quem fala por trás dos seus fantoches, em termos dos actores poderem trocar os papéis, fazer a adúltera de embaixador, e o

industrial de virgem, sem que a catástrofe final perigue, ou a verosimilhança da acção sofra enxovalhos. A par destas irremissíveis lacunas, todas as que já citei um pouco atrás. De não termos imaginação dramática (têm reparado que eu chamo a tudo *imaginações*. A palavra não faz, e se lhes aprouver, substituam-na) resulta incorreremos não só na incapacidade de carpintear o entrecho duma peça, como disse, mas ainda na de nos faltar lucidez para intrometer figuras concebidas num propósito de sátira ou de tese (pois eu não compreendo dramas de simples passatempo) nas três ou quatro cenas-mães dessa obra dramática, isto sem a falsear da sua psicologia originária.

O que há-de pois resultar?

Resulta que se juntarmos ao que fica dito, o facto de muito pouca gente entre nós, escrever prosa limpa-mente, e de ninguém ter na frase a maleabilidade, a magia gravada, a cor justa, a aresta, requeridas para a fotografia de uma alma, através do diálogo cénico, teremos de nos desiludir quanto à possibilidade de ainda vermos a literatura nacional na conquista do drama contemporâneo, do drama de análise, de vivisecção social sangrenta e palpitante, desse drama para que o período científico moderno ainda não soube achar em França a fórmula precisa, se bem que haja vestígios dela já na *Parisiense* de Henri Becque, na obra de Dumas filho, e numa ou noutra comédia de Augier¹.

¹ Propositalmente me eximo à citação das últimas peças portuguesas deste género. São pueris tentativas que só servem a dar justificação ao que escrevi.

Terão quando muito, num círculo de íntimos, quero crer, valor de curiosidade local, elogiável; mas não interessam.

O público quer obras que lhe sacudam os nervos, que lhe sirvam para a vida, que lhe dêem sobre algumas das questões contemporâneas, a opinião que ninguém se atreve a dizer, e que no entanto ele sente flutuar no ar da época. Obras enfim, que lhe sejam tão necessárias ao espírito, como o vinho e a carne o são para o corpo. O *qu'est-ce que cela prouve?* daquele espectador de *Athalie*, continua a ser o carrasco feroz destes escritores especiais de peças abstractas.

10 de Novembro de 1890

Pode ser que o leitor ainda se lembre do que no número anterior dissemos, a respeito de dramas e dramaturgos portugueses. Tínhamos assentado em que faleciam nas nossa gerações contemporâneas absolutamente os requisitos que a literatura dramática demanda, começando pelos congénitos, e abrangendo depois todos aqueles que a educação literária e filosófica pode dar. Tínhamos dito por exemplo que o teatro era uma literatura de acção, e que havia no carácter português demasiadas quebreiras e hesitações para o dispêndio da energia nervosa que essa literatura está pedindo. Tínhamos dito que era uma literatura de análise, tanto mais fina quanto mais perto estávamos da frase moderna, e que nenhum dos nossos dramaturgos possuía a imaginação dos sentimentos. Tínhamos dito que era uma literatura de *enredo*, e que nenhum soubera ainda desenhar com nitidez, o plano duma peça, sob os respeitos de um entrecruzamento de cenas que economizasse factos e personagens, sequestrando a obra quanto possível das unidades de tempo e de lugar, e substituindo na acção, a escolha reflectida da arte, à aventureira prodigalidade da natureza. E pondo em evidência por último, as qualidades de concisão e abreviação que toda a obra de teatro requer, para ser fulminante sobre o público, explicámos — confusamente embora — que a qualidade discursiva e superabundantemente retórica dos homens de letras por-

tugueses, os inibia de juntar este requisito aos demais, citados já: defeitos estes que ainda se agravavam pela falta de estilo e por um deplorável afastamento de todas as coisas que pudessem bulir com os interesses, afectos, e propensões naturais da multidão.

Todas estas lacunas inibiam por consequência o teatro português de se lançar no drama experimental, que Dumas filho prossegue, há longos anos. Vamos agora ver o que se passa dos lados do drama histórico e do drama lírico, de que toda a gente por aí se acostumou a saudar a *revivescência*. Este género de drama, pela maneira porque usa entre nós ser encarado, é filho adúlterino da *Hernâni* e da *Torre de Nesle*, e primo com o irmão do *Severo Torelli* de Coppée, e do *Drama Novo* de Echegaray. Deriva do prefácio que Vítor Hugo pôs no *Cromwell* em 1827, e participa, é natural, das pretensões sob que o romantismo fez a sua entrada em bastidores, isto é, declarando-se «o liberalismo na arte» e dando a sua palavra de honra em como vinha «sobressaltar as multidões, e alanceá-las nas suas mais íntimas profundezas».

Poucas formas literárias conheço tão capazes como esta, de levar empós se o público português, se os dramaturgos e poetas que a cultivam, sabido houvessem, por via da arte, enraizar a paixão da história (isto é, o passado), no coração dum povo, que sem futuro, é para o passado que se volta a cada instante. Para mais, a história portuguesa é um inexaurível jazigo de minérios preciosos, um mundo emocional riquíssimo, onde todas as fibras da alma humana poderiam achar seu excitante, das poéticas às perversas, das épicas às grotescas — e todo este colossal montão de gemas e carbúnculos, isolado no campo, à espera de mineiros e lapidadores shakespearianos que talhá-lo saibam, ressuscitando na alma de cada jóia a porção de *au-delà* que todos os ciclos heróicos encerram!

Que tragédia não tiraria um artista de génio, por

exemplo, da lenda de Inês de Castro, visionando-a à luz de faculdades psíquicas bem robustecidas de erudição histórica, e dos segredos essenciais do *métier*! Que estupendo drama se arrancava da jornada dum galeão português, de volta da Índia! E da vida do rei D. Fernando I, da vida do infante D. Henrique em Sagres, locubrando navegações, e ciência geográfica, indiferente às lutas da política intestina — da mocidade de D. Afonso V, das vidas de Damião de Góis, de Gil Vicente, de Camões, de D. João II e de D. João III, do cardeal-rei, do prior do Crato, de D. Sebastião e de D. Miguel, quantos magníficos quadros de corte política e aventureira, de vida trágica, de destino amoroso, de intriga jesuítica, de heroicidade e de canalhice, soterrados na meia luz criptogâmica dos crónicos e dos banais panegíricos, por carência de escritores que desdenhando a gloriola anual duma peça mascarada a correr, em alexandrinos ocos, pelos actores de D. Maria, se atirassem furiosamente à compulsa da ciência histórica, mergulhando anos de vida nos arquivos, e forjando enfim os seus efeitos teatrais numa desesperada procura do épico real, sangrento de humanismo, latejante de febre pátria, que desbridasse largo a inércia pública, indo até ao âmago da emotividade sentimental que dia e noite está a arder em nós, homens de nostalgia, como uma votiva lâmpada aos deuses idos! Ora, perante tais assuntos de quadro, uma restritiva se impõe antes de tudo, e vem a ser, que quem entre nós houver de abordar o drama histórico, necessita primeiro de ter os recursos que eu venho a negar aos escritores que se consagram aos outros géneros, dramáticos, e necessita depois ter outros que eu nego desde já aos que se têm consagrado a este género. Por exemplo.

1 — Não se concebe um pintor de história sem erudição histórica, já não digo científica, mas duma natureza artística suprema, que habilite o pintor a integrar os

personagens do drama no meio social que ele evocou, e a fazê-los falar e pensar ao tom da época. Não se compreende o infante D. Henrique em Sagres, modelado pelo Luciano Cordeiro, na Sociedade de Geografia: nem Vasco da Gama chegando da Índia, a bordo da nau *S. Rafael*, modelado pelo Mariano de Carvalho, chegando de Moçambique a bordo do *Malanje*. Fazer um drama histórico não é dialogar sem critério, tampouco, uma lenda de crônicas, e pôr-lhe por figuras manequins de *atelier*, encabelados de postiço, e a dizerem de si mesmos: «*Nós cá, homens da Idade Média!...*» Fazer um drama histórico é alguma coisa como ir aos carneiros dos templos e dos claustros, aos palácios soterrados pelas convulsões dos terremotos, aos galeões calcifeitos pela salsugem dos fundos do oceano, aos armoriais e aos arquivos, e descriminar da poeira dos séculos, a porção da sustância que ficou dum certo ciclo. É amassar depois essa poeira, moldá-la em corpos, nos corpos fazer almas, que voltem a sofrer e a amar como na sua passagem primeira pela terra. E esses corpos criados, vesti-los por maneira que eles nem um instante duvidem da contemporaneidade perfeita dos trajos que lhes vestiram, brocado de ferro, capacete ou gorra de plumas... E essas almas criadas, sondá-las, perguntando-lhes as coisas que as lancinam, os amores que as banham, e as gloriosas violências que as impelem. Vai, não ficar por aqui, porque isto só seria noblificar figuras, que mesmo vivendo em épocas heróicas, certo que deveriam ter manqueiras como nós, posto doutra arte. Isto só, seria sacrificar a realidade histórica a esse ideal de harmonia nobre, pomposo e augusto que domina a tragédia clássica, esquecida. Não ficar por aqui! mas fazer o claro-escuro dos personagens, forrá-los dos vícios e dos ridículos com que a história os explica e faz humanos, apeando-os de deuses a homens, nos intervalos em que eles não forem dominados pelas paixões que os fizeram célebres. Vão dizer-me talvez que isto é

o prefácio do *Cromwell* de Vítor Hugo, jungindo o grotesco ao trágico, e supondo que uma tal aliança bastaria para assemelhar a arte à vida. É o prefácio do *Cromwell*, cujas grandes linhas fundamentais continuam a ser ainda as tábuas da lei do drama histórico: é o prefácio do *Cromwell*, é, mas acrescentado pelas explanações de Alfredo de Vigny, que exigia que a «acção dramática arrastasse em volta de si, turbilhões de factos» e acrescentando mais pela aspiração crítica de Sainte Beuve, que queria sentir no drama, «a multidão» e uma acção multiforme, com um vocabulário multiforme, e interesses e paixões tão complexas como as que se nos depa-ram na vida, a cada passo.

Isto dito, entreguemos assuntos da monta dos que se empilham na história portuguesa, aos dramaturgos ronceiros que por aí há. A ver o que eles fazem! Digamos aos contadores de alexandrinos que por aí trage-diam a história pátria, tergiversem um pouco da arte efémera de fazer mover barbaças e peideiras, sob títulos de reis e de rainhas, num proscénio em cujos basti-dores, fantoches somenos se encarregam de lhes dar as deixas, e de preencher os vazios duma acção dramática uniforme e monocórdia. Exijamos-lhes que nos dêem heróis de carne e sangue, deificados embora pelas ne-bulosidades homéricas da legenda, almas que sejam a síntese do ciclo social dentro de que foram evocadas, tramas herócos donde lampeje o espírito dessas nossas épocas guerreiras, debochadas, ou amorosas doutro-ra; e a par de tudo a *humanidade* própria de cada tipo, e essa justaposição do pequeno ao grande, enfim, que fez os personagens verosímeis, e dá a ilusão do real local, única arte susceptível de ainda fazer delirar de gozo a plateia portuguesa.

Quê! pois não acham que valeria a pena consagrar a uma missão tão bela, alguns anos de vida literária? Não acham que é obrigação da crítica justiceira, o evitar que homens sem talento, nem estudo, abocanhem as-

suntos sobre que não podem ter visões grandiosas, resurgências geniais, e vivisseccões históricas magníficas?

Não compreendem que estragar com uma tragédia má, em seis mil versos retóricos, um assunto da pujança por exemplo do reinado do Cardeal, da vida do infante D. Henrique, de Afonso, *o Gordo*, e de Pedro, *o Cru*, é um crime tão hediondo, à face da arte, como à face da justiça a libidiniosidade que um facínora de estrada cevou numa criança? Mas queiram olhar a sério para alguma dessas peças históricas que D. Maria tem levado, depois do *Alfageme* e do *Frei Luís*. Em prosa ou verso, com mais fogo ou menos fogo, mais brilho ou menos brilho, aquelas obras são — certas passagens do *Afonso VI* exceptuadas — como uns melancólicos frescos fúnebres, com figuras de lado, que têm as mãos espalmadas como as primitivas pinturas dos egípcios, o olho mole, a boca hiante, trágicas e terríveis não do terror fatídico que exprimem, pelo que dizem, senão porque se diagnostica nelas o símbolo duma arte fruste, balbuciante, que quer falar e não pode, que quer espavorir e cai para o lado, à punhalada, ao urro, ao coice. Onde na *Leonor Teles*, a fusão de cavalheirosidade e de miséria amorosa, que devera ser o timbre do rei Fernando? Mas é um bonifrate piegas, esse tipo! Onde a alma de cortesã astuta, finamente coleante, disfarçando as ambições troniciais sob aparências meigas de bondade, que caracteriza na história, a amiga do *formoso*? O mestre de Avis, na peça de Mesquita, é um boneco. Andeiro um cana rachada. E o infante D. Luís, uma espécie de Magalhães Lima que diz coisas com fatos de entrudo. De roda das figuras principais, nada que saiba à época. A corte de S. Martinho é uma parceria de amanuenses que vem a uma *soirée* de carnaval, vestida pelo Kruz. O povo, que representou no reinado de Fernando I um papel tão alto e significativamente preponderante, não existe na peça senão pela tirada do alfaiate, e por uns grunhidos que a comparsaria solta, nos

intervalos em que se não coça nos sovacos. De sorte que o espectador sai do teatro, dizendo consigo:

— Se esta *Leonor Teles* dissesse antes o papel de D. Fernando, e D. Fernando o dela; se os versos componentes do papel do infante, passassem a ser papel do mestre de Avis, indo os deste para aquele; se os homens da peça se encarregassem de declamar o papel das mulheres, e vice-versa, pergunta-se: a coerência do drama seria perturbada, a tragédia histórica mudaria? Resposta: não.

Agora mais! Transplantada a catástrofe da *Leonor Teles*, com todas as suas determinantes e acessórios, para outro país e outras figuras, o efeito geral da obra seria prejudicado no seus primores de concepção? Resposta: não era.

Logo, em que diabo pode esse drama calafriar *exclusivamente* a plateia portuguesa? Logo, em que pode a literatura dramática, para que os jornais insistem em pedir o auxílio público, interessar de longe ou de perto as diferentes camadas desse público? É uma peça portuguesa, que se pode passar na China ou na Inglaterra, e que portanto não é bem portuguesa. É uma peça de sentimentos cavalheirosos, em que esses sentimentos não fazem bater o coração. É uma peça da Idade Média, sem o menor vislumbre da Idade Média: de monarquia portuguesa, sem monarcas portugueses: de patriotismo, sem calor patriótico, e finalmente, de literatura, sem idealidades literárias de maior hausto. Quero que me respondam: em que pode uma literatura como esta, arrancar povo do Coliseu, para o meter em D. Maria?

II — Para qualquer género de peças, é indispensável possuir a imaginação dos sentimentos, dissemos. Acrescentaremos agora: para a factura do drama histórico é indispensável possuir essa imaginação em amplificado, e *ver épico*, sem incorrer por isso no perigo de ver falso.

Evidentemente o meu empenho, pondo numa peça de teatro, Camões ou D. Sebastião, não será reduzir aquelas figuras a banais personalidades contemporâneas, que procedam e falem ao gosto charro do meu tempo, assim como não há-de ser também representá-las na impassibilidade morta de abstracções, como na tragédia antiga, em que os personagens não têm vida completa, parecem ignorar as necessidades materiais, e ser insensíveis à dor física.

Mitridates, ferido, expira a dizer cento e cinquenta versos duma assentada, académicos todos, e calmos. É absurdo!

Compreender-se-ia que um poeta fizesse morrer o herói, por esta forma maçante, numa tragédia ou drama histórico, escritos hoje? Esse Mitridates, como todas as figuras do teatro clássico, não é um indivíduo, é um símbolo em que a paixão se manifesta no estado de força anónima e insusceptível de ser modificada pelo temperamento. No teatro clássico, o drama falta ainda, a cor local é reputada inútil, não há perspectiva aérea, e os personagens, espectrais, pegados num pano de fundo, exprimem antes o terror que se passa no espírito da plateia ingénua que os observa, do que propriamente o que resulta da energia da catástrofe em que eles se movem. Que querem? O convencional da tragédia bastava no século xvii às necessidades de espírito da multidão. Os trágicos desse tempo eram moralistas, como os dramaturgos do nosso são historiadores. Com o romantismo, a história toma posse do teatro, e o esquema crítico que desenhámos sobre os tópicos do prefácio de Hugo, do postulado de Sainte Beuve, e da profissão de fé de Alfredo de Vigny, parece ser hoje mais do que nunca, para o drama histórico, a forma fixa. Certo, eu quero o real no drama histórico, mas o real local, o real histórico, o real *épico*, que faz os personagens humanos sem apagar de roda deles a fotosfera poética da lenda, que os apeia da nuvem, certo, mas

sem lhes roubar na perspectiva do teatro, o gigantesco. Livre-se o meu bondoso Lopes de Mendonça dalguma vez me talhar Afonso de Albuquerque, nas proporções do general Vasco Guedes — que o enforco! Fazer real na história tampouco seria emprestar ao amor de Pedro I as declarações enfáticas dum bacharel namorista, à caça de herdeira nos banhos de Espinho; ou fazer de Afonso IV, cúmplice no assassinio de Inês, um magarefe estúpido; ou dar a D. João II a estortegadura monótona dum sanguinário de ofício, constantemente aos berros na cena, como um bruto.

Fazer real na história é descortinar em cada figura as extremes linhas do carácter, justificar essas linhas por palavras e por actos, e sabê-las manter através de todas as situações dramáticas da peça, em termos que esse Pedro I, amante furioso a quando viva Inês, seja o início psíquico do singular alucinado que combóia o féretro dela através a campina deserta de Alcobaça, pela noite, à chuva, entre as rezas dos monges e as tochas dos fidalgos — e que este espantoso viúvo, rei Lear do amor, mesmo depois da posse, explique às mil maravilhas depois, pelos ardores epilépticos da paixão bramidora que o devora, o seu primeiro acto de rei, que é desenterrar a amante já corrupta, e fazê-la sagrar rainha pelo beija-mão incondicional de toda a corte. De roda deste tipo, sem igual na história do mundo, e em que seria regicídio bulir, não se possuindo o génio bárbaro e rugidor de Shakespeare — fazer real na história — é visionar os mais, com a mesma sagacidade epopeica e a mesma lógica. Naquelas épocas, o reino tinha os olhos sempre na fronteira. Castela era o pesadelo comum de reis e de vassallos, e o amor da independência, que vinculava a coroa ao amor submisso do povo, o grande zelo indómito que fazia heróis dos fracos, e guerreiros titãs, de todos os pigmeus. Inês de Castro pois, espanhola de sangue real, prendendo o coração do infante, constituíra-se por isso numa ameaça futura à

autonomia do reino: logo, cumpriria afastá-la — era a razão de Estado a exigí-lo — e os portugueses com quem Afonso IV decidiu em conselho o assassinio da nora, longe de deverem ser explicados pelos dramaturgos, como facínoras mal pagos, acho que os devamos (pelo menos na arte) noblificar como dedicados e cegos patriotas. Eis por consequência aí logo uma cena que magnificamente prepara o espectador para a tragédia dos amores de Pedro e Inês: aquela em que os conselheiros de Afonso IV coagem o velho herói do Salado, a consentir na morte da espanhola, que ele para mais secretamente idolatra, que a razão de Estado lhe manda sacrificar, embora sabendo que tornará com isso o filho louco.

Desses conselheiros, que foram ao mesmo tempo executores de alta justiça, que maravilhosas evocações de patriotismo antigo a tirar, que belas almas vibráteis para pôr em cena, e despertar com elas o delírio sentimental duma plateia nevrasténica como a nossa! Fazer real na história é encontrar o *quantum* de poesia épica e de humanidade, convenientes ao fabrico duma liga que seja carne e bronze ao mesmo tempo, e que vazada nos moldes que propus, deite as figuras desses *conselheiros matadores* como outras tantas *secousses* do heróico, atingindo o seu máximo em tipo humano. O processo de esquadrinhar o real, na cometida do drama contemporâneo, e na do drama histórico, divergem pois fundamentalmente. Um psicólogo perito na reconstituição teatral dum tipo moderno complicado — por exemplo, o do banqueiro Burnay — pode ser inteiramente falho de faculdades para um trabalho idêntico no campo histórico, e vice-versa. O teatro de Vitor Hugo conta grandiosas restaurações do tipo antigo, e todavia o poeta seria absolutamente grotesco na confecção do drama de costumes, com observações miúdas, e uma língua paradoxalmente irónica, à Dumas filho. O motivo disto está talvez na abundância ou na falta de imaginação poé-

tica, que amplifica no primeiro caso o campo de visão até para além do limite médio, permitindo ao artista ressurgir sem esforço, das idades mortas, e em todos os seus torvelinhos e caprichos, o *mundo especial* que nelas se agitou — e que no segundo o restringe por forma a só dar ao escritor liberdade de acção dentro de uma área de coisas vistas, e a revoltá-lo contra tudo aquilo de que os seus sentidos não apercebam o contorno geométrico, e a notação positiva e inconfundível¹.

¹ Dir-me-á o leitor agora: mas foi precisamente essa imaginação poética a única faculdade artística que você ressaltou para os escritores de teatro em Portugal, e segundo o seu verbo, essa faculdade devia ser para eles um precioso telescópio aproximador das idades recônditas da história, e um inapreciável meio de evocação para os assuntos dramáticos propostos. Porque acontece então que mau grado esta faculdade, os nossos dramas históricos originais sejam tão superficialmente bebidos na história, dêem tão pouco a ilusão do antigo, e venham tão fragmentários como *ensemble* ou pintura de época, e aparte o guarda-roupa, possam passar-se em todas as épocas, e ser desfechados em todos os cantos do universo, sem que isso lhes comprometa maiormente a perspectiva ilusionista?

Tudo isso é verdade, redarguiria eu, mas que faz a imaginação poética sozinha num cérebro falho doutros dons? Em que auxiliaria ela, por si só, um dramaturgo, que ao tratar de pôr em cena por exemplo, a mocidade ou a velhice de D. João V, ignorasse pela base o seu assunto, e não tivesse feito, antes do drama, monografias especiais sobre cada um dos figurantes? Pôr uma Madre Paula qualquer, a receber a desoras, na cela dum convento dos arrabaldes, um fidalgo de casaca de lantejoulas e bofes: fazer sair destes amores uma menina, que no segundo acto é entregue a um jesuíta, para ser educada em casa dum desembargador, e que no terceiro aparece condessa e titular misteriosa, numa quinta de Benfica, com os arcos das Águas Livres ao fundo, vindo a saber-se no quinto que a fideputa o é também do rei, e que sua mãe era uma fidalga que se fizera madre por causa duma escorregadela nos degraus do trono... — fazer um *imbróglio* destes em verso ou prosa, dialogado todo em quindins lamechas, e com um *outeiro* no meio prá cor local — fazer isto, digo, e cuidar que se visionou a história a primor de inspiração — é, meus senhores, o mesmo que agarrar num frade de pedra e escrever-lhe por baixo: *Apolo de Belvedere!*

Evidentemente se não houver na peça um sem-número de pormenores e elucidações sobre o moral e o físico da época, se não conflagrarem no quadro, como lançadas ao acaso, e sem propósito, as características daquela vida frívola e galante, piolhosa e doirada, devassa e mística, que foi o reinado do Luís XIV português — se a Madre Paula não provar na peça, por uma multidão de pequenos actos inconscientes, que é mulher de corte, grande dama apesar do burel, e fêmea lasciva, apesar dos cilícios e das frases da *Imitação* — se o desembargador e o jesuíta não disserem efectivamente,

III — O estilo.

«É verosímil», diz P. Bourget, de quem maiormente tenho seguido a linha crítica, neste estudo, «é verosímil que o dom de escrever se acompanhe sempre dessoutro de ouvir uma pequena voz interior, que dita a frase. Fazer passar o acento dessa voz, nas palavras, eis o que é ter estilo; estilo que assim compreendido, se torna para a crítica, num elemento de extraordinário valor.» Nada autobiografa tanto o escritor como a sua forma

pelas cambiantes do tipo, pelo tom de voz, escolha dos vocábulos, linha ondulada ou erudita do porte, a estofa íntima das suas pessoas e mesteres: se a ordenação das cenas em que a intriga decorrem não for aproveitada para cercar essa intriga duma como direi? atmosfera própria, dum ar do tempo que venha de tudo, das roupas, do cenário, dos modos de andar, falar, bulir, viver — se todos os episódios, tipos, efeitos e particularidades da peça *dita histórica*, enfim, não convergirem a um intuito único, qual o de recompor em quatro horas, restaurado e íntegro, um capítulo da passada vida dum povo, queiram dizer-me então para que diabo serve a nossa tão falada dramaturgia histórica moderna, e apontar-me os motivos por que eu haja de saudar nos seus cultores, *des magiciens des lettres*, sobrepujantes à mediocridade geral dos outros plumitivos.

Neste ponto, o leitor adivinhará facilmente o que eu aqui não escrevo, e irá aplicando a doutrina aos dramas históricos que for vendo representar nesses teatros. Diga-me aqui com franqueza: quando vai para casa, depois de ter visto em D. Maria o *Duque de Viseu*, leva no espírito alguma coisa que lhe morda ao canto a figura do rei, do duque, e da donzela Teodora sua amante? Cheira-lhe a Idade Média, aquilo? A sua alma vibrou dalguma outra coisa que não fosse o prestígio enfático que ao seu coração de meridional produz sempre um comediante vestido de veludo, espalhado e iracundo a debitar tiradas de orador de oposição? O seu olho mergulha acaso nalgum desconhecido mundo de crenéis e couraças, de misticismo e barbaria, que o poeta lhe desenrola diante? Acaso o seu espírito vai, entre terrífico e surpreso, por uma arcaria de séculos, até aos arcanos da época que o dramaturgo lhe tenta visionar? Pois não é verdade que tudo aquilo é uma pintura de muralha, com vermelhos azuis, esparsos com mão destra, acreditado, mas não de broxante, que desconhece por completo a grande arte, e falseia as perspectivas da vida vigorosa? O leitor gosta da peça. Palavra, e eu também! Mas veja como isto é típico: eu que nunca mais posso esquecer o final do primeiro acto do *Frei Luís*, e a cena dos retratos no palácio de a par S. Domingos, eu que me não lembro do *Rei Lear* sem desarranjos de vida cerebral, saio sempre dos alexandrinios dos nossos dramaturgos modernos, com vontade de ceiar — sem mais me lembrar de *Leonor Teles* servindo marmelada aos cortesãos, nem mais querer saber daquele pobre duque de Viseu, que expiou a punhal, coitado, por falar tanto, em verso.

literária. Certas frases d'*Os Maias*, com a sua sintaxe enervada e cínica, são Eça de Queirós vivo e falante. Há sintaxes musculosas, exemplo, a de Ramalho. Há-as violentas, ex., a de Camilo. De colarinhos postiços e *badine*, como a de Chagas. De geleia e com ginjas dentro, a fingir rubis, como a de Lopes Mendonça.

Os escritores de pulso, de que o talento esclarece a razão tranfigurável; quando sucede terem de fazer falar no teatro ou no romance, um personagem concebido sob tais e tais dados psíquicos, não raras vezes haverão que sacrificar o estilo à lógica dessas figuras, na mira do seguinte: dar a cada uma, pelo diálogo, uma vida independente — *ficando eles mesmos*.

Há romances de Camilo, sem ir mais longe, os *Mistérios de Fafe*, onde criaturas do povo dialogam entre si como personalidades vivas e pensantes, e não obstante, marcadas ao canto com a garra do escritor genial que lhes deu vida.

O diálogo delas reproduz maravilhosamente a categoria social e moral a que pertencem — sabe à profissão, sabe à religião, sabe à paisagem, sabe ao vocabulário local e às tradições — mas permanecendo povo, é ainda assim literário, e mais ainda, camilescos. Aqui, a personalidade do artista é tão forte, que mesmo quando ela quer apagar-se por trás das almas que modela, e das vozes a que dá hausto, lá se escuta sempre, em surdina, aquela misteriosa pequena voz que Bourget diz se transfiltra às palavras, no acto de escrever. Bem! vamos agora ao teatro, e dos escritores dramáticos vivos, venha daí um que tenha estilo. Queiram ler as peças em prosa de Salvador Marques, de Gervásio Lobato, de Marcelino de Mesquita e de Abel Acácio: e dizer-me depois, se da obra dalgum dos quatro, salta coisa que cheire à consciência das responsabilidades do escritor, neste ramo especial da arte de escrever. Já não digo da verosimilhança psicológica das figuras, que isso ficou tocado, embora ao de leve. Bato só neste ponto: se os

escritores em questão, e outros que me esqueci de citar, souberam, nos dramas e comédias dados à cena, encontrar o estilo próprio dos seus assuntos. A *Pérola*, de Mesquita, uma bonita fracção literária d'A *Dama das Camélias*, é dialogada toda num estilo tão crónica de modas, tão *ruban rose*, que até em casa da Sr.^a Eugénia Smith faria riso.

Na *Claudina* de Abel Acácio, os mais insignificantes personagens dizem frases tão guindadas, tão *escritas*, que o próprio Valenças mal ousaria empregá-las nos seus relatórios dos Albergues Nocturnos. E se acontecer aquecer o diálogo, o espectador presta-lhe ouvido, mas sem se iludir com a identidade dos personagens dramáticos, e só deliciando-se como quem assiste a um debate de folhetinistas, no Salão da Trindade¹.

Por aqui se vê quão longe os escritores de teatro vivem da sociedade de que eles pretendem ser os censores e os educadores, e se adivinha quão efémero deva ser o influxo moral que as suas obras devam de produzir na multidão. O teatro assim concebido, como uma instrumental de frases literárias, tocada num teclado de figuras de fantasia, movendo-se num fundo de efabulação sem lógica nem crítica, o teatro quase que não passa duma entretenha pueril para crianças, facilmente substituível pela marioneta. Hoje o talento de escrever (no teatro mais do que em qualquer outra forma literária) reside todo na arte do detalhe justo, que só é completa quando a maior soma de observação psicológica directa, se compendia na menor soma de frase escrita, e quando a saliência muito viva da palavra cede antes lugar a uma meia-tinta lúcida, a esse sublinhado entre

¹ Entre estas generalidades ásperas, há ainda assim lugar para alguns apartes. Ex.: nos *Dois Dramas*, de Lino de Assunção, há uma peça, *Eva*, cuja acção não tenho presente, mas de cujo diálogo me ficaram impressões modelares, sob os respeitos de ser um justo meio-termo entre o familiar e o literário, entre o diálogo falado e o diálogo escrito, precisamente o ideal da forma, nas peças de observação.

doce e irónico, que tanto se compraz com as complexas organizações do nosso tempo. Quem percorrer o teatro francês contemporâneo, reconhece isto: no diálogo, os efeitos de força são quase sempre efeitos de *nuance*, e com um adjectivo no seu lugar, uma visão ressurgue na mente do espectador, tão desmesurada e trágica, como se o artista a tivesse feito saltar em bandadas de metáforas violentas.

Abordando as peças de assunto épico, histórico, ou simplesmente lírico, o vício é idêntico: uma superfecção de estilo, que não consegue disfarçar a pobreza dos meios picturais do dramaturgo. Tem-se perguntado qual a razão dos nossos dramaturgos históricos tomarem de preferência o verso para expressão dos seus espantos trágicos. Não é por certo a tradição que os força. E se procurarem bem, acharão isto — uma necessidade instantânea de artifício, auxiliar da ilusão cénica, que a prosa com certeza lhes não consentiria. Com as tintinabulâncias da rima, a catadupa das metáfora, e a largueza do alexandrino puxando às parelhas, a tirada, o espectador mal tem tempo para se aperceber do mais que falta à obra, de verdadeiramente artístico e inspirado. Queiram percorrer por exemplo aquele segundo acto do *Duque de Viseu*, em que se trata da conjuração contra o monarca. Não há um só daqueles conspiradores, o mais indómito, que pareça ter consciência do perigo que ocorre, vindo ali, e que pareça estar ao facto dos gravíssimos assuntos pendentes das resoluções da assembleia. Tamanha parolice baba dos lábios de todos, e tão supérfluas explanações literárias eles têm, ao menor pretexto, sobre os dotes físicos e orais uns dos outros, que o dramático desse acto cessaria, apenas os homenzinhos se decidissem a falar em prosa. Já lhes disse, e escuso de frisar mais este ponto, que em assuntos épicos, a noção do real não corresponde exactamente à dos assuntos contemporâneos. Aquele real, em parte, é o real visto nos documentos da época, restaura-

do à custa do processo histórico, sem dúvida, mas acrescentando por essoutro, o *real épico*, que é a amplificação, por via das faculdades poéticas, de personagens ou de factos cuja perspectiva seja necessário exagerar, para obter no quadro efeitos grandiosos, isto sem falseio à lógica da acção, nem quebra tampouco da verosimilhança histórica das figuras. Obras deste fôlego têm todas uma base humana, é claro, mas não podem deixar de exalar-se num vago poético, e de respirar uma atmosfera de epopeia, absolutamente convencional no campo artístico. O estilo que pois lhes corresponde, não pode ser o tecido de palavras incisivas, cortado, brusco, subentendido quase, ressabendo à secura irónica das almas de hoje, carregado de desdêns e de negócios, que tão bem traduz nas peças de Dumas filho, o espírito científico e comercial do fim de século. Mesmo que essas peças se escrevam em prosa, há-de ser um *estilo poético*. Mas poético, como? Ao modo antigo, deixando a rima puxar a rima, e a apóstrofe retórica desencadear vagalhões em que a intensidade trágica faz naufrágio? Por certo não: o sucesso pálido dos últimos dramas históricos, que demonstraram a exiguidade de recursos, quer psicológicos, quer literários, dos nossos poetas dramáticos, é prova cabal de que os antigos artificios da forma perderam a força, e nem mesmo já são suportáveis como reminiscência arqueológica. A educação modificou a vibratibilidade interior dos indivíduos; todos os antigos meios de impressionar perderam a eficácia. O riso e a lágrima inda são provocáveis na turba, mas por meios diversos da *tirada* antiga, que é absolutamente necessário exautorar. Ora, os nossos dramaturgos históricos neste ponto estão ainda no ramerrão discursivo do século xvii (em que a tragédia, toda narrada, fazia passar os lances de força em bastidores, para não incomodar excessivamente quem assistia à representação) e cumpre dizer que se a sua falta de habilidade é flagrante, no aparelhar duma peça de teatro, a

sua incultura, ao vesti-la, chega a ser quase uma vergonha. Façam-se os senhores ler a distância, versos de três ou quadro tragédias portuguesas modernas, de autor diferente, e vejam se são capazes de me dizer depois, pelo relevo estético das passagens lidas, o nome do poeta dramático a quem elas pertençam. Por mim confesso-me incapaz duma tal prova.

Tanto a maneira de lançar o verso, de conceber a metáfora, incrustar a imagem, achar a rima, são idênticas, incolores, impessoais, incaracterísticas, que impossível se me faz reconhecer a distância, o autor presumível de qualquer daquelas obras. Dir-se-ia que é um poeta único que as escreve, e que esse poeta é — toda a gente.

31 de Dezembro de 1890

Porque a linguagem do teatro histórico moderno, nem por os temas que ele escolhe serem recuados e lendários, deve deixar de ser, como para o drama de costumes, uma língua de acção, vivaz e cutilante, embora requintadamente técnica e literária, embora poética, embora épica. Os que não padecem da visão interior das figuras do seu drama, bem grandiosa, bem mordente, claro está que se não aperceberão delas o suficiente para as fazer falar e actuar como seres vivos. Portanto, sendo a concepção histórica má, como afirmámos, como poderia ser excelente o estilo, que é a representação falada dessa concepção? De mais, logo se vê que não podem ser médiuns da história, evocadores de épocas desaparecidas, Cristos ressurgistas dos grandes Lázaros trágicos dalgum dia, criaturas de trabalho e domesticidade, como os nossos actuais poetas dramáticos, quase todos amanuenses e alfacinhas, eivados de pequenas estreitezas de bolsa e de morada, e rescendendo portanto aos pontos de vista glábaros do ganhapão. É ver os seus prazeres e os seus estudos. Da História, pouco mais conhecem do que o Moreira de Sá e o bispo de Silves. Da natureza, das paisagens, do mar, do céu, dos homens, aspiram só o influxo estético que lhes oferece a Rua do Ouro, à hora da bela sociedade ir para a Avenida. Inda que a educação literária deles fosse próspera, os defeitos de origem negar-lhes-iam sempre uma

visão das coisas, fúlgida; seriam almas poéticas, mas sem problema, sonhadores de mundos sem misantropia fecunda, nem mistério, burgueses incapazes de traduzir as violentas danações dos heróis e dos tiranos, o entusiasmo dos mártires, os misticismos medievos do amor sensual, e todo o sagrado fervor dos grandes fanatismos!

Digam a um caixeiro de tenda, mesmo erudito, que lhes exprima em verso, D. João I. Por muito talento que o caixeiro possua, o seu D. João I há-de ser por força o elogio histórico do patrão.

Isto pelo que respeita à influência que o assunto da peça tem sobre o poder convincente da linguagem. Mas todos sabem que a expressão tem duas eloquências, uma que o assunto lhe presta, outra que propriamente lhe vem da oposição técnica dos termos, e da sua construção gramatical. Ora, queiram encarar ainda por este lado profissional, os poetas dramáticos que aí temos. Vimos já como eles não eram visionários de almas e de coisas: veremos agora como também não são visionários de palavras. Todas as formas de arte têm a sua beleza técnica. Na carpintaria do teatro, a beleza técnica por exemplo consiste numa habilidade especial de cortar as situações, e de regular pelas entradas e saídas dos personagens, não somente a nitidez dos grupos plásticos em cena, como também a condução perfeita da intriga através o diálogo falado.

Há nas peças de Sardou combinações desta natureza, que aos profanos escapam, e que os iniciados reputam por verdadeiras obras-primas de ofício, e maravilhas únicas de *savoir faire*. O que é na poesia a beleza técnica? É a ciência de valores eufónicos, a arte de fazer as cadências silábicas, de contrapor as rimas, e de avivar por artifícios de sintaxe a significação colorista das palavras. Toda a gente conhece os cismas a que a beleza técnica modernamente tem levado certos poetas franceses, de que é correspondente em Coimbra o meu

extravagante amigo Eugénio de Castro. Alguns, de preocupados com a música silábica, de entretidos a caçar sons que hipnotizem o ouvido, chegam a esquecer-se de que a toda a frase corresponde um sentido, e de que as palavras fossem feitas para exprimir ideias, que não efeitos orquestrais. No teatro, uma tal monomania tem levado os artistas a incrustar de joalharias raras, figuras de que eles mutilam a anatomia, de propósito, por uma efémera homenagem ao *tour de force*. Claro está que isto é o extremo exagero desse furor de perfeição plástica em que modernamente se esgotam os homens de arte, que proibidos de visionar a vida, nas entranhas dum tipo ou dum grupo, suprem pelas magnificências da revestidura exterior, o que lhes falta de evocação psicológica.

Entre este inauditismo exótico porém, e a forma decrépita e chocha dos nossos actuais poetas dramáticos, sem dúvida há lugar para uma contínua e fecunda renovação da linguagem, pelo número — pelo número, que não é só o segredo do encanto no verso, senão está fazendo da prosa contemporânea, exemplo a de Flaubert, uma orquestra magnífica e incomparável. Exaltemos todo esse furor de renovação, santelmo de arte, sem o qual de há muito se teriam obcecado as gerações, e estaria morta a arte de escrever.

Exaltemo-lo sobretudo nas letras, sem dar ouvidos aos que pregam que o primeiro dever dum escritor nascente, é ler os clássicos, e cingir a forma, quanto possível à dos antigos escritores.

Nada nefasto a um prosador ou a um poeta em *début*, como a adopção incondicional deste conselho. Os que o têm dado à mocidade, ou são cretinos que trazem dos pais, de cor, este fetichismo banal pelos velhos livros, ou são escritores bichosos, incapazes de progresso, e que pretendem amarrar os mais à manjedoura onde eles se estiolam a rilhar a palhada clássica. Acresce que necessitando a literatura de observar e reflectir as impressões da vida, e sendo a actual uma amálgama de

interesses e lutas dantes ignoradas, uma feira franca de industriais e ciências novas, de sensações antípodas, de ideais formilhantes de exotismo — conhecimentos, aspirações, modernidades enfim, que nós não inventámos, e cuja terminologia foi necessário expropriar dos países onde elas nasceram — a língua que necessariamente há-de ser o instrumento de expressão de todo aquele tumulto, claro que não pode ser bebida no vernáculo, senão incrustar-se, pelo menos por agora, de estrangeirismos. A forma eterna não existe. À sensibilidade de cada época correspondem uma língua e uma técnica originais, tanto mais complicadas e perfeitas, quanto mais nos aproximemos do presente. A este respeito, quando os conselheiros da literatura falam em reformar o teatro português, pela adaptação de Gil Vicente à cena contemporânea, a minha vontade é corrê-los da crítica, ao cachaço, porque essas cavalgadas, ou não conhecem o espírito do seu tempo, ou não leram decerto Gil Vicente.

Uma coisa que muitos têm pensado, e poucos dito, é a seguinte: a antiga língua portuguesa é mais pobre do que se cuida. Tem quando muito, sinónimos, mas pouquíssimas qualidades que a tornem eficaz para exprimir um certo número de estados, paisagens e emoções, sem recorrência às línguas paralelas. Por exemplo, carece absolutamente de maleabilidade, e como cor, se vigorosíssima para os efeitos violentos, e para os contrastes, é impossível, sem a desarticular, obter com ela efeitos de *nuance*, os mais preciosos agora em belas-letras. Compreende alguém uma paisagem de hoje, feita à maneira das lambidas descrições da *História de S. Domingos de Benfica*? A prosa de Lopo de Sousa Coutinho, alguém a toleraria hoje, aplicada à consagração das façanhas que os batalhões académicos hão-de praticar, salvo contra-ordem, em Moçambique? Que se respeite quanto possível o fundo étnico da língua, nas suas possíveis relações com as necessidades da expressão contemporânea, aceito e aplaudo; mas sem sacrifi-

car um só instante as minudências da análise, e o pitoresco da visão evocada pelas palavras, às mesquinhas peias da ortoépia antiga, e aos na sua maior parte banais modelos clássicos. Percamos por algum tempo as preocupações da posteridade. Estamos num período em que toda a obra de espírito é transitória, porque ela é ao mesmo tempo o fim dum século, e o começo doutro, bem diferente. Os esforços de nós outros, sábios e artistas, nada podem mirar de cristalográfico e de eterno. São labores de trapeiro, lufas-lufas de acumulação sem recompensa, informes, obscuras, desesperadas, arquidoidas, de que só as gerações vindouras gozarão fama e proveito. Deixem portanto entrar na língua portuguesa pela birra dalguns trabalhadores reputados de não quererem escrever português correctamente, todo esse pandemónio de termos arrevesados, de expressões técnicas mas sem carta de naturalização definidas por enquanto, de frases sem estrutura gramatical colhida nos cronistas, porque esse trabalho é sagrado, mesmo não agradando aos puros gulosos do português sem mácula nem mistura. Sim, esse trabalho é sagrado, pelas inexauríveis riquezas que introduz nos tesouros da expressão, pela variedade insólita de ritmos novos que transfiltra, e finalmente pela maravilhosa agilidade e elegância que em parte já conseguiu meter no período português, originariamente rígido e monótono, tornando-o colante como uma pelica, a todas as cinzeluras da ideia, e apto, como ele dantes não era, a todas as mímicas da alma, e a todas as microscopias da impressão.

Certo, eu não me iludo! O português literário de hoje, como eu o entendo, não é língua em que se escrevem livros para escola, nem trabalhos que juntar aos anais literários dos grandes séculos. Mas nem por isso os afrancesados que actualmente lhe prestam a plasticidade grácil que ele não tinha, nem por isso os fantasis-tas que o incrustam de vocabulários de artes novas, ciências e indústrias novas, devem de ser postos de

banda, como charlatães dignos de apupo. Quando um dia se fizer na língua portuguesa a transfusão juvenil que é necessária, e desse caos que é a linguagem de hoje, brotar uma língua nova, vigorosíssima, alada, cheia de buzinas e flautas, de tempestades e cicios, então se verá como o papel daqueles obscuros obreiros foi consciente, e que porção de imaginativa e ficção poética eles lograram transfiltrar na antiga língua, mais própria para discursos, do que para livros de análises e de visão.

Todas as épocas literárias de resto têm tido destes incrustadores e mosaístas, sedentos de inédito. Quem percorrer as *Viagens* de Garrett, reconhece à légua, na ductilidade maravilhosa dos seus períodos, na diversão dos ritmos, na procura fugaz de certos modos de dizer, profundas sugestões da literatura francesa e inglesa, trazidas do exílio. Quando em França, vieram a lume, há trinta anos, os primeiros romances dos Goncourts, a sua forma atormentada, a sua dolorosa procura do epíteto raro, e o seu tresvio proposital dos ritmos consagrados à factura excessivamente gramatical do período, sublevaram os críticos, por forma que a injúria pessoal supriu apopleticamente a discussão científica, e crítico nenhum, que ao mesmo tempo fosse um quase nada filólogo, soube explicar aquele esforço dos dois artistas, por essa lei vital da linguagem que ensina que as palavras estão sujeitas a deteriorações orgânicas, como coisas vivas, têm períodos de plenitude e de regresso, e que o uso as pui, e a velhice lhes faz perder o valor circulante donde a necessidade de as renovar e dispor constantemente em grupos inéditos, e de fazer com elas orfeões que mordam bem no ouvido. Todos se recordam talvez da crítica de Saint Beuve, ao livro de Balzac: *Mémoires de Deux Jeunes Mariés*, bíblia de amor que as mulheres devem ler antes da *Imitação de Cristo*, e acerca de cuja essência poética e de cujo estilo, não há mais controvérsias, hoje em dia. É um livro de coração e de linguagem revelada. Pode-se escrever mais pin-

tado, mas a perfeição ali chega, e aquilo é eterno como o mármore. Pois meus amigos, a opinião da crítica coeva foi que o assunto das *Mémoires de Deus Jeunes Mariés*, era imoral, e quanto ao estilo, pura aravia de cocote... mulata! Decorridos trinta anos, acha-se o seguinte: toda a moderna prosa de romance deriva de Balzac e dos Goncourts, em linha recta, como de renovadores ubérrimos e magníficos. Os seus exageros tomaram curso na língua, as suas frases arrevesadas, a sua paixão do termo técnico, a sua monomania do detalhe miúdo, à *outrance*, tudo isto que dantes era vício e excrescência, campeia agora entre os mais belos requisitos da educação dum prosador, e mercê dos esforços daqueles três grandes visionistas da palavra, têm os franceses uma língua rara, desarticulada até à *jonglerie*, mordente e viva, e prestando-se, como nenhuma outra, admiravelmente, à interpretação dos mais subtis cambiantes do pensamento.

Entre nós, alarga-se o horizonte no processo literário, a observação e a experiência são proclamadas meios fundamentais da concepção artística? Pois bem: tanto maior necessidade de matérias reparadoras, vocabulário mais técnico, e tipos de período mais ligeiros — turbinas e cursores enfim, de que a nossa prosa há mister, para fazer curvetear sem tropeço, o pensamento.

É por exemplo o caso de Eça de Queirós, como prosador do nosso tempo. Certo, não é propriamente português o que ele escreve. Mas em que língua queriam os senhores que ele escrevesse a edição definitiva do *Padre Amaro*? Na prosa de Chagas, na prosa de Latino Coelho? Os que admitem a possibilidade deste absurdo, não fazem a menor ideia das incompatibilidades recônditas do problema.

Já fiz notar que as palavras se gastam, como as medalhas, pelo uso, e que a cor das frases, a acção do tempo a dilui e murcha, como a tinta dos estofos e dos quadros. Umas tornaram-se baças e soam rachado, ou-

tras turgeceram de suco, variaram outras de sentido, e enfim algumas, carregadas de *nuances*, furta-cores como certos *faïlles*, têm de ser usadas só de longe em longe, com uma estremada prudência e discreção. De vinte em vinte anos, na vertigem da vida cerebral que tudo queima, o idioma varia, como as ideias, ao sabor de milhares de correntes indomáveis, vindas, como exemplifiquei já, de toda a banda, da ciência, da arte, da indústria, do cosmopolitismo, das viagens, dos caprichos da moda, das monomanias glóticas do momento: e desta forma não há meio de sustar que entre na língua, com as pérolas, o lodo dos enxurros, lodo que por ser lodo, fertiliza como um húmus, bem a pesar dos exorcismos dos gramáticos¹.

Quem se não apercebeu já, lendo por exemplo as *Folhas Caídas* de Garrett, há quinze anos ainda entre nós consideradas como a maravilha lírica por excelência, que muitos daqueles versos deixaram de ser versos, e que foi a certeza disso que deu azo à formação duma poética nova, refulgente nos sonetos de Antero, nos alexandrinos de Junqueiro, nas descritivas de Gomes Leal e de Cesário, nas líricas de António Feijó e de Queirós Ribeiro, e infinitamente mais longe da prosa do que a poética de 1830, mais escrita, e mais inacessível portanto ao gosto inculto dos que vivem fora duma certa iniciação?²

¹ «A vida contemporânea, com os seus mistos de paixões e de interesses, com as suas fortes preocupações de dinheiro, tem a sua melhor forma de expressão numa prosa complexa e múltipla, que registe as cifras e se permita termos de calão, que vá até à tecnicidade científica, e no entretanto, em certos momentos, module um canto, ou nos mostre uma paisagem.» PAUL BOURGET

² Os elementos desta linguagem especial consistem principalmente na importância da rima, e na vida independente que os poetas pretendem dar a cada um dos seus versos.

«Quem estudar Vitor Hugo, vê que as palavras essenciais da frase, colocadas na rima, fazem como que uma articulação visível ao período poético, e verá também que muitos versos formam um todo isolado, graças às relações inesperadas das palavras, à harmonia sábia das sílabas, e à escolha dum vocabulário mui pitoresco. São isto processos de relevo, que refundem o velho metal da língua velha, e o juvenescem para a escultura da poesia.» PAUL BOURGET

Cada vez mais, à medida que esta especialização da língua poética caminha, o vocábulo se faz raro, e o ritmo libra a essência do verso, divorciando-se da prosa, aos transcendentos olímpicos da música, e aos processos de relevo da pintura. Ora, qual há-de ser a consequência lógica desta marcha? Há-de ser a seguinte:

— Pelas saliências da rima, e pelos timbres exóticos da expressão, a poesia torna-se, *ipso facto*, num preciosíssimo transmissor de objectos visíveis: e eis por que os parnasianos *descrevem* duma maneira tão inimitável¹.

— Pelas preciosidades da *nuance*, e pelas sugestões patéticas em que o espírito do poeta se banha, buscando o filão recôndito da vida, a poesia, cessando de ver largo, para ver minucioso, desviriliza-se *ipso facto*, e como instrumento de indagação psicológica, só pode aplicar-se à dissecação dos pequeninos problemas interiores — razão por que os nossos poetas modernos, os maiores, os mais divinos, só estão à vontade em composições de poucas estrofes, sempre que o tema delas seja psíquico.

Compreendem agora como estas duas proposições levam a estoutra: a linguagem poética, pela evolução que toma, tornou-se absolutamente incompatível com as composições teatrais de grande folêgo, e órgão de fantasia e de capricho, só poderá servir, quando muito, para entreactos de frágil arcabouço. Aplicar o verso moderno à literatura máscula que é por exemplo o drama histórico, de duas, uma: ou é dar mostras de inconsciência artística, pela má escolha do estilo, e pela sua falta de adaptação ao assunto; ou é tomar a poesia como artifício distraidor de faculdades dramáticas que faltam, e ficaram ditas no capítulo anterior, e incorrer

¹ «Comme il [le vers] est constitué par la saillie de la rime et la beauté pittoresque de l'expression, le vers moderne convient merveilleusement à la transcription poétique des objets visibles.» *Études et Portraits*, de Paul Bourget, p. 251.

por consequência numa suspeita de mesquinha e má-fé, indignas da arte.

E assim, ao cabo de explanações já longas para as dimensões actuais deste panfleto, e que ao pueril leitor haverão parecido soníferas, chego a concluir que a actual literatura dramática original, é, no fim de contas, quase tão inferior como a traduzida.

O afastamento é o mesmo, quer na compreensão do assunto, quer no cultivo da linguagem, e todo o meu amor das letras pátrias, posto em jogo, pensando bem no alcance dessas obras, por mais que faça, não tenho coragem para pedir ao público faça por elas um sacrifício. A primeira coisa que lhes falta é talento, e depois do talento falta-lhes quase tudo o mais. Recapitulo portanto a sùmula dos capítulos que já escrevi sobre o teatro, e concluo:

— Os lugares são maus, e as peças são piores. Logo, o que haveria no teatro português digno de interesse?

— Haveria os actores...

— Bem! vamos lá aos actores.

O que é um actor? O escultor de si próprio, «um pintor de retratos», diz Coquelin, «que depois de os ter pintado com a sua carne e o seu sangue, se decide alfim a animá-los de vida psíquica, transfiltrando-lhes nos corpos a sua própria alma». É por consequência o actor um ser duplo, dentro de cuja carcaça *alguém* concebe o personagem, tal como ele se fez no espírito do escritor para logo outro alguém traduzir em vulto, a concepção, servindo-se para isso daquela mesma carcaça, convenientemente plasticizada sob os seus dedos destros e mandados. É um ser feito de dois, e vou dizer. *Um* que cria e ordena como mestre, *outro* que obedece e executa como servo. Na criação pois dum tipo cénico, há dois labores inconfundiáveis: a composição mental da figura, e a modelação e restituição dela ao público, por via de

manobras exteriores. Se estudamos o primeiro, hemos que desdobrá-lo ainda, desta forma:

a) concepção mental do personagem, subordinando-o às relações e afinidades do meio social que a peça sintetiza;

b) concepção do personagem, considerado em si e isoladamente.

Se estudamos o segundo, isto é, a restituição da figura ao público, o papel representado, haveremos de considerar também os seguintes pontos:

c) pitoresco, ou o estudo externo do personagem;

d) voz, articulação, dicção e olhar;

e) caracterização e vestuário

f) jogo de cena, mímica, etc.;

g) justeza e unidade do personagem, etc.

O especificar destalhadamente cada um destes grupos de factores artísticos, a que o actor tem de obedecer, e de cuja observância total sai a criação cénica, inteira e ovante, seria trabalho digno de apaixonar um analista menos sacrificado do que eu, a restringir, por falta de espaço, as desinvoluções e subtilezas que o assunto comporta. Infelizmente porém as minha notas haverão de ser quase em estilo de telégrafo, ficando aqui, em vez de crítica, apenas um esqueleto ou sumário, que outros desenvolverão depois, com mais vagar. E isto dito, comecemos.

I — Concepção mental do personagem, em si, e nas relações com o meio (*a* e *b*).

Por si só, o estudo do meio social, ensina ao actor a natureza histórica e social do personagem, cercandologo de atmosfera cénica, e destacando-o num fundo de quadro, que quando entrevisto nítido pelo actor, não mais lhe faz perder pé na interpretação do papel. Como entrever então esse fundo de quadro? Estudando o actor a peça inteira, por sucessivas leituras, em vez de

restringir o seu trabalho só à retentiva da parte que lhe foi distribuída, como entre nós sucede. O conhecimento da peça por completo, fixará no espírito do artista as linhas mães do quadro social que se pretende, com as suas características de época e de classe, se as houver, tópicos estes que lhe guiarão o senso artístico depois, à descoberta das outras nervuras principais do personagem. Estas primeiras noções obtidas, nada impede que o comediante as desenvolva e aperfeiçoe por outras vias, livros de história e de biografia, de memórias e de análise social complicantes com o assunto, ou enfim, observações do natural, colhidas nos meios que de mais perto digam com o meio social da peça. É este também o trabalho difícil, e as induções que ele exige, os únicos actos mentais em que se toma pulso a um artista superior. Uma vez conseguida a integração da figura no quadro, a composição mental dela, isolada, é pouca coisa, e mil recursos e pequenos artifícios cénicos aí estão para a auxiliar. Trata-se de fazer um avarento, Harpagão, por exemplo. O actor escolherá de muitos avarentos, para formar a alma deste, não os caracteres secundários e facilmente anómalos, de todos, senão os caracteres distintivos, fixos ou como se diz na classificação zoológica, dominadores. O seu conjunto dar-lhe-á então a concepção do avarento isolado, do avarento em geral, que, já se vê, não é um certo. Mas como o meio social modifica os tipos à sua feição, o avarento que se pretende sai da figura obtida pelo processo supra, modificada por todas as condicionais que o estudo cuidadoso da peça fornecer, e mais por aquelas que o artista colha em flagrante, observando na vida, tipos similares do que vai criar. Desta forma já o público não dirá, vendo Brazão ou Joaquim de Almeida: «Bem sei, isto é Brazão! Bem sei, isto é Joaquim de Almeida», nem tampouco: «Isto é Shylock, ou é isto o pai Grandet...»

Mas há-de dizer por força: «Isto é Harpagão!»

Tal a doutrina. Agora, que repeito inspira ela em

palcos portugueses? Eu lhes digo. Salvo um ou outro caso raro, não inspira respeito nenhum. O estudo dos meios sociais é letra morta, a quase totalidade dos nossos actores nem sabe o que isso seja, e é a razão por que em peças de guarda-roupa, como ainda ultimamente n'*A Morta*, cada actor se vestiu como lhe aprouve, e caracterizou e exprimiu como lhe fez conta.

Em parte, a culpa é das peças; nas originais, porque sendo elas um apontado de cenas inventadas, sem observação, nem tese, nem razão filosófica flagrante, esse meio não existe, ou é tão vago e incongruente que não vale a pena o actor afiná-lo, sob pena de parecer mais papista do que o próprio dramaturgo; nas traduzidas, porque esse meio escapa ainda, ou mesmo não interessa, estando portanto o actor naturalmente dispensado de o curar.

Dir-me-iam agora: todas essas deficiências de estudo do actor, podem ser supridas pela explicação dos ensaiadores e dos próprios autores dramáticos, os quais por via de ensaios repetidos, e conselhos, restabeleçam na peça a afinação e a lógica que todo o desempenho quer, para não redundar em charivari. Ora isto seria bom, se os nossos ensaiadores não fossem actores falhados, que as empresas mantêm por caridade, e se os actores estivessem dispostos a ouvir, sem desdenhosa solércia, as observações dos dramaturgos. Todos sabem como se faz, por exemplo em *D. Maria*, o preparo duma peça. Os actores apoderam-se dos papéis, de que mais gostam, e não daqueles que por suas desinvoluções e cambiantes mais lhes vão ao temperamento. A cada momento essas tumultuosas escolhas dão conflitos entre empolgadores do público, rivais, actores e actrizes: e ensaios da peça, marcação de cenas, *toilettes*, tudo é subordinado aos acasos do *brilhante* que o galã tal e o centro tal, contam tirar de tais e tais situações. Por vezes, quando os actores se lembram de achar os papéis pálidos ou mesquinhos, e não podem a uma certa altura da

peça, esmagar o rival, ei-los exercendo pressão sobre o escritor, a que este amplie, aqueça, corte, modifique, as passagens que se lhes afiguram insuficientes para as escamoteações do aplauso cobiçado. Há assim peças que ao chegar à primeira noite já não conservam da factura primeira, senão bocados descosidos, porque o actor preponderante as declarou nos ensaios, sem condições, e porque o dramaturgo transigente o que quer é ganhar a vida. Sei que isto é muitas vezes motivado pela debilidade técnica das peças, pela falta de espírito e viveza nos diálogos, e pela ausência de interesse nos enredos, mas não posso deixar de dizer que esta colaboração forçada do actor, na substância literária daquelas obras, destrói completamente o prestígio do escritor perante o actor, mal dispondo portanto este, para aceitar daquele, objecções.

Desta maneira *afinado*, sem indagações de carácter psíquico por banda dos artistas, sem uma adaptação cuidadosa da índole dos personagens da peça, à índole dos comediantes, sem explicadores eruditos, nem cicrones experimentados, é claro que o desempenho duma peça jamais logra de ser uma maravilha de justeza. Se ela ainda tiver predicados de fôlego, lá conseguirá resistir às arbitrariedades que os actores lhe fazem sofrer; em caso contrário o desastre é iminente. Se já viram *A Morta*, hão-de reconhecer a tristíssima razão do que estou expondo. Onde, entre os numerosos papéis daquela tragédia, um desempenho de actor, um só, que revele a concepção mental do personagem? e onde no *ensemble* da peça, dum acto único, duma cena, coisa que cheire a estudo de época, e a uma restauração do meio social?

Sabe-se que a peça é medieva por os actores vestirem de guarda-roupa, falarem em verso, e atirarem as pernas como quem faz girar, sobre uma planta de casa de banhos, os bicos dum compasso. Sabe-se que João Rosa é Pedro I, por todos lho chamarem, não que os seus fungos de choro e berros de vitelo visionem o lado sentimental e

justiceiro daquele rei. Cada qual ali vestiu-se como quis: há fidalgos contemporâneos de Inês, com botas de elástico; as damas somenos trazem capirós e xailes do Granel, enquanto as principais se embuçam, como Virgínia na cena da cripta, em *sorties de bal* do último modelo parisiense. Por qualquer lado que se aprecie o desempenho desta obra, a curta vista dos actores surge a momentos, com verdadeiros *parti pris* de irresponsabilidade e incompreensão, só comparáveis à ligeireza de alma com que o autor dela, abordou, em versos de álbum, um assunto que só poderia ter voz em versos de Shakespeare. O que há-de ser, senhores, pois se eles estudaram todos a corte de Pedro I, nas *Doidas em Paris*, do Montepin!...

II — (c) Supõe-se então concebido o personagem; trata-se agora de lhe dar materialização sobre o tablado. Por que maneira? Há uma única: adaptando a figura do actor, quanto possível, à representação plástica do *carácter* estudado.

Já fiz sentir como o actor se desdobrava, ou devia desdobrar, num que via, e era a alma, e noutro, o corpo, cuja missão estava em cumprir as metamorfoses exigidas por aquela. Acrescentarei: quanto maior o ascenso psíquico dum, sobre a transformável argila do outro, tanto mais bem-disposto o artista para as criações da cena. O ideal seria que o seu corpo, como uma cera mole, tomasse sem reacção todas as formas que o estudo interior dos papéis lhe sugerisse. Entretanto esta harmonia funcional é absolutamente teórica, assim perfeita, e quando nalgum homem de teatro chega a dar-se, em aproximado, o artista que resulta é uma criatura de prodígio. O frequente no actor é algum dos *dois* sobrelevar ao outro, em certos pontos, Por exemplo, António Pedro, que era o espécime do génio inconsciente, reagindo sobre uma figura passiva de macaco, só em papéis de carácter macabro e plebeamente trágico, como o *De Profundis* d'O Sargento-mor de Vilar, o paralítico, e o

coveiro do *Hamlet*, conseguia ser prodigioso, e todos os papéis de homem de sociedade lhe falhavam.

Esta parcialidade explica-se por uma falha nos meios materiais de dar vulto às visões do génio criador. Por idênticas razões Coquelin tem levado a vida a evitar os galãs dramáticos, e Lucinda deixa completamente em branco os papéis sentimentais e apaixonados. É o temperamento, a educação, os latejos íntimos da índole, os recursos externos da figura, do olhar, da voz, etc., a lhes proibirem de visionar certos relances da existência, e a lhes apontarem outros, dentro de cujo esquema caibam a expansibilidade e a porção de sonho que os anima. Aqui o espírito cria, mas o corpo recusa-se a exprimir. Pode acontecer também o caso inverso, isto é, ser obedientíssima a argila plástica, e não haver todavia sobranceira a ela, uma inteligência indagante, que a transfigure e domine, a seu mister. Eis a característica dos actores de meia-tijela, a característica da mor plêiade dos nossos comediantes actuais, que faltos de estudo ou faltos de talento, o certo é que não curam da psicologia dos papéis, e recorrem a artifícios sem probidade, como certos tipos de caracterização, de mímica, voz, etc., para deitarem poeira nos olhos da plateia. São os exclusivistas do recorte exterior do personagem, os escamoteadores do pitoresco, que representam decalcando, e que têm restringido a arte de representar a meia dúzia de receitas de almanaque.

Entendamo-nos todavia: é necessário não desleixar o estudo externo da figura, mas sem fazer dela mola real de qualquer espécie de sucesso dramático¹.

¹ «...eu não vou contra a ideia do actor colher na natureza, traços particulares que digam o homem interior, porque é um dos recursos do comediante, surpreender e notar de passagem os sinais e particularidades externas, dignos da cena. Entanto cuido que se devem colher somente os traços significativos, e adaptá-los com discrição, evitando os que sejam puramente individuais.

Seria por exemplo erro palmar, reproduzir um certo avarento, conhecido nosso, ao querer mostrar Harpagão ao público, Harpagão que é todos os *avarentos*, e de que o actor, procedendo como acima, só conseguiria dar um dos recantos episódicos do carácter.» COQUELIN AINÉ.

Coquelin já tinha escrito: «é do carácter que tudo parte. No teatro, como na vida, a alma é que dá relevo ao corpo, a conformatura do espírito quem amarfanha de tal e tal maneira, a fisionomia e a estatura». Vejam as companhias de quase todos os teatros de Lisboa, mencionadamente as do Ginásio e da Trindade... elas permitindo-se alterar o texto dos papéis, gaguejar as falas, pôr estribilhos e truques de seu invento, explorando até à náusea o sentido duvidoso das reticências, deformando as intenções, insistindo em tiques de mímica e caracterização que nem palhaços... e para cúmulo de miséria, a crítica dos tradutores lisonjeando-lhes quotidianamente estes baixíssimos processos de factura, e não querendo ver que este monstruoso abuso do detalhe exterior, sem escoras artísticas doutra pujança, leva forçosamente à caricatura e à marioneta e corrompe o gosto, por forma que o público, perdida a noção real do actor e da arte cénica, vai procurar nos palhaços do Coliseu, o supremo da *pochade* de que os actores portugueses lhe forneceram de antemão os urdimentos. Quanto à porção de prazer que infunde no auditório esse pitoresco com que por aí se intruja, nada eu conheço de mais fugaz como artifício. O espectador, apenas entrado o actor com o seu tique, não pensa mais nele, ou fatiga-se e enfurece-se, no caso da empolgação teimar como se lhe meter à cara.

Toda a criação de arte cénica externamente se traduz, dissemos, por processos de comunicação falada, mimada, e visuada — permita-se.

III — (d) Depois do estudo interior do personagem, o preparo da voz que lhe corresponde, será o primeiro cuidado do actor meticoloso. Pensar que o artista deva aplicar à cena, a voz de trazer por casa, é exautorar a arte dum dos seus mais empolgantes meios de catequese. A diversidade é uma das características da vida.

Duas cabeças não pensam igual, duas sensibilidades raro têm reacções idênticas: assim as vozes que exprimem as ideias de duas cabeças, e as reacções de duas sensibilidades, não podem ter valores acústicos e qualidades de estilo similares. Mil determinantes auxiliarão pois o artista na descoberta da voz conveniente ao personagem. Todos sabemos que há vozes profissionais: a do homem do mar divergindo da do fadista, a do negociante destrinchando-se completamente da do médico e a do orador. A voz variará também na proporção das determinantes psíquicas da figura: os hipócritas não falam como os francos, os simples não articulam como os cínicos, os audaciosos têm um timbre diverso dos acanhados. Hamlet não pode ter a mesma voz do que Romeu, o timbre de Iago deve evitar o clangor vingativamente heróico de Otelo. Cultura, idade, feitiço íntimo, sugestões de meio, factores morais, eis os polegares sob cuja pressão o filete de voz molda o carácter, como um macio barro, donde o artista fez sair, alada, uma escultura.

E ao sabor destes agentes, não é só a qualidade dos termos que muda, mas o timbre, o fôlego articular, a maneira de emitir e precipitar os períodos da dicção, e toda a habilidade do actor estará em falar o personagem, desenhando-o, perfilando-o, *de sorte que até os cegos possam vê-lo*. Ora neste ponto, eu tenho visto fazer em D. Maria papéis de sexagenário, com timbres de capão, e velhas princesas de Dumas, numa preciosidade tal de falas, e regateirismo de acento, que as mataríeis logo por costureiras e patroas de casas de hóspedes, viajando incógnito.

20 de Janeiro de 1891

Columbano Bordalo acaba de mostrar a meia dúzia de íntimos, no seu *atelier* do Pátio Martel, trabalhos de decoração executados por encomenda do conde de Valenças, para a sala de baile do mesmo senhor.

O interesse provocado nos visitantes, por esta obra de Columbano, a mais ampla do artista, e a mais superiormente executada de quantas até agora lhe saíram das mãos, avaliar-se-á na razão das contrastantes opiniões que ela logrou provocar em espíritos que, sobre a nenhuma educação do museu, tinham ainda a restringir-lhe as vistas críticas todos os *parti pris* da cor do artista, essa cor pessoal que tantos filiam num defeito óptico, tendo o cinzento por tom predominante.

A pintura é a óleo, e consta dum tecto que não pudemos ver, e foi pintado *in situ*, e de sete *panneaux* de cerca de três metros de alto, e de largura diferente, que serão aplicados às molduras de estuque do salão de baile a que se destinam. Nestes últimos desenrola-se uma espécie de revista histórica da dança, por quadros concretos, abrangendo os ciclos em que o costume mais pitorescamente disse com esta arte de dar à perna, em que tanto se compraz nas horas de ócio, a humanidade. Descreverei a coisa em quatro traços. O primeiro traço é consagrado à dança de hoje: um par adolescente avança com dengosidades *fin de siècle*, realçadas pelo tipo frágil e essencialmente lisboeta, dos dançarinos.

Ele, uma espécie de cara chata e de figureta aperaltada: ela, uma quinquilharia risonha, cujos pobres membros visionam degenerações de raça tuberculosa. O ar é grave, o sorriso das bocas diferente. Na casaca azul dele há certo chique, o colete de cetim pérola reveste-lhe um peito vão de menino fútil, e quanto ao calção e à meia preta que lhe completam a *toilette*, sou a dizer moldam uma perna seca e curta de animal valetudinário, de boneco de salão, que não marcha, que não estuda, que não pensa, e cujo elegante raquitismo todos já nos acostumámos a ver passear nos carros de luxo que aos domingos se cruzam na Avenida. O vestuário dela é cetim branco, há plumas nos cabelos, e uma ligeira decoração de flores de lírio no corpete e num dos panos do vestido. No lançar dessas pompas de menina solteira que dá à perna, com o noivo talvez, toda a sensação de requinte é abolida: a valsista é uma pessoa cândida e razoável, com um queixinho moço, um penteado singelo, e um ar infinitamente caseiro e afectuoso.

No esparsor da tinta há uma preocupação de segurança, e ao mesmo tempo o ar dela ter sido espalhada um pouco ao acaso. Certos detalhes muito acabados, contrastam com outros, apenas postos de raspão. O todo paira numa espécie de nuvem que permite ao espectador completar em espírito o quadro, e como que dá sonho à tela, o que é um requisito talvez da decoração.

O retábulo segundo é a dança no Império. Há um rapaz de perfil, expressão flagrante dos estoiradinhos desse tempo, calça colante, meia de seda, casaca de gola altíssima, bicorne, e bofes de renda em grandes folhos. A figurinha da mulher é deliciosa, com o vestido de corpinho curto, os braços descobertos, e o decote quase horizontal, descobrindo o peito e ombros sem provocação. Uma adolescência celeste irrompe dela, com as indecisões sexuais dos quinze anos, quando a carne da mulher ainda cheira a biberão. Na anatomia

mimosa dessa risonha tentadora, detalhes recônditos dizem a amorosa atenção do artista perante um modelo que o interessa, por exemplo o pé, pequeno e estreito, que avança num sapatinho de cetim com fitas cruzadas, a cabecita redonda, de ave, frívola e castanha, com a fronte desafogada de carrapitos, e a expressão do olhar, fugaz e volitando todo de inocência... No conjunto do quadro, a nuvem paira, com o seu turbilhão de átomos cinzentos, afogando aqui e além detalhes adivinháveis, porém deixados pelo pintor numa espécie de crepúsculo fugidio.

Terceiro pano, em pleno Luís XV.

É um momento de gavota, surpreendido: o par avança num torneio de corpos grácil... ele de costas, delgado, esbelto, casaca de pelúcia verde e calçado preto, a meia cor de carne, o *talon rouge*, a cabeleira com pós e o ar galante — pequena ela, o seu ar de burguesinha bondosa, em cujas covas de barba houvesse ainda restos de beijos da última festa do Natal. Tem um corpete morango, decotado, a saia de damasco com pióneas soltas, a matiz, e encara o espectador com o seu biquinho humorístico de garota, o seu focinho róseo, todo cheio de graça convalescente, de mimo de flor murcha...

De toda a pintura exposta, o trecho amorosamente estudado é este: detalhes, desenho, tons, tudo é magnífico. Há pormenores que são verdadeiras restituições de coisas tristes. As figuras têm uma destreza de vida e um lançado que palpita sob os rumorejos da orquestra que deve estar tocando. E na casaca verde do homem, a luz infiltra-se entre as vilosidades revoltas do estofado e criva-o de reflexos, fazendo valer no verde violento, a palidez dos bordados a matiz, profusos, lilás e pequenas flores de quatro pétalas... Certamente que nem o costume dele, nem o costume dela, foram escolhidos na exposição do século XVIII, em Paris, Hotel Chimay, com todo

o rigor arqueológico, nem talvez esses corpinhos fracos, um pouco exangues, de jarretes finos e carne fatigada, vivendo de histeria e de bombons, traduzam a toda a altura a galantaria preciosíssima do tempo. Sente-se entanto no par uma delicadeza *sui generis*, não dandinesca, porém burguesa, e tocada de não sei que humor enternecido, que faz tom.

Quarto retábulo, Luís XIV.

O costume do homem, severo, casaca azul e cabeleira de anéis, canhões e bofes de renda, tricorne na mão esquerda, e o colete de grandes abas, caindo, vermelho, até lhe encobrir as coxas de peralta. A figureta da mulher posa a três quartos, voltando de leve as costas a quem olha, e é a mesma menina morena, o mesmo tipo afusado e decadente das outras, com frescuras que lhe vêm dos poucos anos, e nunca do circular sadio do bom sangue. Esta todavia se faz singularmente cativante, com o seu jeito de fidalguinha raquítica, a sua finura de articulações cheia de espírito, e todo o ritmo ondulado das formas que se adoçam, sob o esplendor do traje, dando-lhe por isso mesmo um tipo de espúrio, da gazela, alvéola, e rapariga, em dose igual.

No quinto pano evoca-se a recordação do que seria um par dançante, aí pelas alturas de Henrique III. O homem é Lopes de Mendonça, um mais *flûté*, vestido de negro, calção e justilho curto, manto em romeira, golilha encanudada, brinco na orelha, barbicha em ponta, e com uma espiritualidade feliz no rir dos olhos, no evaporado da cabecinha estreita, em cujos cabelos rentes passam calefrios duma luz loira. Ela é mais séria, de corpete severamente abotoado, mangas de *pulf*, gorjeira e punhos de profusa renda; e tem um lenço na mão, a saia tomada um pouco à banda, de glauco mar, em cujo tom se esmancham, pequeninos bordados a matiz. Este quadro não está ainda completo: nele porém, como nos outros, sente-se a mesma procura

dum tipo feminino, sempre o mesmo na essência, e que o pintor idealmente requista, não vendo outro, seja qual for o modelo que lhe tenha vindo pousar no *atelier*.

No sexto pano é Renascença. Um grupo de figurinhas de mãos dadas, parece que se levanta d'*A Divina Comédia*, e vem, com os dedos em fuso e o ar místico e dolente, sacudir, no baile, o pólen das rimas dantescas, que lhe atapeta o chão de sonho histórico, e idílio mumificado. Ele macilento, varado de preocupações desconhecidas, deixa a gaforina voar de roda do seu crânio de fantasma: é hirto, moço sem idade, e anguloso e antipático quase à força de ser feio. Traz um gibão de escarlate pregueado, as mangas perdidas orladas de arminho, colar ao peito, meias colantes, duma cor desigual para cada perna, salmão e azul... e o aspecto dela é quase o duma santa, no seu costume branco de reclusa, a escarcela pende-lhe, a trança morre, os olhos baixam — e fria e sem desejo, tem um ramo de lírios na mão cheia de anéis.

Finalmente o último trabalho da decoração é uma grande tela onde está pintada uma quadrilha, de que o espectador apercebe oito ou nove figuras. No primeiro plano vêem-se as seguintes: um brigadeiro alto e espadaúdo, de costas, o fardalhão bordado a ouro, a bota alta, e bicorne de pluma escarlate, dá o braço a uma rapariguinha de colo alto, decotada, vestida de vermelho bufante... leve e tão fresca, que a sua carne tem, sob a epiderme doirada das espáduas, no coral da orelha cinzelada que nem jóia, nos torvelinhos loiros da nuca, paraísos de infância divina ainda e já nubente, de sorte que os beijos que se lhe dão, por puro enternecimento, a princípio tranquilos, depois sabem a amor, por deixarem rosetas de carmim por onde quer que os lábios tocam... Uma doidice alada calafria de prazer todo esse busto de loirita gorda, que se abandona às *nonchalances* da quadrilha, pelo braço do brigadeiro espadaúdo.

Trás dela, à direita, um macilento avança, afiambrado, exangue, de cara longa e olhar de quem traz ténia; e pela esquerda, um estoiradinho, de perfil, todo ao rigor da moda de 1830, mostra a sua cabeça de romântico, de topete, barbicha virginal, e olhar cavado, como quem sabe o seu Byron e tem febre. Depois, no extremo do quadro, uma mulher a três quartos, com um nariz de expressão, sorri um pouco, bela de carne, gorda e vestida de seda furta-cores... As figuras do segundo plano, três, apercebem-se por entre os espaços claros das que disse. Primeiro é uma mulher magnífica de branco, lembrando um pouco o retrato de D. Maria II, por Lawrence, e cuja cabeça patricia tem correcções esculturais de grande raça. Tem um penteado de copo, marrafa ao centro, e molhos de caracóis sobre as orelhas. É fresca e altiva, o colo amplo, cuja nudez brota olímpicamente do corpete cheio de jóias. Tem mitenes de renda, os dedos longos, anéis de *chaton* cheios de pedras, e a sua desdenhosa beleza atrai o olhar, como um centro hipnótico da pintura, forçando o espectador a dizer:

— Já não há disto!

Desenhei sumariamente a obra de decoração de Columbano, e a mim mesmo pergunto agora:

— Estás contente? O que acabas de ver é realmente a verdadeira pintura? Ao homem que assina isto, pode-se com toda a austeridade dum seguro critério, chamar um evocador da vida, e um ressurgista? Há realmente síntese nesta obra? A cor é justa? O desenho é flagrante? Fala a composição? Há sofrimento, sonho, sátira, ideal, nestes painéis?...

E logo no fundo do meu ser se inicia, difusamente, um movimento de resposta:

— Eu sei! é talvez cedo para exprimir sobre Columbano Bordalo um veredicto seguro. Elaborações prolongadíssimas fazem-se de longa data no espírito deste

buscador de inédito, que vendo largo, não conseguiu ainda, pelas complexidades do seu tipo, ver seguro.

Não que ao seu pincel desajudado escapem os artifícios do *métier*, ou que o ramerrão dos mais não fosse para a sua tarefa, coisa fácil, caso ele estivesse disposto, como tantos, a fazer da arte, sinecura, em vez de por ela ter os enlevos duma religião toda mental. Mas Columbano mira alguma coisa mais sólido que o brilhante, o convencional horroriza-o — que é a fantasia de muitos — e espírito raro, desdenha a arte que pensa nos aplausos, e põe a sua coroa de loiro, como diz Rivarol, na cabeça dos que a embriagam. Aí temos pois este homenzinho trigueiro, pequeno, silencioso, com a sua miopia doce e o seu ar contrafeito, todo cheio de susceptibilidades como as fêmeas, modesto por orgulho, intransigente por princípio, afastando o seu processo artístico cada vez mais, da cozinha comum, e sentindo que diverge, e lutando sempre, com uma altivez de misantropo, contra as irritações que ele bem sabe que provoca, e não podem senão indispor-lo contra os sucessos banais, mas necessários, da clientela pagante, tão desdenhosa de crítica, quando se não sinta pelo pincel, embelecada.

Certo, a pintura de Columbano não é linda, nem bem vestida, nem figurinada com mimos e arreboques oleográficos — mas uma coisa hirsuta, com ressaibos de miséria humana, anquiloses e raquitismo de membros, orelhas exangues, peles flácidas, e não sei que dolorosa preocupação do ser moral, que faz do pintor misantropo, um filósofo cínico, e põe na sua técnica uma terrível chufa contra a raça.

O que é um artista?

Um homem que viu uma certa vida, experimentou emoções, e no-las conta, transfiltrando-nos o calefrio com que as sentiu. A obra de arte é portanto uma porção de sensibilidade visionada, e interpretá-la é historiar a existência interior de quem na subscreve. Ora,

é pousar ante a pintura de Columbano para logo advir na personalidade original desse sombrio. É um ingénuo, com ferocidades de honra, crédulo mas pouquissimamente maleável, capaz de emoção, mas sem entusiasmo, e em arte, muito mais instintivo do que sábio, e como tal fazendo do instinto a única voz audível no mundo de contemplações em que se isola. Nele as faculdades de evocação são limitadas; e a sua fantasia fez desesperados esforços para suprir com a profundidade dos conceitos, o que lhe falta em espuma irriente, em detalhe poético, em estro alado.

É por educação e por sangue, um realista, os recursos vêm-lhe todos da observação directa, forçando-o a desdenhar todos aqueles que possam eximir-se à contraprova. Não sabe inventar, cuida mesmo que não quer, e é a razão por que a sua pintura, sobre bebida toda na vida actual, qualquer que seja o assunto dos seus quadros, ainda daquela prefere somente as coisas que lhe sejam absolutamente familiares e quotidianas. Assim, não se procure nas suas deusas, efebos, sátiros, e personagens antigos, outra anatomia além da que lhe pode oferecer a carne contemporânea, lisboeta, deformada pelo trabalho, e envilecida pela chateza, de cruzamentos mórbidos, em casas sem ar, e mesas sem higiene nem fartura. Vi algures dele uma Vénus, que da transcendente e olímpica fábula, havia apenas nome; no corpo, uma maritornes grossa, mamuda e lívida, cuja grande nalga traía a mãe de família ao tomar banho, e cujas mãos chatas e fortes diziam uma ascendência sem fim de cozinheiras. De mais saberia Columbano, antes de todos, com a sua admirável sagacidade aguda de olheiro misantropo, que não era aquela a Vénus que dele esperavam, o proprietário, a tradição e a crítica; mas explicou que a mulher nua, de formas vaporosas, e breves calcanhares, os dedos dos pés em leque e a cinta de vespa, com seios redondos e ombros musicais, só existia nos quadros italianos, ou em alcorce nos bolos

de noivado, jamais nos modelos que lhe tinham vindo pousar ao *atelier*. E acrescentaria, Deus sabe, que se aquela Vénus não era a da fábula, em compensação era a dele.

Nos trabalhos decorativos de Columbano para o salão do conde de Valenças, o processo de mão é idêntico, e os meios de reproduzir pela cor a figura vivente, embora numa época recuada, não desviam meio-tom do ponto de vista compreensivo que atrás pus — ponto onde por mais duma vez se tem querido ver um *parti pris*. De feito, as figuras daqueles sete panos, aparte uma ou outra mais hierarquicamente posta, são antes exhibições de tipos contemporâneos, sinceramente estudados dentro de vestidos de outras épocas, do que tentativas de restauração da fisionomia antiga, com o sabor e o *entrain* do seu ciclo histórico especial; e assim como a Vénus de que falei, não era olímpica, assim os dançarinos de Henrique III e Luís XIV, não são cavaleiros, nem autênticos. Mas note-se isto: ninguém como o pintor sabe melhor quanta idealização romântica ali falta, para calhar aquelas personagens na simpatia fácil dos *badauds*. Um acabado mais nos pormenores do vestuário, um pouco mais de carmim no tom da pele, bigodes mais flamantes, preciosidades mais açucaradas no gesto, e enfim fundos lambidos, com pequeninos valores de mobília e adornos murais bem evidentes, eis o bastante para trazer ao artista as ovações dos ingênuos, e as apostólicas bênçãos dos críticos. O público diria: tem cor, é reconstituído sobre textos, adivinha-se bem o historiador... Columbano porém é que ficaria remordendo toda a vida este remorso, para ele terrível, *de ter querido adivinhar*; e quanto maior o sucesso, tanto mais duvidoso o pintor consigo, de haver tentado pintar uma coisa fora do modelo visto, e longe da sua austera fidelidade habitual. Esta teimosia em minha opinião é uma grandeza, que no entanto o des-

viará da popularidade eternamente. O culto do real nesse homem é tão forte, que o leva a despir a figura humana de tudo quanto nela pareça sobra de artifício. O sentimento da cor obriga-lhe o pincel a só buscar inspirações nos tons amortecidos. Para melhor atingir a vivissecção do ser moral, cadaveriza de propósito, a expressão física das figuras: lívidas, pupilas fixas, gibosidades, epilepsias, gestos cavos... E ele mesmo parece sofrer do que pinta, tão arrancado o seu poder de evocação, e tão dolorosamente sardónico por vezes, sobre tela, o seu desenho. É o poeta do feio forte, o cronista da deformidade moderna, ascético e bisonho, que mesmo na grande arte, não duvida fazer caricatura. E porque misantropo e retirado, não sinta a vida senão por fragmentos, e tudo aperceba por uma só máscara, a lívida, ei-lo envolvendo o fundo dos quadros em brumas cor de cinza, não acabando nunca, pela necessidade de só pintar como vê — tipos incompletos, almas aos pedaços.

27 de Janeiro de 1891

O leilão de Cinira Polónia leva um instante a atenção para as actrizes portuguesas, e faz com que sinceramente lastimemos a sua falta de saber profissional. Sobre terem talento, poucas, ainda mais raras possuem galantaria e formosura, e isto que as faz falhar no teatro, também de caminho lhes fecha as portas do prazer irregular, alcova, restaurante, e *partie fine*, tão sugestivo em boémias de artista, e tão absolutamente indispensável aos que têm de reproduzir da vida, como elas, os seus múltiplos aspectos extravagantes.

Quem assiduamente frequenta os camarins, nunca deixa de notar com certa surpresa, que o que mais preocupa as nossas actrizes, não é arte, é a honestidade, e ser honesta (ao modo delas entende-se) é um florão de que nenhuma delas dispensa uma só pétala. Assim, pois, quase todas essas princesas têm marido, ou pelo menos vivem como esposas, e nenhuma delas se dispensa a maçada de ter filhos, e de praticar o croché nos intervalos dos ensaios. Vindas de origens baixas, e lançadas no teatro por acaso, por forma alguma podem essas raparigas trazer à arte algum dos requintes que a educação e a elegância aí transfiltram. A vida amorosa seria então para elas um verdadeiro curso de boa sociedade, um campo de observação cheio de nótulas inéditas, com as suas ceias de festa entre convivas ricos e instruídos, com os seus espasmos de paixão no leito de

filhos-famílias perdulários, com os seus ciúmes e os seus tédios, os seus apartamentos e os seus cinismos — e teria para as pobres garças, vantagens, como fossem: cultivarem-se, pelo convívio de gentes superiores; tornarem-se maleáveis para a cena, pela prática aturada de todas as sensações e lances da aventura; e enfim talvez enriquecerem-se, pela depena de amantes demasiado sensíveis ao devorismo dos seus caprichos, e ao esgatanhar nas suas unhas cor-de-rosa. Todas as profícuas lições deste conservatório porém elas recusam, as simplórias e chochas burguesinhas, com o serem dum único, e esse quase sempre escolhido entre colegas, ou sequer recoltado entre os anódinos da classe burocrática. Com tal regime, adeus riqueza, *toilettes*, serpentismo amoroso, estesia de arte, e graça irónica! É uma abdicação geral do teatro em favor do matrimónio, um suprir de preocupações estéticas por preocupações de *pot-au-feu*, e tablado e lar viciam disto, o primeiro deixando ver nas duquesas de drama, mulherzinhas, ruindo o segundo a compostura doméstica da mulherzinha, com pespontos chinfrins de duquesa de drama.

Cinira Polónio era, me dizem, uma excepção na hipocrisia do viver das suas colegas. Formosa quanto o pode ser uma francesa magra e de ossos delgados, sem relevos nobres na máscara, porém, fresca e avivada de todos os picantes que um maquilhagem sútil cuida que traz a uma coquete, essa brasileira de Paris conseguiu intrometer na nossa vida de camarim, com a sua louca variabilidade amorosa, um pouco do seu rebuço que faz lá fora as divas actuais, e notabiliza a actriz sem talento, pelas mil *fioritures* e amavios da cortesã. Neste ponto de vista, a sua passagem por Lisboa é digna duma lápide, não tanto pelas recordações artísticas que deixa, coitada! senão pela espécie de exemplo que fica aberto às vaporosas musas de amanhã. O teatro é por si uma arte tão fidalga, ser artista apura tanto o espírito e

coração duma mulher, que a actriz pode bem dispensar-se da norma de proceder das outras fêmeas, sempre que se prove que ela vende a beleza, como Bernardo Palissy queimou as tábuas da mansarda — para se auxiliar a gestação duma obra-prima.

Nesta altura confesso que me veria embaraçado se pretendesse explicar em que é que a galantaria tornou melhor o desempenho que Cinira deu à *Périchole* e ao *Barba-Azul*. Não sei dizer nem vem ao caso, e se aproveito o leilão dela para lançar o meu protesto contra as mulheres de arte que se incompletam, só pela preocupação chinfrim de serem castas, ninguém nisto veja senão pretexto para um ponto de partida, sabido como Cinira foi sempre no teatro português, uma espécie de Silveira em loiro, melhor dotada é certo, mas sem pulso, com um filete de voz, mas sem expressão, e apenas na cançoneta embutindo, aqui, além, uma refrações de graça arregaçada.

Ao abalar de nós, tanto a sua biografia de proscénio é secundária, os jornalistas amigos só encontram para lhe saudar o estro, o descreverem-lhe a alcova, que o leiloeiro desmancha explicando a origem histórica das peças de mobília, e anedotizando mesmo ao ouvido dos coleccionadores, as nódoas dos estofos, com o fim de lhes valorizar a ebenesteria banal, a trama pobre, e o gosto arquichinfrim. Deixá-lo! que nem por isso este fim de boémia, expressão degenerativa duma raça ardente e lânguida, me é menos grato à impressão, com os seus ditinhos de espírito entre dois beijos, o seu cinismo de deusa paixoneta, e a estranha canalhice enfim, dos seus inauditismos íntimos, muitos dos quais procuraram fugir ao papel de forrar casas do Augusto, para se aproximarem, os perversos, cada vez mais dos frescos de Pompeios.

4 de Fevereiro de 1891

Sr. presidente do Conselho de Higiene
e vogais do mesmo

Tenho a honra de levar ao conhecimento da muito ilustrada competência profissional de V. Ex.^{as} os seguintes factos:

Em 31 de Janeiro último, produzindo no jornal *A Pátria* uma série de documentos, de carácter exclusivamente pessoal, tive de os explicar em algumas linhas de prosa justiceira, das quais tombaram sobre o Gonçalves d'*A Província*, estas duas acusações de *torto* e *m...* — a primeira fundamentada quase toda no seu proceder desleal para com Junqueiro, visando-lhe o carácter — a segunda, mais particularmente inferida da sua singular e fétida maneira de tirar desagravo nas polémicas jornalísticas, visando-lhe a figura.

O homem, pesando a afronta, não hesitou em desviá-la do terreno em que outros haveriam preferido deslindá-la, e encarregou, disseram-me, os tribunais de terem coragem em seu lugar. Vai, disse comigo: Onde viu ele injúria digna de querela? No epíteto de *torto*, exclusivamente endereçado ao ser moral? ou no epíteto de *m...*, exclusivamente chapado no ser físico?

Posto em sossego, e conversa a ideia a uma cogitação das mais sanhudas, concluí que o Gonçalves querelara de mim, não por amor das injúrias ao carácter — Jun-

queiro lhas fez piores, sem ele dar sinal de indignação — mas por via da excretícia palavra com que eu me servi designar-lhe a histoquímica do inútil corpanzil. O troca-tintas espera que os tribunais lhe refaçam uma carcaça de nervo, sangue e osso, como a de qualquer homem, e que a posteridade tenha por fabulosa a morfologia de cagalhão impermeável que eu lhe dei. Ora como a forma de processo jurídico em que este caso deriva, é sumária quase, mercê da defeituosa legislação que ainda temos, e como infelizmente ela me não dá esperança alguma de que o tal Gonçalves seja catrafilado em meu lugar, tudo quanto eu de bom posso fazer nesta querela, senhor presidente do Conselho e mais vogais, é munir-me de atestados por tal forma inconcussos, que no dia da audiência o juiz reconheça que é definitivamente de m... o meu querelador. Eis porque venho aos pés da sapientíssima agremiação que V. Ex.^{as} resumem, suplicar que me analisem qualitativa e quantitativamente o tipo, trasladando-se a análise em papel selado, com o carimbo do laboratório e a assinatura do químico preparador, a fim de que esse documento, cosido aos autos, valorize pelos veredictos da ciência, o qualificativo causador do meu processo. E outrossim requero, senhor presidente do Conselho de Higiene e mais vogais, que a ser de trampa o homem, se especifique na minuta a espécie de animal que o defecou; pois desconfio seja de besta, e absolutamente careço, para meus estudos, de ver confirmada cientificamente esta asserção. A par da reconhecida pusilanimidade, da forma torcicolada e da cor, outros dados me levaram a concluir da natureza fecal do exibidor das minhas cartas íntimas: e vem a ser o cheiro mau que Lisboa tem desde que ele transferiu para entre nós a sua residência (cheiro que todos os jornais têm citado, assustadíssimos, incluindo o dele) e os tantos casos de febres podres que particularmente grassam no Chiado, sítio onde frequentes vezes é visto o fenómeno vital que recomendo

aos alambiques e reacções do laboratório desse conselho. Esperarei dez dias pela análise, e se findo o prazo, coalisões políticas demoverem V. Ex.^{as} a deixar indeferido o meu apelo, levá-lo-ei desassombradamente ao Instituto Veterinário — porque se não diga, que já não há química neste país!

Deus guarde a V. Ex.^{as}, etc.

E.R.M.^{ca}

6 de Fevereiro de 1891

— Proponho que em vista de ser o Sr. Navarro o procurador encartado do sistema que felizmente nos rege, nos discursos da coroa futuros se substitua a frase, instituições vigentes, por *instituições vegetes*. Isto em atenção às fossas móveis que os artigos daquele jornaleiro estão cavando de roda das mencionadas instituições.

— A Associação Comercial do Porto vai oferecer uma bandeira de honra à guarda municipal, pela fereza desta, no tiroteio da última revolta. Há dois anos, por ocasião da turra com a Companhia Vinícola, teve aquela mesma sociedade, na fachada dos seus paços, bandeira a meio pau, e com a coroa portuguesa voltada para baixo. Naturalmente a bandeira oferecida à guarda, é a mesma, e assim faz duas vistas.

— O *Correio da Manhã* num dos seus artigos ordeiros, sobre a revolta do Porto:

«... pois quando as primeiras balas assobiaram, os *curiosos* agacharam-se, deitaram a fugir para os passeios, procurando as portas abertas, e escapando-se pelas traseiras...». Escapando-se pelas traseiras, amigo? Havia de ser júbilo, por verem o Cabanelas, tão novo, chegar às onze horas, ver e... vencer.

— Nas cavaqueiras políticas aponta-se Gonçalves o

d'*A Província*, por Egéria das difamações ferozes que certos jornais nocturnos têm feito contra os indivíduos implicados na revolta. Chovem de todas as bandas desmentidos formais sobre cada delapidação moral tentada nessas folhas; de sorte que redactor algum já quer servir-se dele, mesmo de graça. De onde provém que este cágado, não conseguindo difamação eficaz por via das gazetas, solicitou há dias do paço uma audiência, a fim de nos degraus do trono babar aos ouvidos de alguém (hino para um!) toda a peçonha da sua alma intestinal. Não foi recebido. E ficou fulo! Como vingar-se? Recorrendo a leituras íntimas, seu sistema. E na monomania de inconfidência e rancor que o embolorece, desacredita agora a realeza, mostrando pelas redacções e livrarias, a Carta Constitucional — alegando que D. Pedro IV lha escreveu.

14 de Fevereiro de 1891

O Senhor dos Passos, que na última sexta-feira fez o conhecido giro, de S. Roque para a Graça, mais uma vez provou o prestígio autocrático que essa antiga imagem de pau, excepcionalmente requestada pela superstição lisboeta, ainda continua a manter pela cidade.

Não é bem já culto, mas um velho affecto enternecido, alguma coisa do respeito acordado pelo nome do patrão Joaquim Lopes, aquilo que o povo sente por esse velho *podesta* que aplaca naufrágios, faz passar febres, livra de más companhias, e empresta o dinheiro das esmolas a juro, aos que se lhe vêm queixar de fome e sede de justiça.

De pais e filhos, e de envolta com as relíquias da casta — enquanto as outras fés se estacam, e idolatrias novas se substituem no espírito, às antigas — esta vetusta preferência pelo ídolo da Graça lá prossegue hereditariamente, como uma perpétua lâmpada a alumiar o flutuante espólio da família. Cada qual dos que aí andam, nobre ou plebeu, religioso ou céptico, não se passa uma aflição que o não invoque, por esse sobressalto do instinto religioso, que todos temos na alma mau grado as tardias revoltas da consciência. De sorte que a imagem, a quem, nesta derrocada de deuses e de reis, é particularmente tocante a popularidade, para agradar a todos, caiu de justiceiro em passa-culpas: para os absolutamente bons, Senhor indiferente: para os que ne-

cessitam perdão, Senhor benévolo: e enfim, para os criminosos — Senhor cúmplice. Mulheres virtuosas e meretrizes, gatunos e filantropos, poltrões e heróis, todos os espécimes sociais têm na chancelaria dele, igual despacho, e desta feita o milagre se distribui com mão profusa, ou se destine a livrar do vício um órfão, ou a restringir o degredo dum malandro.

Ele, o bom Senhor dos Passos, pouco indaga, o seu desejo sendo que todos fiquem satisfeitos; e, Deus deste século, desconfio que já só aprecia o lugar pelas propinas — tanto os bons e os maus lhe têm parecido, secularmente, a mesma corja.

Bem reflectido, é um Senhor razoável, um pouco filósofo, uma espécie de imperador do Brasil de cruz às costas, amavelmente céptico, e com tal rascunho aos Cireneus, que presidente da República não quereria para ministro o Santos Cardoso, mas, rei de Portugal, tão-pouco dava pasta alguma ao Emídio Navarro.

... a realza, se quer viver alguns anos em paz, faça como ele, seja tolerante, imobilize-se, que essa procissão dos Passos é bem episódio para lhe trazer cogitações. Queiram olhá-la... esse velho rei marchando em palanquim, de cruz às costas, como quem diz que os monarcas são responsáveis pelas desgraças do seu povo — coroados de espinhos que muito bem podem ser artigos d'*A Pátria* e dos *Debates* — e vendo seguir sem queixume, diante dele, numa apoteose, o pendão vermelho onde lê

S. P. Q. R.

— Senhor, o Povo Quer a...

Não, que esta palavra agora custa seis meses de cadeia!

30 de Março de 1891

Enquanto o vapor não chega detenho-me a abranger amorosamente, dos terraços da estação do Barreiro, a marinha plácida que a meus olhos se desenrola, um quase nada perdida nas musselinas ondeantes da manhã. O Sol não rompe, há vento, e como choveu de noite, um vago véu de lágrimas suspende-se no espaço, e irrita-me a respiração de frígidas picadas. Daquela altura da riba, a expansão que faz o Tejo, dá-me uma sensação de taça cheia, tão fechado o circuito das suas margens... No primeiro plano, à direita, uma língua de areia contém moinhos e casarelhos brancos, muros de quinta, oliveiras e eucaliptos tristes que se acurvam a saudar a lufada húmida da aurora, vinda da barra. Pela esquerda é uma barreira brusca de terra vermelha, alteada, chanfrada, comida dos assaltos das cheias, rachada da água, com cabelugens de mato e pinheiros anões dum verde-bronze. As casas parecem sucessivamente mais humildes, à medida que se distanciam pelos planos além da perspectiva — são quadradinhos de caliça, com pontos negros de portas e janelas, telhados negros, paliçadas de quintais e de arribanas; depois além, fazendo fundo, no ponto onde o cotovelo do rio põe em relevo os montes de Cacilhas, a casaria complica-se em povoações miúdas, com chanfraduras de caminhos, mirantes, quintas, dedos de campanários e chaminés de fábricas apontando o côncavo da cúpula

astral, que as névoas lambem, semelhante a uma fumaram de turíbulos. Para trás os pinheirais aquietam-se, negros ainda duns restos da noite chuvosa; uma grande muralha de nuvem veda a eclosão do Sol, como um pano de teatro, por trás do qual se está preparando uma apoteose. O vapor da carreira dá sinal, e a primeira espuma escachoa-lhe das rodas, como um esgar de fumista, no instante em que rente do cais uma fragata passa, com uma espécie de deus marinho à ré, puxando a vela, enquanto o resto da companhia desvia com arpões o costado da pesada traquitana, e o cão de bordo agita a cauda aos sabores da caldeirada que no convés refoga alegremente, sobre um lamaréu jovial de pinho e de urze.

Circunscrevemos a ponta dos moinhos, e a enseada alarga-se, a toalha líquida desdobra-se — a água mal se enrug, uma placidez de espelho reflecte os mastros das barcas — e ainda por alguns instantes a fragata nos leva empós de si o olhar artista, que lhe aprecia a *mancha*, como um memento da luz a escorrer de sensação. Na ré, curvando-se a cada instante aos movimentos da corda que põe em riste a vela, a figura colossal do rapaz é linha de energia, e a lentidão da manobra, constante duma série de movimentos análogos de duração e de amplitude, parece feita de versos mimados, cujo magnífico ritmo enche duma ternura física a natureza. Pouco a pouco, a luz, transmuta-se, cambiam-se no ar tonalidades que a fugida das névoas renova e substitui com uma instantânea agilidade, e que mercê dela, tiram dessa mesma paisagem, centenas de clichés todos diferentes, qual mais vaporosamente irisado de estro trágico. Já as margens do rio se afastam, verdadeiramente vencidas pela força de expansão do volume de água, que vai de rio a oceano, e abarca no Mar de Palha, uma distância interminável e radiosa. À esquerda, os pormenores da riba acentuam-se e definem-se, grupo a grupo, e começam-se a apontar povoações, Arrentela, Seixal,

Ginjal, Cacilhas, Almada a cavaleiro: vêem-se prédios, pontais, baías do tamanho de bandeiras, um formilhar de manchas claras em fundos de pinhal e de olivedo, onde um ou outro moinho move circularmente as suas velas cristãs, em pétalas de crucífera, guinchando ao vento, como os bibes nos lavradores, à caça de minhocas. Pela direita porém a margem foge, acachapa-se, humilha-se, esquece, e é verdadeiramente colossal a marinha que sob o meu olhar se desenrola! No fundo do poente, a névoa sempre, névoa cor de pérola, fluidíssima, *ar visível*, que nasce da terra como o nimbo de não sei que formidável ascensão, e tolda a cidade, as serras da foz do rio, os arrabaldes, preparando o final de acto feérico que há-de ser a nossa chegada à vista de Lisboa. Venho à ré do vapor lançar um último adeus às perspectivas que ficam, e vejo a nascente o pano de nuvens baixar caliginosamente ao rés das terras, fugir para o interior do país, prenhe de chuva, como um odre benéfico que Deus tivesse vindo encher ao rio, para o espargir depois sobre as searas e vinhas do Alentejo. São sete e meia, os primeiros bicos da coroa solar queimam no céu doirando as fimbrias dos pinhais e a faixa de névoas que por cima de mim vai migrando lentamente para o Sul — *tempo expressivo*, como os ribeirinhos dizem — orfeão matinal, cuja monotonia enorme determina uma assunção de sonhos para o azul, para o azul que o meu espírito atravessa, ai de mim! ralado de deboches, à procura do amor definitivo!

«... os primeiro bicos da coroa solar queimam no céu». Marchamos a vapor, sente-se por baixo a água insondável, cheia de penumbras verdes e de sepulcros misteriosos, incrustados de madréporas, com grinaldas de líquenes, e romarias de peixes ouvindo derredor dos cascos submersos, quotidianas missas de finados. Primeiro é uma cor unida, opaco chumbo, que lentamente passa a hidrargírio, azul ventre de peixe, sem rugas, plácido de hausto, e com essa languidez dum ser que se

aborrece e flana no seu leito, à procura dum centro histérico que fazer vibrar para sair daquela lassidão. Progressivamente depois a luz ascende, e começa uma sinfonia constitucional de azul e branco, que varre do mar o resto dos seus espectros nocturnos. Tempo claro, mar claro, luz circulante, circundante, envolvente, fundente, com uma preocupação monocórdia de tornar os objectos luminosos, e de fundir toda a marinha numa aguada de azul imaterial. Sim, a criação é mais monótona do que variada. Barbey d'Aurevilly tinha razão — Deus é Victor Hugo, só dum lado.

Oh água sem rugas, perfídia dos lagos plácidos, vida líquida, que de aparência imóvel, contudo correis vertiginosa como a idade — eis a minha alma que adormece das suas inquietações, vendo-vos dormir assim tão traiçoeira, enquanto as nuvens fogem, e a brisa do Sul rosna nas bailadeiras, inquisidor maldito, o *de profundis* do naufrágio! Varrei, tágides minhas, os monstros esponjosos do aguaceiro — vagas, trazei nas vossas lápides os funéreos *in pace* dos meus irmãos que a borrasca sorveu numa hora de rancor, e se a vida do mar tem voz, essa voz me fale a minha língua, para que eu nela reconheça o *remember* dos ancestrais de quem herdei esta angústia terrível do *au-delà!*

Marchamos a vapor; em pleno Mar de Palha, há vento; a vaga porém, dulcíssima como um semicúpio morno, faz a perder de vista uma alcatifa de felpa, por onde o barco pisa alegremente. A vastidão do horizonte é maravilhosa, e com detalhes supremos de transparência matinal. Alguns barcos ao longe, de vela oblíqua, fulvos na luz, parecem, nas envolvências da bruma, postos de propósito para fazerem bater o coração dum colorista. Mais longe, para além, ligeiras névoas aveludam Lisboa e as cordilheiras graves dessa margem, mostrando-as como uma sucessão de terraços sobre o Tejo, não deixando porém ver por detalhe os bairros da

cidade, exagerando as dimensões da imensa casaria, e enfim dando à retina uma tal sensibilidade, que não há ponto que ela não aperceba, nem papila nervosa do corpo que ela para assim dizer não torne em órgão de visão. Assim, mau grado a sua magnificência e largura panorâmica, essa marinha guarda sempre uma nitidez de vinheta a talhe doce, é um golfo de mágica, volatilizado de poeiras de oiro, e onde só faltam sereias e tritões, empurrando a concha de Neptuno.

... com o Sol alto, o céu fica varrido dos aguaceiros de passagem, e por todo o plaino então os valores da luz tomam uma meiguice adolescente, uma subtilidade irreal vaporizada, branco sobre pérola, com efeitos róseos na franja das brumas longínquas, e rosáceas de lilás diáfano, que fazem pensar, na cor do *não me esqueças*. Como nos longes a bruma insiste sempre em vortilhar, polvilhando o desenho das montanhas da barra e da cidade, vê-se a luz do Sol zebrá-la de faixas loiras, por trás de cuja diafanidade as velas dos barcos parecem traços duma escrita de criança, e a silhueta das serras surge incorporeamente, como uma sombra numa sombra. Certo, esse momento da luz é transcendente: é que verdadeiramente essa água canta um treno de safira, azul ar, verde lavado, lilás opalescente, prelúdio vago que se difunde de onda em onda, vago e tão físico, só lá de quando em quando zimbrado pela arieta alegre de alguma asa de gaivota. Nem uma vaga ao largo, nem um lenço de espuma correndo a acenar ao vapor que nos transporta — o mar quase branco no horizonte, branco solar como a couraça do *Lohengrin*... E é naquela magnífica natureza, formilhante de mistério, ideal de alacridade, feita de biliões de almas anónimas, que ela, olheirenta ainda dos cansaços da viagem, sentindo-se acordar, diz como em sonho: «Mas tu então não vês que é uma injustiça envelhecer? Não vês que eu nasci para ter asas, e que me sinto roubada de não poder servir-me delas?»

23 de Setembro de 1891

— Banhos do mar — diz o burguês.

Meados de Agosto, aproxima-se a *cura*, e não há meio de o reter fora das barcas. Um dos termos sânscritos para mar, *mortyo-dbhava*, quer dizer «fonte de morte»; como é então que o alfacinha consegue dela extrair fontes de vida, baldeando-lhe para dentro toda a porcaria líquida dos canos? Eis o que eu pergunto, a mim mesmo, espavorido da quantidade de escrófulas e matações que infusam no Tejo, desde o Barreiro à Trafaria, e desde Marvila à Cruz Quebrada. Não, que verdadeiramente esta barrela de morbos, contamina! E Michelet a dizer que o hálito da água purifica... era o bom tempo! com os banhos do mar assim preconizados, a água assim sulfídrica, oceanos e rios cessaram de ser o laboratório da perpétua actividade universal, «*la vivante gelée animale où l'homme naquit et renâit*» para ficarem sendo apenas um desagradável extracto de cadáver, purgativo quando se bebe, fastidioso quando se olha, e febre-tífico a quando respirado. Eu cá detesto-o, e se fosse Mariano, já digo, mandava uma comissão de açambarcadores para o beber. O Tejo sobretudo: que indecente coldoça, e que semicúpio estercorário! Não é já a conflagração da água salgada com a água doce, imbuindo as terras baixas de pântanos, nem à drenagem duma capital de quatrocentos mil almas, lançando às ondas, quotidianamente, por canos de chumbo, os

sobejos da sua porcaria; nem aos dejectos das fábricas, dos mercados, às lamas dos chuveiros, às folhas putrefactas das florestas, e aos solutos maláricos das rochas, a que principalmente attribuir esta desvirtuação higiénica da água, tão antagónica dos terapêuticos hossanas dos autores — mas à imersão directa das podridões humanas nela, descaradamente, de calções listrados e cabelos nas pernas à brisa — à imersão onde geralmente o homem deixa mais saís do que absorve, e que até sob o ponto de vista da arte insulta a natureza, pois é um flagrante escárnio aos mármoreos de Praxíteles.

Na minha rua há uma mulher divina de beleza, grande e ligeira, com brancuras de magnólia no pescoço e tão vaporosamente adolescente, tão bizantina de gestos, ave-mariada de lisonjas, que em todo o bairro corre, numa fumarada de caçoilas, a embasbacação das suas perfeições. Prometida dum lorde, e entremostrando-se-lhe sempre em pudicos disfarces, repelia o papel de náíade com uma energia matronícia, a ponto do adorador suspeitar de qualquer coisa, e conseguintemente insistir nos banhos de Cascais. Alfim coagida, vendo tremido o pacto nupcial, acede a ninfa a mergulhar nas salsas ondas, e qual não foi o horror do noivo ao lóbrigar-lhe no peito, lanugens de samarra — transmissão do papá, que andando à caça, não pudera despir o casaco de peles. A história de Sarah Bernhardt que apeteceu um banho de conhaque, vazando a criada na banheira, cem garrafas, e recolhendo o príncipe de Gales cento e uma, é um fenómeno de exosmose que os banhos de mar provocam de contínuo, e talvez seja o segredo de abundância de sal de certas costas. Entanto o que me irrita, a par da inquinação da água corrente pelos princípios mefíticos que disse, é a desvergonha da gente em exhibir nos restos da sua pobre carcaça, amolgaduras que o envelhecimento e o trabalho ali puseram, e é a inconsciência com que um povo de futricas e mulheritas corcundas, pompeia nas pranchas, pela mão do

banheiro, plásticas de coelho esfolado, com uma bazófia só comparável à das estátuas e personagens célebres do *Ilustrado*. Aí está esse conselheiro velho, antigo adónis, que entra na água de óculos e tanga, os dedos dos pés em leque, barriga para diante, e cruza os braços na prancha, como quem diz ao mar: «peço a palavra!» Esse ginasta entrando na água pela porta do salto mortal. Essa trintona pisando a areia de cabelos soltos, entre roupagens de beata, como uma musa de acróstico, que todas as manhãs fosse lavar a lira ao banho geral. Esses saltarelos exangues, de crânio em pêra, colegiais de ossos quebrados, os joelhos em bola, a miopia estrábica, o meneio cheiravisquento, que se entretêm deitando areia, borrifando os colegas de água suja... E junto às barracas na sombra das varandas, com chapéus inverosímis, e *toilettes* de popeline e cetineta jungindo ancas estéreis e espartilhos sem nada dentro, damas gastrálgicas, meninas arrepiantas com o olho em três namoros, fazem uma orquestra muda de anjos secos, celebrando a carestia das coisas, e as canelas de quem sai das águas com vergonha de não ter as formas dum modelo. Contrastando com esta miséria de anatomias viciosas, onde nem os bambinos mesmo põem uma nota de aurora e carne pura, vê-se a marinha límpida nos largos, liquefeita de luz, com tremulinas de oiro e palhetas de safira, repelindo para terra, à chicotada, essa ignomínia de gente nua banhando os desmantelos congénitos e as discrasias contraídas — como quem liberta o peito dum contágio escomunhante. De quando em quando, um silvo corta, velas descrevem no papiro líquido, não sei que inscrição de ultraje às carecas avulsas que emergem da água, ou é uma alada guiga que desliza, remada por valentes de camisola à maruja, como um libélulo branco patinando no rio, em cata de sustento. A quadratura da Torre, à esquerda, com varandins de renda de baldaquinos de frágeis colunelos, tem na barafunda das cumatas jacentes, um ar sonhante de

bailada moura, onde as esculturas são versos, e os braços das ameias, palavras de estribilho. Da outra banda um cenário de montanhas, amolgadas de vales, com ravinas e casas, torres de igrejas e chaminés de indústrias pobres, e a Trafaria branca na areia, no sopé da sua montanha pelada, parece posta para uma cenografia da *Muda de Portici*, e S. Julião e o Bugio, no aro do horizonte, são duas pontas de anel partido, por onde se escoa o dedo tágico, que antigamente apontava às naus o mundo ignoto, e agora só aponta aos emigrantes, a Rua do Ouvidor. Verdade é que nesse tempo não havia ao pé da Torre um gasómetro, e que a linha de ombros dos banhistas imitava em dimensões a dos colossos de pedra da Avenida.

10 de Novembro de 1891

Não há muito que Lavissee dizia num discurso, aos estudantes da Sorbonne: «Hoje a ciência alimenta ao mesmo tempo a vida material e a vida moral; resolve-se em dinheiro e filosofia.» E coisa singular, vieram-me à lembrança estas palavras a propósito da jeremiada que lhes quero fazer sobre petiscos. A ideia dos fiascos que a culinária moderna deve à química, não me passa da goela, se intento aplicar a conclusão do pensador a este mais restrito ramo do génio universal; e entre soluções digo que se comia melhor, antes de as cozinheiras terem o curso de ciências naturais! À face da fisiologia, a petisqueira tipo, hoje chama-se peptona, e eis a cozinha científica abolindo na alimentação do homem os antigos regalos, a pretexto de indigestos, dispensando o paladar nas refeições, para nos reduzir a paparoca a um encargo insonso. Bem sei que por enquanto as peptonas são acepipe exclusivo dos gastrálgicos, que por desarranjo de víscera, têm de recorrer à alimentação artificial. Mas quem estude as tendências gerais da cozinha europeia, no último quartel do século presente, é obrigado a concordar que se não pusermos dique à torrente de preparados desenhados com que Paris inunda as mesas do mundo, dentro de pouco todos os pratos nacionais estarão perdidos, e ninguém em parte alguma terá a noção do que é comer.

Isto é gravíssimo! A desnacionalização da cozinha é

para mim, talvez primeiro que a dos sentimentos e das ideias, revelada pela vida pública, o primeiro avanço indicativo da derrocada dos povos. Brillat-Savarin escrevera «Diz-me o que comes, dir-te-ei quem és» querendo com isto significar, sob a forma de paradoxo humorístico, que todo o progresso na direcção do pensamento racional e graças da vida, assenta entre uma caçarola e uma grelha, isto é, deve ser precedido pela reforma culinária. A coesão étnica duma raça, revela-se principalmente por três coisas, literatura, história e co-mezanas: romances e poemas dando o carácter lírico e afectivo, história dando o carácter heróico, finalmente os pratos nacionais dando o carácter físico — este último, como se sabe, impulsionando os outros dois. Por conseguinte não passe por glutão quem atribuir ao que o homem come e bebe, importância máxima, e quem, espirecendo o olhar pelas emaciações intellectuais e morais da sociedade portuguesa, imediatamente reconheça que Portugal é o país onde se come menos e pior. Por quais razões? Por duas principais, que vou dizer. Primeira, a monomania do estrangeirismo, que mercê das viagens mal dirigidas, tem substituído por verdadeira pacotilha tudo o que entre nós havia de excelente, *verbi gratia*, a cozinha. Segunda, a pobreza, que nos força a exportar os produtos mais túrgidos do solo, e a viver das enfezadas e baratas importações dos chamados países industriais.

30 de Junho de 1892

O ano literário que em poucos meses vai fechar-se continua impassivelmente a esterilidade dos seus progenitores, e apenas cuida assinalar-se por obras minúsculas, na maior parte poéticas, e tão falhas de inspiração como de factura. O facto não surpreende, desde que se avenha na convicção de que não pode haver literatura sem público que vibre dela, e sem vida nacional que a sugestione, e desde que relanceando o olhar pelas gerações cultivadas dos últimos tempos, se descubra nelas apenas parcerias cínicas de negócios, gafas de manhas interesseiras, e rebatendo no balcão do jornalismo político, via conspirata *de arcada*, faculdades que noutro meio se deviam expender em nobres lucubrações de Belas-Letras.

Deste desvio do talento criador e das simpatias do público pagante para longe do campo estético, resulta uma estiagem de arte de que os médiocres se aproveitam para impingir gato por lebre, e uma vacuidade intellectual de que se aproveita a livraria francesa para dar voga entre nós a escritores desconhecidos quase intrabarreiras de Paris.

Assim por exemplo, os poetas simbolistas, decadentistas (cada qual feito, segundo a etimologia do termo, de dez dentistas), delinquescentes, e *tutti quanti*, que como núcleo de escola não lograram ainda ser reconhecidos pelas grandes potências, e que em França não

passam, mau grado o talento do místico Verlaine, dum grupo de telhudos destinado a morrer de esgana, entre dois vinhos, estão determinando entre os nossos imberbes uma tal reflexibilidade artística, um tal *émoi* de imitação, que não é raro ver-se nos jornais ou em pequenos volumes de tipografia exótica, ridículas trovadorias esmaltadas de epítetos sem nexos, onde os recém-nascidos se declaram já cépticos, e espapaçando, como eles próprios dizem «*na nevrose deste final de século, que viu tudo*».

Entre os que mais petulantemente, arvoraram por gonfalo de guerra, a nevropatia impotente das gerações «liquidadas» de que se fazem eco, destacam os Srs. António de Oliveira Soares, Eugénio de Castro, e João de Castro, procurando fazer com os livros *Oaristos*, *Horas*, *Exame de Consciência*, *Azul*, *Paraíso Perdido*, *Alma Pós-tuma*, etc., a bagagem duma espécie de academia de maduros — os nefelibatas, ditos — cuja proclamação de independência ainda agora está fazendo gaudiar muitos trocistas.

Para'elamente a estes se vieram esfalfando outros mocinhos, algo decadentistas assim, porém cheios de desdém pela artificial reputação dos nefelibatas; e foram os Srs. Alberto de Oliveira, António Nobre, Júlio Brandão, que com os livros *Bíblia do Sonho*, *Pores do Sol*, *Só* e *Livro de Aglais*, se propunham divergir dos antagonistas por uma espécie de renovação lírica fundada na inocência do sentimento popular, reivindicado por Garrett, e expresso em linguagem tão simples e ingénua, quanto pudessem tê-la homens lidos em cancioneiros nacionais, mas ao mesmo tempo intelectualizados por todos os sugestivos requintes da poesia e da prosa do seu tempo. Ora, é de saber que ninguém recusa a qualquer destes bardos com ciúmes uns dos outros, as simpatias devidas a todas as índoles, que buscam renovações de ideal, mesmo espavorido o senso comum.

Em primeiro lugar, nas suas ânsias de novo está o

glóbulo vermelho que ingurgita de seiva a evolução das literaturas. Em segundo lugar, isolando da poesia de todos, a porção de acrobatismo que é pura escamoteação para a galeria, ainda fica oiro com que lhes construir um turíbulo, e gomas finas para queimar em preito ao seu valor.

Não me sofre porém o ânimo de assistir a profissões de fé feitas de cor, e a mascaradas grotescas em que rapazes validos, regurgitantes de força e alegres como a luz, vêm para as vitrinas dos livreiros alardear decrepitudes precoces, e fazer praça de bizzarrias pouco harmónicas com o justo equilíbrio dos seus nervos.

Sob este aspecto de cabotinagem é-me tão odiosa a poesia nonagenária do Sr. Tomás Ribeiro, de cuia postiça e olheiras pintadas, a fingir-se menina, como a desses senhores humorísticos imberbes, ocultando os ímpetos moços em *partis pris* de fadiga idosa, pondo brancas de fio de pita na barbicha loira, e tartamudeando enfim da fala, esquecendo os termos próprios das coisas, só porque lhes veio de Paris esta monomania!

Não me referirei por agora ao decadentismo, senão para a exposição de generalidades, que o estudo quer antes que propriamente se abordem as litanias dos seus padres e sacristães cá da parvónia. O que é o decadentismo? O ramo descendente da parábola em que se convenha representar graficamente o traçado evolutivo da literatura do nosso século. Esta parábola composta de três partes: ramo ascendente, representativo do período romântico, incluindo os precursores, e vindo por aí fora até Flaubert: ramo transversal ou *plateau*, que abrange os naturalistas, o que devia ser o período de maturação e não passará duma tentativa pedante de eruditos, como a vida das rosas, quinze ou vinte anos — literariamente *l'espace d'un matin*: e enfim ramo descendente, período actual, fase nevropata, gerado da influência re-

mota de Baudelaire, amamentado por Richepin nas *Chanson des Gueux*, por Huysmans no *À Rebours*, e achando a sua plena expansão em Stéphane Mallarmé, Paul Verlaine, Jean Moréas, Arthur Rimbaud, e outros que tais.

10 de Julho de 1892

SS. MM. continuam atacadas da monomania das viagens, e nada parece as desviará do regabofe um só momento. Ainda o ano passado esbanjaram as economias do Porto e Beira Baixa inaugurando com as suas nunca assaz amadas presenças a época de indigência que aqueles laboriosos povos estão sofrendo — já hoje abrem licença nova a correrias numa caça de prestígio que pouco se lhes faz retrograde os encargos dos municípios, e vá semeando a fome entre as populações desperdiçadas e lhes deitar foguetaria.

Não sou dos que prescrevem os arraiais entre os deveres dos imperantes, e para mim tenho que os deuses da terra, como os do céu, tudo têm a ganhar com viver na abstracção da sua nuvem, especialmente quando a Providência os haja feitos, em vez de Apolos, cervejeiros. A conquista das cidades já as não fazem pessoas, mas ideias, e o acto de *tomar posse*, mesmo platónico, hoje só para o povo constitui motivo de assuada.

Tudo entretanto passaria à boa conta, se os povos em vez de esfomeados estivessem fartos, se os governos em vez de políticos fosse nacionais, se as escolas e os celeiros regurgitassem, se a agricultura florisse, e em toda a nação enfim houvesse motivos para ser grato, ou sequer benévolo, à monarquia.

Dada esta plenitude da fortuna pública, fossem embora podres os cimos, a corte ignara, o burocracismo

político cupido e infamado, pouco se daria ao país a forma de governo, sabido como nas nacionalidades dotadas de iniciativa não é exclusivamente dela que impende, como outrora, a recta directriz do seu destino histórico no mundo. Mas connosco é differentíssimo. Há dois séculos que perdemos a probidade cívica e a consciência duma missão qualquer na carta geográfica; a vontade nacional não se formula senão por fragmentos de protestos irrisórios, onde o egoísmo refere por detrás duma retórica miserável; não há fiar dos messias, que são valores a rebater no dia seguinte àquele em que se julgam populares...

De sorte que não havendo, na deliquescência actual, reacção organizada a neutralizar as influências nefandas da podridão política imperante, por pequena influência que esta tenha, contudo sempre será bastante para ditar leis a sabor da sua crápula, para ir sangrando os pagantes a benefício das *coteries* de chuchadores, para fazer pela fome o rapto dos que protestam, e envinagrar enfim pela espionagem e pela intriga, os cada vez mais raros intransigentes. A esta certeza de impunidade obedece o plano das viagens realengas, sem falar nos quinhões de regabofe e pagode naturais em pessoas novas, inconscientes do valor do dinheiro, e sem outra ocupação a mais do que entreter o tempo seja como for. A pretexto de infantis curiosidades, por fábricas, fogos de vista, asilos de cegos, descargas de artilharia e múmias de rainhas exumadas, aí vão SS. MM. em salão doirado, pela província fora, com uma penitenciária de ministrelhos e repórteres a rabo, esvaziar os pés-de-meia dos municípios, interromper a faina das cidades e dos campos, incomodar toda a gente, só pelo afã de dizer *gostámos muito* a coisas de que ninguém gosta, e *está muito bem* a coisas de que toda a gente diz, *está muito mal!* Com a jornada de Coimbra, as necessidades de pândega vão inquinadas, parece, de tentativas de suborno. Aguardou-se por exemplo que a

época dos exames, já no termo, dispersasse pelas casas dos pais, os estudantes — mas havendo por Coimbra ainda alguns que os reclusos das gazetas affectas pudessem especificar em globo por Academia de Coimbra. Desses poucos, os raros intrometidos no preparo das festas, permitirão que a reportagem diga: «*Os estudantes disputam-se a maneira de melhor engalanar a cidade, e receber os régios papa-léguas.*» Como Coimbra, apesar de deserta de batinas, podia lembrar-se das soluções que o Governo deu à greve, ordem para admitir a acto os recalcitrantes corajosos, que entre a perda do ano e a perda do brio, não hesitaram.

E assim extremados os ânimos para na via latina se abafarem os morras, e para na estação velha se suprirem os manguitos, podem os conquistadores entrar pela cidade: o futrica é benigno, os capelos não mordem, e Coimbra enfim, que vive de hóspedes há-de gostar imenso da frescata. Apesar de estrangeiras, SS. MM. personificam já bem a imprevidência portuguesa... gastar à foita, chuchurrubiar a nação enquanto houver tutano... Amanhã? Ora adeus! O conde de Paris tem massa, e o povo dorminhoco ainda agora se voltou prò outro lado.

15 de Fevereiro de 1893

A miséria que há poucos anos em Lisboa a bem dizer não passava de indústria dalguns vadios sem vocação para o trabalho, e dalgumas megeras em exploração das crias pela esmola, começa a tomar na capital carácter trágico, e a surgir como a supuração dum descabelo social irreparável. A crise que em muito pouco prejudicou a gente pobre da província, visto a sua feição quase exclusivamente industrial, ao apanhar as classes serventuárias da capital, gente imprevidente e regazona, sem pé-de-meia, afoita ao viver imoral do dia-a-dia, tão pela gorja as estrangula, que os destroços de centenas de famílias por aí andam na rua a pedir esmola, a fora outros que o suicídio e a doença tem reduzido a estrume nos covais. Como a recolta dos dez-reizinhos pinga constantemente nas mãos dos mendicantes, e o acto de pedir esmola vem a tornar-se, ao cabo dos primeiros ensaios, num modo de vida infinitamente mais cómodo que o trabalho officinal, a mendicância para muitos deixa de ser o recurso extremo dum instante de miséria, para, perdida a vergonha, se tornar alfin em profissão. Aos miseráveis por destino juntam-se pois os miseráveis por expediente, aos verdadeiros pobres, os malandros verdadeiros, e é o que mais fatiga a caridade, e faz pagar aos infelizes as chantagens dos vadios. Do coro daquelas vítimas um grupo salta sobre todos, que me confrange a alma de tristeza. É o das velhitas

que à noite, quando o frio de Janeiro regela mais, passam na semi-sombra dos prédios, entre as cotoveladas dos felizes, vestidas de escuro e exânimes de vergonha, balbuciando súplicas que são talvez restos de histórias, e onde à evocação de Deus, se juntará, quem sabe? a esperança dos que nem já de Deus ousam esperar apelação. Dessas alcachinadas criaturas, algumas são verdadeiramente os espantalhos de antigos dramas familiares, as expiadoras resignadas dos inconfessáveis pecados da sua geração, e são as que se acobertam mais com a sombra, as que suplicam com mais receio das insolências, e as que mesmo repelidas, baixando a vista, trémulas do desaforo de terem fome, ainda por cima tentam abençoar quem nas repele. Desce a noite como um capuz colossal sobre a cidade, amplificam-se os bairros, os prédios crescem, e as ruas se anastomosam em inextrincáveis arborências, desconformes da sonolência trágica da sombra. Já os operários passam do trabalho, e o céu vem rente aos tectos aferrolhar as aspirações para as alturas. Nos burgos pobres, sossego, vultos com pressa, o gás babando clarões onde esses restos de vida têm a incerteza de coisas sem destino. À hora em que os pobres ceiam e os ricos jantam, à hora do peixe frito nas tascas, dos clarões de gás nos cafés ricos, e das salinhas do jantar tressuando a conhaque e a fumos de charuto. Na humidade da noite, rumores confusos, trepidações de febre, americanos cheios em *rails* que nunca findam, costureirinhas seguidas, vitrinas flamejantes, tipóias a galope, quatrocentas mil almas que mastigam; e nesse egoísmo monstro da digestão duma cidade, as pobres velhas, encostadas aos muros, refolegando o esfacelo dos pulmões asmáticos do frio, as pobres velhas lá descem, coitadinhas, dos bairros lúgubres, para vir esmolar nos centros de concorrência. Algumas, gordas, com restos de xales amarfanhados na cintura, têm a faceira enxundiácea dos cardíacos, olhos de cinza, um fio de voz na boca endolo-

rida: e a espaços param, esfalfadas no caminho, os chinelos na lama, a falta de ar no arquejo do respiro, partilhadas entre a ânsia de pão e a ânsia de repouso. Criaturinhas sem interesse, ei-las estendem a mão com medo que as conheçam, balbuciando suas lástimas a custo, e o transeunte afasta-se, secado já doutros pedidos, e sem reconhecer nessa lúgubre carcaça a sua antiga patroa de estudante: a pobre mãe dum camarada morto, uma amiga doutora ou uma parente. Nesta cidade tamanha, a desgraça tem edições tão caprichosas! Aquela de preto, lenta, com as pálpebras tufadas de edema, a boca parva e a mão estendida a medo é uma viúva que eu conheci contente há coisa de dez anos. O marido tinha uma pequena loja de tabacos, viviam bem, adorando e vestindo veludo um filho que há pouco tempo, já homem, indo fazer a cobrança duma casa, fugiu para a Espanha com o dinheiro e duas raparigas. O velho para pagar vendeu a loja, e pouco depois morreu de congestão. Há-de haver duas noites quis interrogar a mendiga sobre o destino que levava o rapazola; vai ela que me viu, baixou a vista, e afastou-se a tremer como uma ladra descoberta. A perturbação da mulher alfinetara porém a minha rocambolaria mental de novelista, e vim a saber que o filho vive pelos cafés de camareiras, nos chinquilhos de Arroios, uma vida de *souteneur* larápio e desordeiro, e que é a pobre mãe quem no sustenta, cada vez mais doida pelo pulha, à proporção que a reincidência dele toma o carácter moral de incorrigível.

Outra, espanhola, que estaciona à porta do Leão d'Oiro, solicitando a piedade de quem vai para jantar, tem uma história ainda mais desesperada. Tinha dois filhos ourives, e adoecendo dum tifo, fora levada a tratar para o hospital; por lá esteve semanas, era no fim do semestre, e quando saiu achou a casa alugada, e nem filhos, nem uma enxerga sequer onde dormir. Principiou a indagar pela vizinhança o paradeiro dos dois

canalhas, vindo a saber que propositando de antemão que a pobre não escapasse, haviam dividido os tarecos, jogado as cristas, comido em pândegas o espólio; depois do que fora o mais velho para o Porto, estando no Limoeiro o mais novo, por história de cumplicidade em notas falsas. Histórias destas contam-se às séries e enchem Lisboa de espectros esfaimados. Quem passar na Rua do Ouro em certas noites, nos baixos do Montepio Geral lobrigará, escoado ao muro, um vulto negro, vulto sem corpo, apagando-se nos vaivéns da multidão como uma sombra. Não se lhe vêem mãos implorativas, ponta de rosto, hausto ou murmúrio por onde adivinhar um ser vivente. Imóvel na vertical lutuosa dos seus trapos, o pequeno espectro parece que dormita; não pede esmola e é evidentemente uma mendiga; às vezes no torvelinho da matula que tem pressa, um cotovelo bruscamente desloca-a da parede: ela remexe um momento, deita um suspiro, e outra vez recai na mesma quietação. Esse suspiro, por que crises de martírio augusto se transfiltra, bom Deus! para exalar-se assim pálido do cofre desse peito que por coração só tem recordações? Como a pobrezinha não pede, cada qual vai andando o seu caminho, e noites e noites passam sem que a miserável logre ver recompensado o tormento de vir expor-se à multidão. O seu vulto porém causa surpresa, com a cabeça no peito, as mãos no xale, incorpórea e semelhante a uma escorridela de tinta sobre o muro. Alguma compassiva dama varada pela atitude glácida da pobre, busca na bolsa um cobre benfazejo, e do espantalho de trapos uma mão tremulenta se destaca, uma mão de velhinha torturada, de ossitos débeis, punho esbrugado, branca da exanguidez das velhas peles que foram bem tratadas, e onde braceletes tilintaram, quem sabe, noutro tempo... Ainda estas são as relativamente queridas do destino, e bem que misérrimas, desfrutam por ventura duma certa autonomia. Deus lhes consente ainda que se arrastem pelos seus próprios pés, por essas

ruas, não façam nojo ao menos, e possam falar e mostrar o rosto à triste compaixão. Mas as enfermas, as paralíticas de boca torta, patetas, tartamudeando gaguejos de animais desesperados; as aleijadas, grotescas, confeccionadas de restos que a natureza amputou com vida, doutras criações sãs e perfeitas; as cegas de fisionomia hesitante, a tactear com gestos infantis, no seu cárcere medonho, a perversidade humana que ri alto... Que humilhações nefandas que elas sofrem, e como pagarão, amargo a ilusão de socorro que a mendicidade na rua lhes faculta! Não lhes bastava a desgraça de lhes faltar o lume e o pão na casa inóspita, e de terem de para comer, mostrar seus males, senão que também se lhes volte em asco a caridade, e lhes fuja do regaço a esmola que o benfeitor evita, pelo agoiro de lhes topar com aleijões. Porque a verdade é esta: noventa e nove vezes por cem, a compaixão do transeunte é simplesmente um caso de egoísmo.

O menor particular serve de pretexto a uma recusa: tal que para esportular cinco-réis, exige pobres de sobrecasaca e chapéu alto; outros que afinam com os corcundas e os chaguentos, e muitos que imaginam que todos os cegos são fingidos, e todos os filhos das pobres tomados de aluguel a uma associação de compra-chicos. O egoísmo dos felizes até no acto de fazer bem mete agressões, e para eles a felicidade só é verdadeiramente um gozo psíquico quando disposta de modo a fazer avivar pelo contraste os martírios desses *déclassés* de todos os festins.

A GERAÇÃO DE 70

Primeiro volume

«A Geração de 70»

por Álvaro Manuel Machado

Antero de Quental: *Textos Doutrinários e Correspondência*

Segundo volume

Antero de Quental: *Sonetos*

Terceiro volume

Teófilo Braga: *História do Romantismo
em Portugal I*

Quarto volume

Teófilo Braga: *História do Romantismo
em Portugal II*

Quinto volume

Oliveira Martins: *Portugal Contemporâneo I*

Sexto volume

Oliveira Martins: *Portugal Contemporâneo II*

Sétimo volume

Oliveira Martins: *História da Civilização Ibérica*

Oitavo volume

Oliveira Martins: *Portugal nos Mares* (antologia)

Nono volume

Ramalho Ortigão: *Holanda*

Décimo volume

Ramalho Ortigão: *As Farpas I* (antologia)

Décimo primeiro volume

Ramalho Ortigão: *As Farpas II* (antologia)

Décimo segundo volume

Gomes Leal: *Poemas Escolhidos* (antologia)

Décimo terceiro volume
Fialho de Almeida: *Contos*

Décimo quarto volume
Fialho de Almeida: *Os Gatos* (antologia)

Décimo quinto volume
Conde de Ficalho: *Uma Eleição Perdida*

Décimo sexto volume
Eça de Queirós: *Os Maias*

Décimo sétimo volume
Eça de Queirós: *Correspondência de Fradique Mendes*

Décimo oitavo volume
Eça de Queirós: *Notas Contemporâneas*

